



As eleições de Outubro podem ganhar-se em Agosto

A grande importância das próximas eleições legislativas de 5 de Outubro impõe que a preparação da campanha e outro trabalho eleitoral se inicie já nestes dias. As eleições de Outubro podem ganhar-se em Agosto!

E é precisamente sobre alguns aspectos deste trabalho que falamos neste número do «Avante!».

Uma tarefa importante e inadiável: nomear e preparar delegados da APU para todas as mesas eleitorais ● A falcatura mais utilizada ● Pesada derrota da «AD» na Mealhada ● Quem defende o povo de Castelo Branco? ● Importantes reuniões em Faro e Portalegre ● A lista por Lisboa e o seu significado ● Os círculos e os deputados



págs. centrais

O assalto do governo «AD» às empresas nacionalizadas

Pág. 5



As multinacionais são um elemento decisivo do domínio imperialista em diversas partes do mundo

Viagem por dentro das multinacionais

Pág. 9



Já leu a «folha de férias» editada pelo PCP e a APU? É natural que não, porque ainda não foi distribuída... Mas sê-lo-á em breve, nas praias e outros locais de verão. Inclui bonecos como estes e outros motivos de interesse...

O povo boliviano resiste

Pág. 11



A resistência popular nas ruas de La Paz



Festas do Partido Festas do povo Festas de Abril

Faro: 2 e 3 de Agosto

Braga: 8, 9 e 10 de Agosto

Figueira de Foz: 15, 16 e 17 de Agosto

Pág. 8

Editorial

O VOTO ÚTIL

Os factos do dia-a-dia e os factos da política acumulam-se para tornar uma evidência a derrota da direita.

As contradições, os erros, os escândalos, as incompetências, as fraudes, as queilias, os falhanços são a imagem quotidiana da actividade da "AD" no poder; a desilusão, o protesto, a revolta são o que se respira no povo, expressos crescentemente numa vontade que se irá manifestar nas próximas eleições.

Para falarmos bom português, não significa isto que a derrota eleitoral da direita nas eleições legislativas sejam favas contadas. Bem pelo contrário. E para continuarmos a falar de forma clara, digamos que derrotar a direita nas próximas eleições não tem apenas que ver com este crescente *não querer*, mas também com o que se quer.

Em que condições é que este crescente *não querer* dos portugueses relativamente à "AD" tem surgido?

Da parte dos que sempre votaram e continuarão a votar nos partidos democráticos, radica-se naturalmente nos anseios e no trabalho por um país livre e progressista, numa consciência e numa prática democrática. Mas daqueles que o ano passado votaram na "AD"? É evidente que a própria acção do Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral, o revelar das verdadeiras intenções, mascaradas durante a campanha eleitoral e postas a nu pela prática governativa, desempenharam papel fundamental. O engano, a ilusão são hoje muito menos possíveis.

Mas, se esse desmascaramento foi fundamental, foi decisiva a luta que contra tal prática governativa da direita se travou. Milhares de eleitores que acreditaram na "AD" há um ano têm hoje todos os elementos para não mais acreditarem nas demagogias dos políticos da direita: mas têm também elementos — e cada vez mais — para acreditarem que a democracia é possível e que é com a democracia que o seu futuro e o dos filhos se pode construir.

Estes meses de luta não se limitaram a ser contra o Governo "AD": foram também (pela força, pela amplitude de massas, pela capacidade de organização) — foram essencialmente por um Portugal democrático, livre, constitucional, um Portugal de Abril.

Ao recorrer a todas as armas ao seu alcance

— ao protesto, à manifestação, à greve, — a classe operária, os trabalhadores, os democratas desempenharam, ao longo deste sombrio consulado reaccionário Sá Carneiro/Freitas do Amaral, um papel decisivo: ao conterem a ofensiva da, afirmaram que é possível barrar o caminho à direita, e que o povo tem condições não apenas para barrar o caminho à direita, mas que, derrotada a direita, pode construir o seu próprio caminho.

As próximas eleições terão de dar expressão a esta realidade viva do Povo português.

E há condições para efectivamente atingir o objectivo essencial que é colocar em minoria os partidos da direita. Mas derrotar a "AD" nas próximas eleições, sendo um passo decisivo e essencial para derrotar a direita, não garante só por si a sua derrota.

Derrotar a "AD" é fazê-la perder as eleições: derrotar a direita é construir a democracia. Para derrotar a "AD" basta não votar "AD"; para derrotar a direita é preciso votar em quem garanta construir a democracia.

O Povo português diz vezes sem conta: o fascismo não está vivo, o que está é mal enterrado. E de facto, o fascismo só será definitivamente enterrado, não apenas quando lhe abrirem a vala, mas quando sobre ela se construírem os sólidos alicerces e as fortes muralhas do edifício colectivo de um país livre, de um estado democrático de uma economia ao serviço dos trabalhadores, de uma Pátria independente — do Portugal de Abril.

A questão de consolidar a derrota da "AD" nas eleições de Outubro com a existência de um governo democrático estável que ponha em prática uma política democrática consequente é por conseguinte essencial por ordem de duas enormes razões; é por outro uma necessidade inadiável para a concretização de uma derrota eleitoral da direita nas próximas eleições.

Como é óbvio, as políticas democráticas fazem-se com partidos, forças e políticos democráticos.

Oferece o PS, só por si, condições para a real alternativa de uma derrota da "AD" nas urnas e a derrota da direita através da existência de um

futuro governo democrático estável com uma política democrática consequente?

Evidentemente que não. Parece ser ainda necessário repetir a meridiana verdade aritmética (uma vez que os dirigentes PS insistem em repetir a escandalosa mentira eleitoralista) que o PS só por si nunca poderá obter resultados eleitorais que lhe permitam uma maioria parlamentar estável para a formação de governo. No passado, o PS aliou-se de facto e depois *de jure* à direita: agora diz (como aliás também então disse) que não se alia com ninguém.

Só deste facto há a concluir (se para tanto não houvesse a multidão de outros elementos) que o PS só por si igualmente não oferece garantias de uma política democrática consequente.

Recusando sistematicamente acordos com o PCP e a APU, o PS nega evidentemente qualquer vontade de pôr em prática uma política de esquerda, de constituir um governo democrático estável com uma política democrática consequente.

Definindo-se o PS como hoje se define e não se define, votar em Outubro PS será votar contra a má política do Governo "AD": o que não será é votar garantidamente numa política melhor. Votar PS em Outubro será votar *contra esta política má*: mas não é votar por uma política boa.

Votar na Aliança Povo Unido (APU) em Outubro é evidentemente votar para derrotar a "AD". Não se trata apenas de uma manifestação eleitoral, trata-se da expressão eleitoral de uma acção consequente de oposição à política dos partidos da direita, à política antipopular e antinacional do Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral.

Os partidos que constituem a Aliança Povo Unido, e especialmente o PCP, têm porém uma acção, uma política que claramente ultrapassa a pura oposição para serem parte integrante da real perspectiva de alternativa que o Povo português reclama e propõe.

A APU não se limita a *opor-se* à política da direita: essa oposição assenta evidentemente no carácter reaccionário dessa política, mas assenta muito mais profundamente na proposta de uma alternativa política global que, no quadro constitucional da democracia portuguesa, assegura a resolução dos problemas nacionais com o Povo português e para o Povo português.

Pela sua acção, pelas propostas programáticas baseadas em largos debates e estudos e numa profunda implantação nas massas trabalhadoras, o PCP e a APU apresentam propostas concretas de acção governativa que, postas em prática, asseguram a real alternativa de uma política democrática.

A verticalidade, a acção consequente, o apego inabalável à verdade, a dedicação provada e comprovada à causa da liberdade e dos interesses populares, a capacidade de organização e realização bebida na raiz de classe do PCP constituem garantias de que as propostas programáticas da APU não apenas são fundamentadas e eficazes como também que a APU é uma força capaz de as concretizar e realizar.

Poder-se-á contudo dizer que, sendo verdade ser o voto na APU um elemento de derrota da direita, sendo verdade ser a APU uma força democrática consequente e capacitada, também a APU não poderá assegurar por si só uma maioria parlamentar estável que lhe permita ser governo e pôr em prática uma política democrática consequente.

Ao contrário do PS, este facto desde sempre tem sido apontado pela Aliança Povo Unido. A APU tem repetidamente afirmado que sozinho, nenhum partido democrático terá condições para constituir um governo estável.

Mas a APU tem declarado que, nestas circunstâncias, é indispensável o entendimento entre as forças democráticas no sentido de se criarem condições para a formação de um governo democrático estável que sem tal entendimento não será possível.

Não ocultando as suas discordâncias com o PS e com outras forças democráticas, o PCP e a APU repetidamente se têm declarado prontos a analisar todas as possibilidades desse indispensável entendimento. E apenas a APU tem consequentemente defendido esta posição.

Votar na Aliança Povo Unido em Outubro não é assim apenas votar *contra* a política da "AD"; não é mesmo apenas votar *por* uma política democrática ao serviço do Povo e do País.

É votar no entendimento e na unidade das forças democráticas, essenciais à criação de condições para, através da formação de um governo democrático estável com uma política democrática consequente, transformar a necessária derrota eleitoral da "AD" numa derrota decisiva da direita e num passo firme para a consolidação do Portugal de Abril.

A Festa do "Avante!" e certa imprensa

Perante um acontecimento com a importância e o impacto da Festa do "Avante!", os diversos tipos de reacções, e a sua evolução, por parte dos jornais da direita (e outros) têm sido ao longo dos tempos muito interessantes e significativos.

Nos primeiros anos — todos estamos lembrados — as notícias da imprensa reaccionária oscilavam entre o cepticismo acerca do êxito da Festa até aos comentários mais ou menos venenosos visando denegrir o acontecimento. Ficou célebre um certo diário que, acerca da Festa, não encontrou melhor maneira de se lhe referir que não fosse dedicando-lhe umas poucas linhas aludindo aos grandes engarrafamentos e aos prejuízos para os lisboetas devido à grande aglomeração de veículos e pessoas nas proximidades da FIL.

Os tempos passaram e as ilusões da reacção também. Tentaram ridicularizar a Festa, dar dela uma imagem distorcida, e o que se viu foi, ano a ano, ela aumentar o seu prestígio e dimensão e ser visitada cada vez por mais gente. E então, baldados os seus esforços, os escribas da reacção decidiram mudar de tática.

Este ano escolheram o silêncio,

ou então uma certa forma de silêncio: reduzir a Festa a este ou aquele pormenor, à actuação deste ou daquele artista. Como se a Festa fosse só isso, como se tudo o mais não existisse. Trata-se de uma forma de manipulação da informação como qualquer outra, mas que, convenientemente, em relação a um acontecimento como a Festa do "Avante!" não tem qualquer hipótese de resultar. Não é pelo facto de certa imprensa a boicotar, ignorando-a ou dando dela uma falsa imagem, que a Festa deixa de ser o que é...

Pode-se não estar neste ou naquele ponto de acordo com os comunistas, pode-se mesmo nada ter a ver com o PCP, mas em qualquer caso é impossível não reconhecer à Festa a sua dimensão impar a nível nacional, não só no que respeita às multidões que atrainos também (e as duas coisas estão obviamente relacionadas) quanto à riqueza do seu conteúdo e ao seu significado político.

Estranhamente, também certos órgãos de imprensa que, situados no campo democrático, muito gostam de permanentemente se auto-louvarem com o seu "pluralismo" e "independência", não entenderam conveniente dar à Festa aquele mínimo tratamento

que a sua importância justificava. Talvez medo das "conotações"? Seja como for, o que o leitor retém é a flagrante discriminação contra uma iniciativa dos comunistas (sem qualquer espécie de paralelo a nível partidário, e não só), isto, pelo menos aparentemente, não porque nela não houvesse interesse político, cultural ou jornalístico, mas precisamente porque se tratava de uma iniciativa dos comunistas, que se viesse de outro partido teria um acolhimento diferente...

Conhece-se a teoria do "equilíbrio" noticioso: dar às actividades dos partidos um tratamento equitativo, de modo a não se pensar que se puxa mais por este ou por aquele. A questão está em saber se, com base em tal teoria, será justo beneficiar uns em detrimento de outros, só porque uns pouco fazem e outros fazem muito.

Há certa gente que gosta muito de acusar os comunistas de "sectarismo". Estão sempre com essa deitaço da língua. Mas há ocasiões em que se vê bem de que lado está o sectarismo, ou seja, verifica-se na prática que tais acusações geralmente reflectem um fortíssimo e incontrolável "sectarismo anti-comunista!"

Moncada aconteceu há 27 anos

Em 1953 vivia-se em plena guerra fria, com os EUA arrogantemente convencidos que nada podia mudar no mundo sem o seu "consentimento". Daí a surpresa quando a 26 de Junho desse ano um punhado de revolucionários (160, no total) investiram, em Cuba, contra a ditadura fascista de Fulgêncio Baptista, sinistro mandatário estadunidense na ilha, então considerada uma espécie de "colónia" do seu poderoso vizinho.

Foi a 26 de Junho que Fidel Castro, então apenas um jovem advogado de Havana, juntamente com um punhado de heróicos revolucionários intentaram o assalto ao quartel de Moncada, um dos bastiões militares do regime de Baptista. A tentativa falhou por evidente desproporção de forças e mais de 70 dos participantes foram torturados e assassinados e os sobreviventes condenados a penas de prisão extremamente pesadas. A ditadura ganhou aquela guerra e o imperialismo respirou, aliviado.

Todavia o "juízo" dos revoltosos tornou-se num processo de denúncia implacável. A pressão da solidariedade internacional impôs a libertação dos prisioneiros e o fracasso da operação abriu novas perspectivas

aos patriotas cubanos, que souberam colher os ensinamentos necessários do falhanço, o que mais tarde frutificaria no grande levantamento popular que derrubaria a ditadura e iniciaria a construção do socialismo ali mesmo, nas "barbas" do imperialismo. O tal que julgava nada ser possível sem o seu "consentimento".

O assalto ao quartel Moncada está indissoluvelmente ligado ao processo revolucionário cubano. Saldando-se num fracasso militar, transportaria, no entanto, um importante ensinamento: não seria apenas com um punhado de homens, por muito heróicos que

fossem, e atacando isoladamente, que se conseguiria derrubar o fascismo. Isso teria de ser feito pelo próprio povo, em luta frontal e total contra o regime. Como veio a acontecer, provando que a semente de Moncada germinou correctamente.

No "juízo" e durante o processo, Fidel Castro reivindicou toda a responsabilidade do assalto, assumindo ele próprio a sua defesa. A sua intervenção, dirigida a todos os patriotas e democratas e à opinião pública internacional durou cinco horas, terminando com a frase histórica: «Pouco importa a vossa condenação, a História

me absolverá». Fidel foi condenado a 15 anos de prisão. Na penitenciária da ilha de Pinos reencontrou o seu irmão Raul, condenado a 13 anos, e os outros sobreviventes de Moncada.

Alastrou pelo mundo enorme repúdio pelas condenações impostas pela ditadura aos jovens revolucionários cubanos. Baptista e o regime acabam por ceder às pressões da solidariedade internacional. Em 15 de Maio abandonam a penitenciária de Pinos e Fidel refugia-se com o seu irmão no México. A luta iria continuar: seis anos depois seria a vitória!

Delegação do PCP na Hungria

De 20 a 26 de Julho visitou o distrito de Bekes na República Popular da Hungria uma delegação do PCP do distrito de Santarém, composta pelos camaradas Hilário Teixeira, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Santarém, e Luís Seródio e João Viegas, ambos

membros da DORSA. A delegação encontrou-se com o camarada Ferenc Frank, Primeiro Secretário distrital e membro do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro. Durante a sua estadia na Hungria, que teve lugar no quadro da cooperação estabelecida entre a Direcção distrital de Santarém do PCP

e a Direcção distrital de Bekes do Partido Socialista Operário Húngaro, os comunistas portugueses foram recebidos por delegações das direcções regionais e locais do partido irmão da Hungria nas respectivas cidades visitadas — Békescsaba, capital do referido distrito, Hékek, Mzeokovácszáza, Szarvas

e Gyula — bem como em fábricas, cooperativas e outros locais e encontraram-se também com elementos da administração local do distrito. A delegação do PCP visitou ainda acampamentos juvenis e um acampamento de pioneiros. Permitindo à delegação distrital de Santarém

o aprofundamento do conhecimento directo da actividade e das experiências das organizações do PSOH do distrito de Békés, esta visita contribuiu para o reforço dos fraternais laços de amizade e cooperação existentes entre os dois partidos e em particular entre os comunistas dos dois distritos.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1695- Lisboa-CODEX. Tel. 788345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1695- Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-Cv — 1000 Lisboa. Tel. 789705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57b — 4000 Porto. Tel. 28639.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

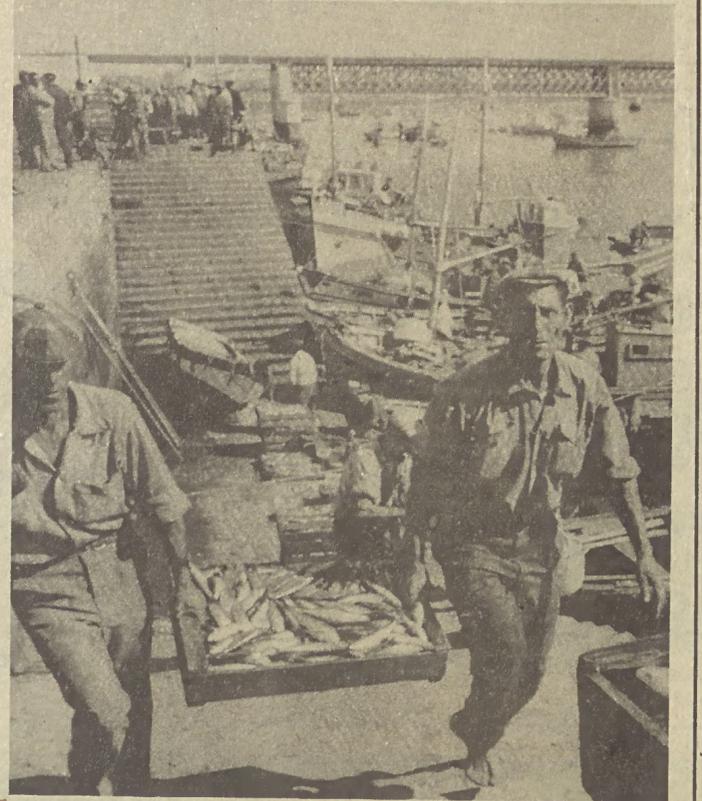
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 778938/778750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. Jollo de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 90004.

Composto e impresso na Hesta Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.



À venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

para a Vitória de Abril

edições Avante!

Tiragem média do mês de Junho: 70 338

As manobras da direita e o FC do Porto

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP divulgou, no passado dia 22, o seguinte comunicado:

1 - Os acontecimentos que abriram uma situação de crise no Futebol Clube do Porto estão a apaixonar a opinião pública. Tratando-se de um problema que pela sua amplitude e implicações, diz respeito aos sócios e adeptos do Futebol Clube do Porto e a toda a população do Porto, a DORP do PCP, com as responsabilidades que tem na vida social do distrito, considera necessário pronunciar-se sobre os acontecimentos.

2 - As grandes colectividades desportivas, designadamente ligadas ao futebol, têm sido, desde há muitos anos, usadas por elementos reaccionários como trampolim de promoção e propaganda pessoal e política e até publicitária por grandes banqueiros, industriais, homens de negócios, etc. Também agora, elementos envolvidos numa actividade política de direita e que simultaneamente ocupam funções de responsabilidade no Futebol Clube do Porto, revelando uma total falta de escrúpulos em relação ao clube e ao desporto em geral, têm procurado aproveitar-se do Futebol Clube do Porto, do seu nome, do seu prestígio e do seu património, para promoção política da direita. Isto arrasta para dentro do clube discussões, choques e conflitos que, tendo por vezes outras origens e situando-se por vezes no terreno das naturais divergências existentes no seio de uma

grande colectividade, reflectem características duma rivalidade política.

Recorda-se a propósito a abertura do Estádio das Antas para a realização de um comício da «AD» no encerramento da campanha eleitoral de Dezembro passado, o que constituiu uma manifesta discriminação em relação a outras forças políticas; a visita ao Estádio das Antas amplamente publicitada, do general Galvão de Melo e, posteriormente, a indignação do candidato da «AD» às eleições presidenciais, a presença do general Soares Carneiro no camarote dos convidados do Estádio das Antas no último Porto-Sporting; a situação do presidente do Futebol Clube do Porto, Américo de Sá, deputado do CDS e a politização da equipa dirigente; o afastamento do dirigente Pinto da Costa na sequência da crítica que dirigiu a um membro do Governo; o aproveitamento da popularidade do Futebol Clube do Porto para fins partidários e eleitoralistas na candidatura a deputado pelo PPD do treinador José Maria Pedroto em 1975 e a sua intervenção na campanha eleitoral da «AD» em 1979.

Tais factos e tal procedimento são de todo condenáveis.

3 - O Futebol Clube do Porto como qualquer outro grande clube desportivo não é propriedade da direita, nem pode ser politicamente conotado pela filiação ou actividade partidária dos seus dirigentes e responsáveis. O Futebol Clube do Porto é uma grande colectividade com características

populares, cuja massa associativa e adepta, sendo do Futebol Clube do Porto, assume posições políticas muito diferentes. Elementos da direita, socialistas, comunistas, homens sem partido, unem-se no Futebol Clube do Porto em torno da simpatia pelo clube.

4 - A DORP do PCP alerta para os perigos reais de desagregação do clube, de desprestígio e de perda de operacionalidade, de divisões que ameacem destruir uma colectividade com ricas tradições e património.

A DORP do PCP alerta para a necessidade de superar a crise, não devendo no entanto a superação fazer-se nem através de medidas repressivas e que atentem contra direitos consagrados nas leis do trabalho nem minando o Futebol Clube do Porto e fazendo-lhe perder capacidade desportiva.

A DORP do PCP alerta para a necessidade de fortalecer e unir o clube e exorta os sócios e simpatizantes do Futebol Clube do Porto no sentido de que cortem com as ingerências abusivas da direita na vida associativa e desportiva de todo contrárias aos interesses do Futebol Clube do Porto e do desporto em geral, às condições necessárias à prática do desporto e ao pleno desenvolvimento das capacidades dos desportistas, à democratização do desporto e às suas funções ao serviço de uma formação humanista e libertadora do Povo português.

O desporto deverá ser sempre orientado na base de uma política e de uma prática democráticas.



Pescadores do «Rio Vouga»: o governo serviu-se deles

O caso do «Rio Vouga» A falta de seriedade da actuação do governo

O Governo da «AD» insiste em fazer da sua política externa um espelho fiel de alguns dos aspectos da sua política global: irresponsabilidade, baixo manobrerismo, completo desrespeito pela dignidade do Estado e pelos interesses de Portugal.

O recente caso dos pescadores do «Rio Vouga» - utilizados friamente para servirem os interesses demagógicos e eleitorais de Amaral, Carneiro e comparsas - é bem elucidativo a este respeito. Enquanto um representante credenciado do Governo subscrescia um acordo num sentido, os governantes faziam declarações noutro...

Numa nota da SIP datada de dia 25, o PCP, tomando posição sobre este problema, fazia questão em esclarecer:

«a) O Governo Português foi o único responsável pelo protelamento da libertação dos pescadores do «Rio Vouga». Ao recusar o diálogo directo com a Frente Polisário que só agora afirma reconhecer, ao pretender provocatoriamente impor

negociações através de Marrocos, o Governo «AD» impediu a rápida resolução do caso com os prejuízos daí decorrentes para os pescadores e suas famílias.

b) O Governo mentiu ao tentar lançar sobre os partidos da oposição a responsabilidade pela não libertação dos pescadores do «Rio Vouga». Pelo seu lado, o PCP considera que, com as iniciativas que tomou, primeiro com o envio imediato duma mensagem, depois, com a deslocação de um elemento do seu Comité Central para contactos directos com a Frente Polisário, não só ajudou a esclarecer a forma da rápida resolução do problema por parte das autoridades da RASD, como foi factor determinante para que o Governo tomasse as medidas que levaram à libertação dos nossos compatriotas. Sem tais atitudes, sem tais iniciativas do Governo, por certo, ainda teria arrastado por mais tempo a solução do caso do «Rio Vouga», prolongando ainda mais a repatriação dos nossos compatriotas.

c) O Governo da Aliança reaccionária - AD com a sua actuação, deu do Estado Português, a imagem do negociador que rasga os compromissos assumidos no próprio dia em que obtém os efeitos pretendidos e reduziu a zero a credibilidade dos negociadores que mandou, desautorizando-os e renegando a sua própria assinatura.»

E a nota acentuava, a finalizar:

«O PCP regozija-se com a libertação dos pescadores portugueses pela Frente Polisário, decorrente de acordo subscrito entre o Governo Português e as autoridades da RASD, mas, ao mesmo tempo, julga indispensável esclarecer a responsabilidade do Governo «AD» no prolongamento do caso e não pode deixar de, mais uma vez, condenar a falta de ética política, as falsidades, o total desrespeito pelos interesses de Portugal e dos portugueses e os métodos indignos de que o Governo «AD» deu prova na condução do caso dos pescadores do «Rio Vouga.»

Termina mais um ano lectivo Que fez o Governo «AD»? Um rol de incompetência!

Tal como nos outros sectores da vida nacional, o Ensino e a Educação sofrem também a incompetência e a política incorrecta do Governo «AD». Agora que mais um ano lectivo chega ao fim (o de 1979/80), que balanço se pode fazer da actuação do Ministério dirigido por Pereira Crespo?

Embora não façamos uma retrospectiva completa, salientemos aqui alguns aspectos: a avaliação nos 10.º e 11.º anos de escolaridade; a situação no ensino primário;

ções de injustiça que foram produzidas».

Do ensino primário ao 12.º ano

Como noutras áreas, o ensino primário registou a marca duma incompetência aliada à política demagógica. Apenas um exemplo:

«O abaixamento para 5 anos e 9 meses para a matrícula obrigatória no ensino primário, sem ter em conta a situação existente quanto a instalações e equipamento escolar, iria le-

dêutico, a política do MEC dirigido pela Aliança Reaccionária não foi menos infeliz, oportunista e incoerente. Uma vez mais, a palavra dos professores comunistas desmonta ponto por ponto a manobra «AD»:

«A decisão claramente demagógica de acabar com o Ano Propedéutico dada a sua imagem totalmente degradada (e retirar daí os respectivos frutos eleitoralistas) materializa-se na criação do 12.º ano da escolaridade de que ainda hoje, no que é essencial, se desconhecem os objectivos, os currículos, os programas, a sua inserção no esquema geral do ensino, a rede escolar. Mas do que se vai conhecendo permite antever que será uma forma ainda mais selectiva para o acesso à Universidade, visto que poucas serão as famílias trabalhadoras com condições para fazer deslocar os seus filhos para os locais onde funcionarão as poucas escolas previstas».

Esta selecção ao Ensino Superior foi sem dúvida um factor presente nas pautas relativas às notas da segunda época do Ano Propedéutico, afixadas no passado dia 22. Registou-se grande número de negativas (possivelmente à volta dos 40 por cento, ou mais) e a maioria das positivas era de 10 e 11 valores.

Os estudantes que já conseguiram passar no Propedéutico têm, entretanto, outra barreira à vista. Em Setembro próximo realiza-se já a primeira fase de candidaturas à Universidade. Os que ainda vão tentar no mesmo mês a sua aprovação no AP (época especial de exames) terão depois menos hipóteses de encontrar vaga no curso superior desejado. Perspecti-

36 524 alunos para 13 000 vagas

No início do ano lectivo que está agora a terminar, estavam inscritos no Ano Propedéutico 36 524 alunos.

Como foi já referido pelo actual titular da pasta da Educação, o número total de vagas nos diferentes cursos do Ensino Superior será sensivelmente igual ao do ano transacto, ou seja 13 000.

Cabe perguntar: os

estudantes do Propedéutico reprovados (e boa parte deles será, estamos certos, de forma injusta, designadamente os de regiões onde o AP foi «leccionado» sem apoio, como Trás-os-Montes, Beiras, Açores, etc.) e mesmo os que consigam a aprovação só em Setembro (época especial de exames) que vão fazer à sua vida?

o «caso» 12.º ano; os problemas dos professores.

Como sublinha em documento divulgado há dias a organização dos professores comunistas de Lisboa, o «escândalo nacional provocado pela elaboração pelo MEC das provas do 11.º ano» contendo numerosos erros, questões completamente desligadas dos programas e inclusive erros ortográficos, «tornou clara a incompetência deste Ministério, o que veio a ser agravado pela inqualificável solução encontrada para reduzir os efeitos das falhas clamorosas cometidas».

Mais adiante, refere o texto: «Comparável a este tamanho erro pedagógico só a fórmula encontrada da avaliação final para o 10.º e 11.º anos, que cria condições discriminatórias absolutamente incompressíveis e inaceitáveis entre alunos internos e externos, ignorando o trabalho realizado ao longo do ano e respectivas notas de frequência».

Assim, «a desorientação que esta situação criou, as dificuldades que introduziu no regular funcionamento das escolas e os prejuízos a que as famílias foram sujeitas, criaram danos de difícil reparação, para não falarmos já das situa-

var ao aumento incontrolável do número de alunos por turma (nalguns concelhos atingirá os 50...), com a inevitável degradação da qualidade de ensino. Quem pagaria? Os alunos, que aprenderiam menos; os pais, que veriam os seus filhos chumbar mais; o povo, que pagaria mais investimentos improdutivos no ensino».

Quando ao 12.º ano de escolaridade, o substituto do Prope-

Portugal e a CEE O que são as «acções comuns»?

Assistimos ultimamente a mais uma série de manobras com a viagem de Freitas do Amaral a Bruxelas, dizendo na ida que a CEE ia decidir financiar em milhões de contos o Governo da AD que apoiava e dizendo na volta que a decisão era ótima mas não foi nada do que queriam.

Desde o princípio que o Governo quis dar a impressão de que os passeios e as conversas pelas capitais da CEE iriam resolver todos os problemas e que Portugal entraria rapidamente para o Mercado Comum.

As declarações cada vez mais categóricas dos presidentes francês e alemão de que Portugal e a Espanha teriam muito que esperar até conseguirem entrar (se é que vão alguma vez entrar...) foram um balde de água fria nas pretensões da AD.

Agora já falam menos nas **datas** (que interessam pouco pois o mais importante são as condições para a entrada) e começaram a falar mais nas «acções comuns». Estas acções são pedidos de financiamentos que o Governo apresentou à CEE para os domínios da formação profissional, da pequena e média empresa, das auto-estradas e estradas, da agricultura, num total de 350 milhões de unidades de contos europeias.

Todas estas notícias têm vindo a público duma forma deliberadamente confusa para que se pense serem muitas coisas diferentes. A situação actual é esses pedidos de financiamento terem sido aceites, «em princípio», pela Comissão, sem se referirem ao montante, que propôs ao Conselho de Ministros da CEE para eles decidirem, o que não deve acontecer tão cedo.

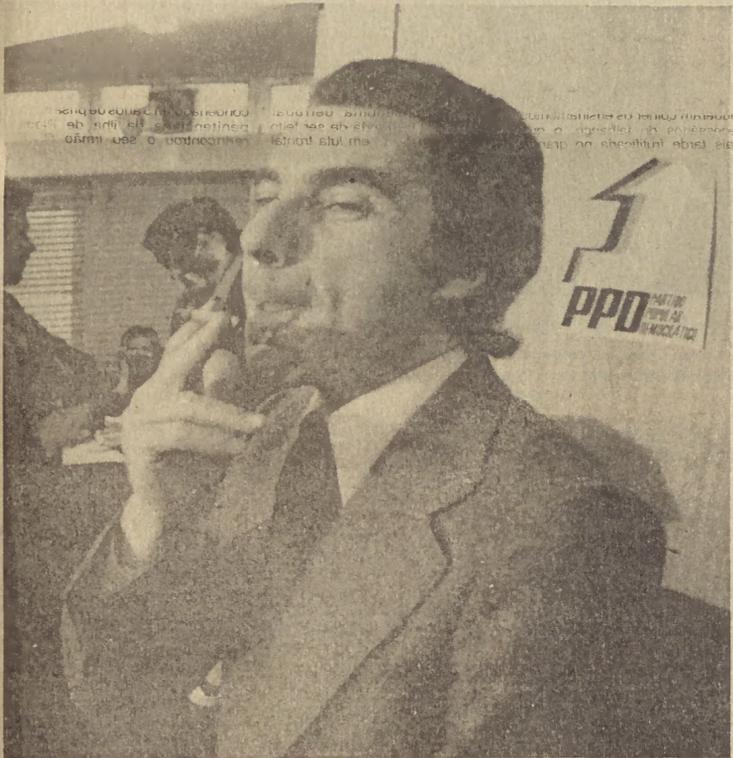
No relatório feito para os ministros duvida-se que o Governo tenha capacidade para apresentar os projectos concretos para ter direito ao dinheiro.

É necessário ter bem presente que: 1.º - O quantitativo é demasiado pequeno para as necessidades daqueles sectores e suficientemente grande para dificultar as condições de negociação portuguesa, pois vai empenhar o País sem que valha a pena.

2.º - As propostas entregues para serem financiadas foram as que se arranjaram e não têm qualquer lógica geral a enquadrá-las.

3.º - Algumas das acções que a CEE iria financiar já estão em curso de execução o que demonstra que não era preciso pedir dinheiro à CEE.

De qualquer forma já é admitido nos meios de Bruxelas que, a verificar-se, a entrada de Portugal será ao mesmo tempo que a da Espanha e não será nunca antes de 1985/86. Agora o que é significativo é que este Governo tenha incluído nas grandes opções para 1980 a construção de infra-estruturas rodoviárias financiadas a fundo perdido pela CEE quando afinal nada há de concreto a não ser meras declarações de princípio...



Carneiro, vendedor de banha de cobra. Agora no governo, procura transformar este numa empresa ao serviço da campanha publicitária da «AD»

O governo «AD» enriquece a «caravana publicitária» da sua campanha eleitoral

O Conselho de Informação para a RTP, reunido em S. Bento na passada semana, decidiu dar um parecer desfavorável à nomeação de Prouença de Carvalho e Rui Ressurreição para os cargos, respectivamente, de presidente e vogal da comissão administrativa daquela empresa da comunicação social estatalizada.

Trata-se de uma decisão da maior importância, não obstante se ter como certo que o Governo não a terá em conta, visto os pareceres dos Conselhos de Informação não terem, por lei, carácter vinculativo.

E para Carneiro e Amaral, os CIs só têm importância, claro, quando emitam pareceres de acordo com o que eles pretendem...

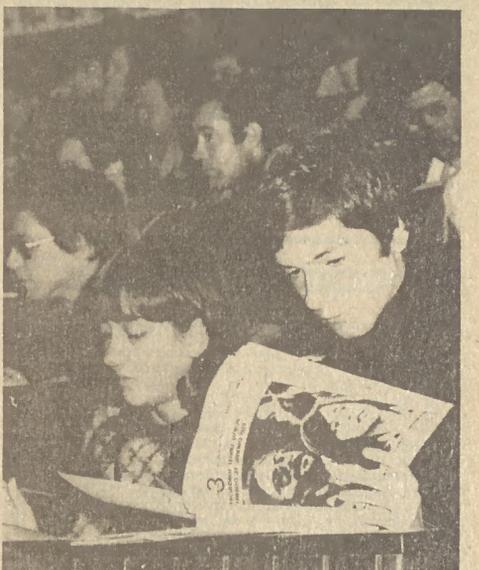
Entretanto, numa nota divulgada a este propósito a SIP do PCP sublinha: «No momento em que se aproximam as eleições legislativas, quando - mais do que nunca - se exige dos órgãos de comunicação social estatizados e dos seus profissionais de informação, um comportamento lesto e equitativo, o Governo da «AD» tem o despudor de ressuscitar o antigo ministro da Comunicação Social de Mota Pinto, conduzindo-o a funções da maior responsabilidade. Ao fazê-lo o Governo revela claramente o seu desprezo pelas posições reiteradamente assumidas pela

opinião pública democrática, pela classe dos jornalistas, pelos trabalhadores da comunicação social que sempre denunciaram as práticas intimidatórias e censórias de Prouença de Carvalho e Rui Ressurreição, a sua incompetência, o acintoso partidarismo das suas acções nos sectores onde exerceram responsabilidades públicas.»

«Insistindo em tais nomeações, mesmo contra a opinião maioritária do CI/RTP, a AD exprime claramente qual a missão que destina à comunicação social estatalizada durante a próxima campanha eleitoral: transformá-la em mais um elemento decorativo da sua caravana publicitária.»

Tempo de antena
Na mesma nota da SIP afirma-se, a propósito de uma outra questão abordada na referida reunião:

«Na mesma reunião o CI/RTP foi chamado a arbitrar, no exercício das competências que lhe são atribuídas pela Lei da Televisão, um diferendo existente entre as associações patronais e as associações profissionais quanto à distribuição do tempo de antena, tendo aprovado uma moção em que se estabelece que o tempo de antena a conceder pela televisão deverá ser igual para estes dois tipos de associações e que, dentro



Também os jovens estudantes têm encontrado no Governo da «Aliança Reaccionária» um declarado inimigo das suas legítimas aspirações

vas para os reprovados do Propedéutico ou mesmo para os que passaram mas que não arranjam vagas na Universidade? A priori, não têm perspectivas... As fileiras do desemprego juvenil serão certamente engrossadas. É assim a política da «AD»...

E os professores?

Perto das eleições legislativas, o Governo «AD» lançou algumas medidas no sector dos docentes. Só que os problemas de fundo, ficaram para outra «oportunidade»... Uma vez mais fiquemos apenas com alguns exemplos esla-

As eleições no Superior vitória esmagadora das listas corrente progressista

O ano lectivo 79/80 foi, sem dúvida, um ano importante na consolidação da vida democrática nas escolas superiores do país, tanto ao nível dos órgãos de gestão, como dos órgãos associativos dos estudantes.

Em relação aos actos eleitorais realizados neste período para as direcções associativas na Academia de Lisboa, registou-se no total um número de 8707 votos para as candidaturas unitárias, contra 7074 para as listas apresentadas pela JSD/PPD e outras de direita.

Estabelecimentos de ensino como as Faculdades de Letras (1137 votos para a candidatura unitária), Direito (1000) e Medicina (891) e o Instituto Superior Técnico

(1295), ISEF (255), ISCTE (503) e ISE (681) votaram com firmeza nas listas propostas pelos estudantes que mais se têm destacado na unidade do movimento associativo, pela prática justa, coerente e democrática, contra o golpismo dos «reformistas» da JSD/PPD e companhia.

De salientar, nomeadamente, as votações já «tradicionais» em Letras (a escola superior do país com mais alunos) e a «surpresa» no Instituto Superior Técnico, cuja Associação de Estudantes deixou de ser controlada pela JSD (com desvios ilícitos e outras manobras), para passar a ser honestamente dirigida por estudantes democratas de várias correntes.

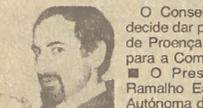
Semana

23 Quarta-feira 1662 - Sob o trono o rei D. Alfonso VI



Escritores, jornalistas, cineastas, artistas e outros intelectuais portugueses estão a canalizar para a Associação Portuguesa de Escritores um protesto contra a barbárie fascista na Bolívia. A Assembleia Regional da Madeira aprova uma proposta do Governo Regional que impõe aos professores madeirenses uma «multa» equivalente a dois meses de salários, que deverão pagar no caso de decidirem rescindir o seu contrato sem aviso prévio; esta decisão foi classificada por um porta-voz do Sindicato dos Professores da Madeira como mais uma tentativa do governo de João Jardim para coarctar as liberdades dos professores. Os três partidos que integram a coligação de direita da «AD» promovem estorpidamente um comício no Rossio de Lisboa, onde a presença dos três «chefes» não logrou encher «meia casa». A Federação dos Sindicatos das Indústrias Químicas e Farmacéuticas afirma que o governo Carneiro/Amaral se prepara para brindar a multinacional norte-americana General Motors com a «venda» (por um dólar simbólico, para fugir aos impostos) da empresa de fabricação de borracha Cimbor, de Ponte de Sor, impondo o despedimento de 200 trabalhadores que ali laboram e repetindo assim a manobra ensaiada na Standard Eléctrica. O Secretariado do MARN, na sequência do plenário das comissões de rendeiros efectuado no passado domingo no Porto, considera que qualquer alteração ao arrendamento rural terá de contemplar a opinião dos rendeiros através do MARN, que continua a defender a aplicação das alterações introduzidas à lei dos senhorios ricos, constantes na lei 76/79. São libertados pela Frente Polisário os 15 pescadores do «Rio Vouga», depois do Governo português reconhecer oficialmente aquela organização como «único e legítimo representante» do povo saaraui.

24 Quinta-feira 1883 - O marechal duque da Terceira entra em Lisboa, pondo em debandada as tropas miguelistas.



O Conselho de Informação para a RTP decide dar parecer desfavorável à nomeação de Proença de Carvalho e Rui Resurreição para a Comissão Administrativa da empresa. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, parte em visita à Região Autónoma dos Açores. Em comunicado, os sindicatos dos trabalhadores agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém alegam que os tiradores de cortiça destes distritos entrarão em greve a partir do próximo dia 26, por um período de oito dias, estando dispostos a retomar o trabalho logo que seja revogado o Decreto-Lei 9/80, mais conhecido por «lei do roubo da cortiça». O Conselho Nacional do Plano aprova, por maioria, com as abstenções dos representantes do Governo e das Regiões Autónomas, um parecer oficial onde se critica duramente a política económica do Governo e o Plano para 1980.

25 Sexta-feira 1975 - Realiza-se o I Congresso da Intersindical.



O Presidente da República publica na Assembleia Regional dos Açores o Estatuto de Autonomia daquela Região Autónoma. O «nebuloso» projecto de construções apresentado pelo «Gabinete JB» à Câmara do Porto e defendido pela maioria «AD» do Executivo é rejeitado na última sessão privada daquele órgão autárquico pela votação conjunta da APU e do PS, a que se somou o voto do arquitecto Artur Andrade, que recusando-se a alinhar pela «negociata», votou contra os seus pares da Aliança Reaccionária, colocando-a em minoria. Em conferência de imprensa, juristas de diversos sindicatos e da União dos Sindicatos de Lisboa afirmam que os trabalhadores da Standard Eléctrica estão dentro da razão e da legalidade, alertando nomeadamente para a necessidade de se cumprir o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, que determina a suspensão da execução do referido despedimento e que a administração daquela empresa, pertencente à multinacional norte-americana ITT, com o apoio do governo «AD», se recusa a acatar. Ultrapassa já o meio milhão de contos o valor global das herdades em venda e vendidas por agrários e reservatários a quem têm sido ilegalmente entregues terras tiradas às UCPs e Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária. Chegaram a Lisboa os 15 pescadores do «Rio Vouga», detidos pela Frente Polisário durante 49 dias.

26 Sábado 1979 - Na AR é aprovada a elevação da Amadora a município e ainda a sua elevação a cidade.

O governo marroquino exige «explicações» ao Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral sobre a atitude que tomou em relação à Frente Polisário, no caso do «Rio Vouga»; entretanto o comunicado conjunto assinado pelo governo português e a Polisário, onde esta Frente é expressamente reconhecida pelo governo português como legítima representante do governo saaraui, é estranhamente «negado» por Sá Carneiro, no Funchal, que assim faz tábuas-rasa dos compromissos que o Governo assumiu para com a Frente Polisário no comunicado conjunto que permitiu a libertação dos pescadores portugueses. O PCP acusa a «AD» e o governo de pretenderem transformar a comunicação social estatizada em «mais um elemento decorativo da sua campanha publicitária» durante a próxima campanha eleitoral.

27 Domingo 1979 - A imprensa revela que o exonerado governo de Mota Pinto, ao contrário do que fez crer, vendeu em dois meses cerca de 11 milhões de dólares de material de guerra ao ditador da Nicarágua.

Realizam-se eleições autárquicas para as Câmaras dos concelhos da Mealhada e de Aguiar da Beira; na primeira o PS recuperou a maioria (4 mandatos) em detrimento da «AD» (que desceu de 4 para três mandatos), tendo a APU perdido o seu vereador; em Aguiar da Beira o CDS bateu o PSD (concorreram separados), tendo conseguido a maioria da Câmara depois de, durante a campanha, ter sido acusado de «fazer o jogo do PS e do PCP». A CGTP-IN denuncia como inconstitucional a presensão do governo Carneiro/Amaral de fazerem com que os patrões retenham o 13.º mês dos trabalhadores portugueses que não façam prova de terem declarado os rendimentos, para efeitos de pagamento de imposto complementar.

28 Segunda-feira 1979 - Realiza-se a Conferência dos Baldios do Norte e Centro, que apela ao PR para que não promulgue a lei que entrega a administração dos baldios às autoridades locais.

A Comissão Nacional de Eleições divulga o mapa de distribuição de deputados, garantindo a possibilidade da realização do próximo acto eleitoral em 5 de Outubro. O Conselho de Informação para a RDP recomenda à Comissão Administrativa da emissora estatal que crie, de imediato, as condições técnicas adequadas ao exercício do direito de antena utilizando para o efeito, e por analogia, o que se encontra prescrito na Lei da Televisão.

29 Terça-feira 1891 - Morre em Sintra, Latino Coelho

Com a atribuição de uma reserva de 140 000 pontos e cerca de 400 ha a dois agrários, o MAP inviabiliza a UCP «Passos de Lenine» de Santiago de Cacém, ficando os 29 cooperantes daquela unidade com apenas 150 ha. A greve dos tiradores de cortiça pela revogação do Decreto-Lei 98/80 denominado pelos trabalhadores como «lei do roubo da cortiça» prossegue nos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém com adesões que rondam os cem por cento. A empresa pública Quimigal vai apresentar à RP de Moçambique propostas de cooperação no domínio dos óleos, sabões, fertilizantes, pesticidas e rações para animais.

Batata e vinho verde Agricultores do Norte exigem escoamento

Ainda há poucos meses, a batata era comprada nos mercados a 20\$00 ou mais o quilo. Na altura o Governo «AD» prometeu intervir, solucionar o problema, garantir o poder de compra das populações, já que a batata é um produto constante das mesas dos portugueses.

E nas promessas se ficou o Governo «AD», que a batata importada para moderar os preços foi habilmente desviada para armazéns, ou mesmo vendida como batata de semente, num logro para os agricultores que a compraram, visto não ter condições para ser utilizada como semente.

Agora, época de grande produção, a batata já aparece nos mercados a 7\$50 o quilo e nalguns sítios ainda mais barata, o que significa que está a ser comprada pelos intermediários aos produtores a preços de miséria que rondam os 3\$50 ou 4\$00 por quilo, aproveitando precisamente a necessidade que os agricultores têm de fazer dinheiro para pagarem a campanha anterior, ou então aproveitando a fartura para jogarem com o argumento: «se não vendes a este preço, vende-me o teu vizinho que tem mais arrobos».

Contra esta situação que prejudica produtores e consumidores se insurge a lavoura de Trás-os-Montes, exigindo o escoamento da batata a preços compensadores.

Não se pense pois que se no princípio do próximo ano a batata aumentará substancialmente de preço os agricultores beneficiam alguma coisa com isso. A batata que nessa altura é lançada no mercado esteve muitas das vezes retirada durante meses em armazéns, depois de ter sido comprada a preços irrisórios, ou então foi comprada na altura da campanha ao agricultor e ali ficou até o intermediário estar interessado em a lançar no mercado a fim de obter lucros de cem ou de duzentos por cento.

Escoamento e preço justo

Prevedo para este ano um excesso de produção de batata, organizações de agricultores de Trás-os-Montes exigiram desde já a atenção das autoridades governamentais no sentido de assegurarem o escoamento da produção a preços compensadores, os quais tendo em conta os gastos da produção e o duro trabalho dos agricultores «não pode ser inferiores a 12\$50».

Num documento divulgado pela Liga dos Agricultores de Vila Real faz-se eco das reivindicações da lavoura transmontana, nomeadamente que se comprometem «os investimentos necessários à transformação industrial da batata excedentária, para a produção de amido, fécula, etc., com vantagens para os agricultores de Chaves, Vila Real, Bragança e Macedo de Cavaleiros».

No final do documento salienta-se que os agricultores de Trás-os-Montes «estão na disposição de levar até às últimas consequências» as suas reclamações, frisando por último que «se todos quisermos a lavoura poderá começar a sair da miséria em que tem vivido».

Querá realmente isso o Governo «AD»?

Vinho verde sem garantia de escoamento

Mas nem só o problema da batata afecta os agricultores do Norte. Também o escoamento do vinho verde a preços justos é reivindicação dos agricultores de Amarante, reivindicação expressa durante o recente encontro promovido pela Liga dos Agricultores de Amarante na cooperativa local.

Actualmente, como se sublinhou, existem grandes quantidades de vinho na posse de produtores com fracas condições de armazenamento, conservação e envasilhamento, e por isso mesmo sujeito a estragar-se.

As perspectivas de escoamento, mesmo a baixo preço, são escassas. Bons vinhos chegam a ser vendidos a 10 contos cada pipa de 500 litros, ou seja 20\$00 por litro enquanto o vinho de consumo não tem procura e quando é vendido atinge preços ridículos de 5 a 7 contos por pipa, o que perfaz, no primeiro caso, 10\$00 por litro e 14\$00 no segundo.

Como se esta situação não bastasse, a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes pratica um preço de intervenção considerado inadmissível pelos agricultores: para queima varia entre os 1320\$00 e os 2200\$00 por pipa. Mas poucos agricultores têm conhecimento da intervenção deste organismo, interessado em fazer segredo disso.

Na reunião, os agricultores não deixaram de recordar e denunciar mais uma vez a atitude do Governo que permitiu a importação de grandes quantidades de vinho ao estrangeiro e ainda recentemente impediu a venda de grande quantidade de vinho branco à URSS.

A preocupação dos vinicultores do Amarante é tanto maior quando a adegas locais para além do «stock» normal tem quatro mil pipas que não conseguem vender e apenas dispõem de uma capacidade máxima de armazenamento de seis mil pipas.

Prevedo-se uma grande produção de vinho para este ano, ainda que inferior à do ano passado, a situação agrava-se.

Alguns, mais bem humorados, dizem que o problema se resolve facilmente se todos os portugueses pusessem «o carneiro em vinha de alhos». Mas o humor não é solução. O Governo em vez de promover mundos e fundos no período eleitoral teria de avançar soluções concretas, assim o exigem os vinicultores de Amarante e de todo o país. Só que o Governo nem quer nem é capaz.

Agrário Danado faz o mal e a caramunha

Neste período de «Aliança do Desgoverno» — mais conhecida por «AD» — tudo é permitido — a ilegalidade é lei, a violência impora, os lucros vão para os latifundiários, capitalistas e monopólios, enquanto que aos trabalhadores espera o desemprego, o aumento do custo de vida, a insegurança.

Era esta a «mudança» que prometeram quando da campanha eleitoral. É esta a «mudança» que estão a cumprir à custa de uma escassa maioria de deputados, que não de votos.

Vem isto a propósito de um trabalhador agrícola ferido a tiro de caçadeira, na manhã do passado sábado, numa herdade próxima de Casebres.

Danado se chama o agrário e danado se mostrou quando, levando a arma à cara disparou sobre o trabalhador Serafim Leitão, atingindo-o num pé enquanto exclamava: «Então tu também cá estás!»

Simplesmente, não estava só. Acompanhavam-no outros companheiros de trabalho, cuidando da terra na Herdade da Serriinha, integrada na Cooperativa de Casebres.

E a faina naquela manhã de sábado teria continuado sem problemas se não tivessem reparado que 40 vacas, 17 bezeros e três novilhos, toda uma manada, pastavam nos campos da Cooperativa. As reses pertenciam ao

Danado, que recentemente fora premiado com uma reserva, pelo MAP, na herdade vizinha do Gargolim de Baixo.

Os trabalhadores interrogaram o maior do gado, que apesar de contratado pelo agrário há vários meses alegou não conhecer bem as extremas, visto só trabalhar ali havia dois dias.

Nisto, como se estivesse à espreita, caçadeira na mão e protegido por dois filhos — um com uma caçadeira e outro com uma moça — surge o Danado que de imediato tenta retirar o gado para a reserva.

Opõem-se os trabalhadores, para assim apresentarem a prova de que o gado pastava nos terrenos da Cooperativa.

O Danado empunha a arma e visa o trabalhador Manuel José que, sereno, lhe diz: «Se me quiseres matar, dispara, se não quiseres abre a espingarda».

E a arma é aberta por escassos momentos até o Danado avistar o trabalhador Serafim Leitão. Com um estalido a arma fecha-se de novo e Danado exclama: «Então tu também cá estás!»

Ao estrondo da detonação seguem-se os gemidos do trabalhador atingido num pé. Conduzido de imediato ao hospital de Alcácer foi transferido para o estabelecimento hospitalar de Setúbal onde vinha a ser operado.

Mas qual não foi o espanto dos trabalhado-

res agrícolas quando se dirigiram ao posto da GNR de Alcácer para apresentarem queixa e verificarem que o Danado ali estivera antes a apresentar queixa, acusando-os de tentarem roubar o gado e de o insultarem.

Protegido pela «Aliança do Desgoverno», vulgo «AD», o Danado faz o mal e a caramunha. Simplesmente os trabalhadores da Cooperativa de Casebres vão proceder judicialmente contra o agrário por ter colocado o gado a pastar nos terrenos da Cooperativa e por ter alvejado, segundo pensam intencionalmente, um dos trabalhadores.

E as ilegalidades continuam

Agora o MAP entrega as reservas que lhe apetece. Assim sucedeu em Moura, na UCP «A Luta é de Todos» onde o agrário José Faria recebeu terras, onde estão por tirar 50000 arrobos de cortiça, localizadas fora da área que constava do pedido de reserva.

Situação idêntica se passou em Vendas Novas, na UCP «Sol Nascente», onde o MAP ofereceu ao agrário Joaquim Neto a Herdade dos Cuncros, em vez da Herdade do Vidigal que pedira.

Nesta última reserva os trabalhadores agrícolas foram roubados em mais 476 ovelhas e 97 vacas que tinham pago ao agrário após a ocupação da herdade.



No intuito de asfixiar economicamente as UCP's e Cooperativas a Lei da Cortiça da «AD», mais conhecida por «lei do roubo», retira aos cooperantes da Reforma Agrária a posse útil da cortiça. Obrigados a, extrair-lhe a empilhá-la os trabalhadores apenas recebem uma pequena percentagem que a Lei não especifica e que pode variar de ano para ano



Trabalhadores tiram a cortiça Governo «AD» tira o dinheiro

Até ao próximo dia 2 de Agosto inclusive os tiradores de cortiça das Cooperativas Agrícolas e Unidades Colectivas de Produção mantêm-se em greve, protestando assim contra o Decreto-Lei 98/80, de 5 de Maio, que numa descarrada «legalização» do roubo «permite a apropriação da cortiça pelo Governo».

Esta forma de luta agora adoptada resulta da insensibilidade do Governo «AD» às várias diligências feitas pelos representantes dos trabalhadores durante mais de vinte dias. Diligências feitas não só junto do Governo mas também junto de outros órgãos de soberania a fim de demonstrar a ilegalidade e a inconstitucionalidade de tal decreto.

Na conferência de imprensa em que os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre e Santarém deram conta da situação e que se realizou na sede da CGTP-Intersindical Nacional, foi salientado que os tiradores

de cortiça estão dispostos a retomar o trabalho logo que as suas justas reivindicações sejam satisfeitas, as quais se traduzem pela suspensão imediata do Decreto-Lei 98/80 e a sua revogação.

Um decreto «exemplar»

No texto do diploma da autoria do Governo Carneiro-Amaral é visível a intenção de destruir as explorações cooperativas da zona da Reforma Agrária, em benefício dos grandes latifundiários brindados com reservas.

Assim, logo no preâmbulo do decreto afirma-se: «É infelizmente notório o estado de degradação em que se encontra o montado de sobro. De facto, com as alterações da gestão do património fundiário na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, foram

praticados actos de duvidoso critério que afectaram a produção soberberca nacional».

Na óptica da «AD», é preferível que os montados de sobro estejam abandonados e cobertos de mato, como sucedia antes do 25 de Abril. Casos houve em que os trabalhadores agrícolas, depois de ocupadas as terras e terem cometido o nefando crime de limpar o mato, extrairam cortiça com 25 e 30 anos na árvore.

Limpar os sobreiros e a terra que os circunda é, pois, na visão da «AD», contribuir para a degradação do montado de sobro.

Mas o diploma não tem papas na língua para consumir o roubo da cortiça. Logo no n.º 1 do artigo 1.º se diz que apenas ficam sujeitos à disciplina do presente diploma todos os órgãos e departamentos do Estado e as entidades singulares ou colectivas, gestores em nome próprio ou por conta

alheta, de explorações agrícolas com montados de sobro situados em prédios rústicos nacionalizados ou expropriados... ou seja as UCP's e Cooperativas Agrícolas.

Portanto, como ali se afirma, os latifundiários brindados com reservas podem marimbar-se no decreto. A eles tudo é permitido, até abater os sobreiros, se assim o entenderem. E não se pense que os latifundiários vão investir, tanto na limpeza e conservação dos montados de sobro, como no povoamento do montado.

Se não o fizeram antes, por que o fariam agora, já que com pouca despesa (pagar a uns tantos durante um mês para tirar a cortiça) têm asseguradas lucros elevados, mesmo que a qualidade e a produção diminuam?

A limpeza do dinheiro

Mas o produto da venda da cortiça também está regula-

mentado pelo referido decreto-lei. Uma percentagem do dinheiro da venda é destinada às despesas de extracção e empilhamento da cortiça amadia, operações culturais e de exploração do montado para as entidades referidas no artigo 1.º deste diploma. A percentagem, imagine-se, é definida anualmente por despacho conjunto dos ministros da Agricultura e Pecuária e do Comércio e Turismo, pessoas conhecidas pelo seu «interesse» em desenvolver a Reforma Agrária.

Setenta por cento do que resta é para dar cobertura a despesas com acções de estruturação fundiária, já realizadas ou a realizar? (A interrogação é nossa).

O restante lucro serve para cobrir despesas com acções de investigação e desenvolvimento da subcultura e da tecnologia corticeira e do custeio dos encargos decorrentes da execução

deste diploma? (A interrogação continua a ser nossa).

Como dizia um dirigente sindical durante a conferência de imprensa: Os trabalhadores limpam os sobreiros, tiram a cortiça, roçam o mato, fazem toda esta despesa, depois vem o Governo Carneiro-Amaral e limpa-nos o dinheiro da cortiça para o dar aos grandes agrários!

Na greve agora em curso, são os trabalhadores que não estão dispostos a tirar a cortiça, sabendo que todo o produto do seu trabalho seria roubado e entregue directa ou indirectamente aos agrários. Por isso exigem que o Decreto-Lei 98/80 seja revogado, por ser discriminatório, classista e anticonstitucional.

E se não for revogado agora, são-lhe daqui a uns meses quando a «AD» deixar de ter a maioria de deputados na Assembleia da República.

Crédito para comprar terras

Mais uma promessa «AD» que ficou esquecida

Quando das últimas comemorações do 25 de Abril, Carneiro, Amaral e outros ministros correram o país com promessas, cortaram fitas de empresas que só funcionariam daqui a anos, ofereceram terrenos que não vinham acompanhados dos títulos de propriedade. Enfim, foi toda uma campanha demagógica com vista às eleições que se aproximavam, no intuito de se perpetuarem no poder.

Prometeram, prometeram, mas não cumpriram.

E é precisamente uma falsa promessa que o MARN-Beiras (Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte-Beiras) vem agora recordar ao Governo «AD».

Naquela altura, o ministro da Agricultura e Pescas apresentou só facilidades na criação de uma linha de crédito para os rendeiros poderem comprar as terras que trabalham.

E a esperança renasceu naquelas famílias que durante todo o ano trabalham, na

incerteza constante de em qualquer momento serem postos na rua pelos senhorios ricos.

O recurso ao crédito, um esforço mais para quem tem por hábito não se poupar a trabalhos, e ao fim de alguns anos a terra seria sua.

Volvidos mais três meses após a promessa do ministro tudo continua na mesma. E os rendeiros que querem comprar as terras que amanhã perguntam onde podem ir levantar o crédito mas ninguém lhes sabe responder.

Face a esta situação e procurando defender os interesses dos rendeiros, o MARN-Beiras pretende saber se o Governo «AD» já lançou a promessa no esquecimento ou se pretende criar a linha de crédito numa altura em que não se tome já necessária, pois nesta época de férias e regresso temporário de emigrantes verifica-se um grande número de compras e vendas de prédios rústicos.

Aqui fica a pergunta que o MARN-Beiras levanta e que

possivelmente o MAP não terá tempo de responder, ocupado como anda em oferecer terras aos latifundiários.

Aumento das pensões rurais

O aumento das pensões dos agricultores para 3750\$00 foi exigido ao Governo «AD» no decorrer da Conferência dos Problemas da Previdência

Rural, recentemente efectuada em Coimbra.

Na Conferência, promovida pelo Movimento de Agricultores por uma Melhor Previdência Rural (MAPRU), foi reivindicado igualmente a extensão do abono de família aos agricultores proprietários, no valor mínimo de 400 escudos mensais.

Uma moção apresentada por jovens agricultores exigiu a criação de cursos agrícolas acessíveis que ajudem à obtenção de maior produtividade na agricultura.

Maus ventos para o "pacote laboral"

O decreto governamental sobre contratos de trabalho a prazo foi declarado inconstitucional pelo Conselho da Revolução. Comentando essa «declaração preventiva de inconstitucionalidade», a CGTP-IN considera-a «um facto importante», nomeadamente porque «a Comissão Constitucional e o CR concluíram que a regulamentação legal da matéria pertence à competência reservada da Assembleia da República, por se tratar de regulamentar o direito fundamental dos trabalhadores à segurança no emprego». Com decreto regulamentador ou sem ele, sabe-se que o Governo «AD» é responsável pela generalização abusiva dos contratos a prazo e pela consequente insegurança do emprego e dos postos de trabalho. Mas a declaração de inconstitucionalidade, além de sublinhar o facto de o Executivo reaccionário não ter submetido o projecto de decreto à discussão prévia das organizações representativas dos trabalhadores, como por lei era obrigado, é uma reafirmação importante, em matéria de direitos dos trabalhadores, sobretudo numa altura em que a mesma Assembleia está encerrada e em que o Governo «AD» se prepara para levar a cabo — como acentua a CGTP-IN — o seu plano inconstitucional de destruir a legislação progressista relativa ao trabalho através do «pacote laboral».

Piora a crise na Equimetal

Os gestores da Equimetal, grande empresa de metalomecânica pesada do sector empresarial do Estado, demitiram-se a semana passada. A atitude do conselho de administração baseia-se na «incapacidade governamental» para viabilizar a empresa, que não paga salários desde Maio findo. As estruturas representativas dos trabalhadores, que têm desenvolvido várias formas de luta para garantir a laboração da empresa e os postos de trabalho, efectuaram várias reuniões com entidades governamentais responsáveis pelo sector.

Em conferência de imprensa, a Comissão de Trabalhadores reafirmou que a Equimetal é viável e que a sua produção, ao mesmo tempo que evita ao País «a importação de material circulante e a consequente saída de divisas», tem capacidade efectiva para exportar mercadorias no valor de 1,5 milhão de contos por ano. Mas o Governo «AD», que parece mais interessado no desmembramento da empresa, para oferecer a sua parte mais rendível ao grande capital privado, tem desprezado todas as propostas para a viabilização da Equimetal. A Secretaria de Estado das Finanças, que prometera resolver o problema até 16 de Julho, no princípio desta semana ainda nada comunicara nesse sentido.

O aval de 70 mil contos que, entretanto, concedeu não chega sequer para pagar todos os salários em atraso. A reconstrução da carteira de encomendas, nomeadamente através de contratos com a CP e a EPAC, não teve seguimento por incapacidade ou decisão do Governo. A EDP, que encomendara à Equimetal uma estrutura destinada à Central Térmica de Setúbal acabou por cancelar a encomenda. Os trabalhadores (cerca de 1500) e as suas estruturas representativas (CT, Sindicatos e delegados sindicais) vão continuar a desenvolver todos os esforços para conseguirem a viabilização da empresa e defender os postos de trabalho.

O modelo "AD" para impostos

O Governo «AD», enquanto não faz nada que se veja para combater as fraudes fiscais do grande patronato que, segundo dados oficiais, atingem os 50 milhões de contos de impostos por pagar, quer que os patrões retenham o 13.º mês dos trabalhadores que não façam prova de declaração de rendimentos para cálculo do imposto complementar. A pretensão do Governo, que a CGTP-IN denuncia como anticonstitucional (o Artigo 53.º da Constituição garante a «todos os trabalhadores o direito à retribuição do trabalho») já foi repudiada no ano passado durante o consulado Mota Pinto. Este ano sucederá o mesmo com a pretensão ilegal e prepotente do Governo reaccionário, pois qualquer sanção nesse campo é da exclusiva competência dos tribunais e não do Executivo. Perante a arbitrariedade governamental e a sua incapacidade para cobrar os impostos do grande patronato, a CGTP-IN pergunta se o Governo Cameiro/Amaral vai «congelar as contas bancárias dos patrões para garantir que estes paguem os impostos». Os trabalhadores repudiam mais uma vez essa pretensão ilegal e contra ela desencadearão, se necessário, as formas de luta que se revelarem necessárias, adverte a CGTP-IN.

Salários na versão UGT

O Sindicato dos Escritórios e Comércio do Distrito de Leiria acusa a Fetese (Federação dos Escritórios do Sul e Ilhas), integrada na UGT, de ter prejudicado os trabalhadores do barro vermelho ao assinar um acordo separado com o patronato do sector. Em negociações anteriores, apesar da resistência patronal, sempre se conseguiu uma tabela única para os sectores do barro branco e do barro vermelho. Ao ceder, assinando um acordo separado, a Fetese/UGT prejudicou todas as categorias profissionais, acrescenta o Sindicato. Por exemplo, os cobreadores do barro vermelho receberão menos 1200 escudos que os do barro branco. Por outro lado, enquanto a tabela negociada pela UGT só tem efeitos a partir de 1 de Julho, a do barro branco vigora desde 1 de Junho.

Tabela salarial dos Seguros

O Governo «AD» põe em xeque a revisão da tabela salarial dos trabalhadores de seguros. Em conferência de imprensa, membros eleitos pela lista unitária para o Conselho Geral do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas que a posição do Governo desrespeita o contrato colectivo de trabalho, surgindo como «um autêntico ataque aos direitos adquiridos pelos trabalhadores de seguros». A recusa do Governo, se for levada à prática, implicará que «só dentro de vários meses a classe venha a dispor, eventualmente, de uma nova tabela salarial».

Como o Governo assalta empresas nacionalizadas

“A perspectiva que orienta os trabalhadores é pelo desenvolvimento das suas empresas com vista a garantir os seus direitos e os seus postos de trabalho e defender o regime democrático” contra um Governo responsável por um plano de investimento do sector empresarial do Estado que “não contempla as necessidades de financiamento dos investimentos necessários, obrigando as empresas nacionalizadas a recorrer a créditos caros por insuficiência dos capitais próprios que o Governo tem obrigação de assegurar”. Esta é uma das conclusões da importante reunião realizada na última sexta-feira na sede da CGTP-IN em Lisboa e em que estiveram presentes as estruturas representativas dos trabalhadores das empresas nacionalizadas que têm sido alvo de ataques desferidos pelo Governo.

Subscrito pelo Secretariado da CGTP-IN, por 5 Federações sindicais (Transportes, Rodoviários e Urbanos; Indústria Química e Farmacéutica; Indústrias Eléctricas e Indústrias da Cerâmica, do Cimento e Vidro) pela Comissão Negociadora Sindical do ACT da TAP, pelo Grupo de Trabalho dos Sindicatos e CTs do Sector das Pescas e por dois Sindicatos (Indústria Vidreira e Indústria de Bebidas) o comunicado final da reunião refere-se, sem as nomear, a grandes empresas nacionalizadas ultimamente debaixo da mira do Governo «AD», nomeadamente a CIMPOR e a Secl (cimentos), a Covina (vidros), a TAP, RN e CP (transportes), a EDP (Electricidade), o sector nacionalizado das pescas e as empresas conveleiras.

O extenso documento saído da reunião, ao analisar a situação actual nessas e noutras empresas perante o agravamento das formas de ataque do Governo contra o sector nacionalizado, repudia:

- Tentativas de imposição de leis inconstitucionais;
- Nomeação de gestores incompetentes, ligados ao 24 de Abril;
- Substituição total de conselhos de gestão e recusa da entrada em funções de gestores eleitos como representantes dos trabalhadores, de acordo com a Lei aprovada pela Assembleia da República (ver referência especial nesta página);

- Preparativos para a desagregação de empresas nacionalizadas, por forma que se criem condições para entregar as partes com maiores lucros, nomeadamente as da distribuição final, ao sector capitalista;
- Paragem completa dos grandes projectos de investimento de interesse nacional e decisivos para o desenvolvimento económico, nomeadamente o plano siderúrgico nacional, o aproveitamento integrado das pirites, petroquímica e barragem do Alqueva;
- Cortes nas propostas apresentadas pelas empresas nacionalizadas dos projectos de investimentos mais rendíveis, por forma a permitir a entrada de multinacionais e outras empresas privadas;
- Cortes de subsídios indispensáveis para manter mais acessíveis os preços dos serviços públicos e para assegurar o seu melhor funcionamento;
- Manutenção e agravamento das dificuldades das empresas nacionalizadas no que se refere às políticas de preços e de crédito e encargos financeiros em que o sector privado tem sido claramente favorecido;
- Retirada de participações do Estado da gestão do respectivo sector para impedir a coordenação de actividades e preparar a sua venda posterior, o que é inconstitucional;
- Suspensão sem motivo dos estatutos existentes, por forma a não cumprir os deveres estabelecidos no que se refere à consulta dos trabalhadores;
- Intensificação das ameaças de despedimento e de pagamento anormal de salários;
- Fomento da acção de sindicatos paralelos e elitistas para atacar a unidade dos trabalhadores;
- Publicação de medidas nos

jornais, que não aparecem no “Diário do Governo”;

● Recusa de audiências às estruturas representativas dos trabalhadores a quem não se dá conhecimento das medidas tomadas, apesar da sua existência, no sentido de uma cabal informação.

Depois de acusar o Governo «AD» de não ter desenvolvido “as acções necessárias, a nível de relações internacionais, para garantir o normal funcionamento da frota pesqueira e o aproveitamento da marinha mercante”, o comunicado do secretariado da CGTP-IN e das organizações já indicadas salienta que as medidas do Governo, que acabámos de referir, foram tomadas “contra a opinião dos trabalhadores” e sem os consultar “o que desrespeita o estabelecido na Constituição, nas Leis, Decretos-Leis e Estatutos das empresas nacionalizadas”.

O comunicado sublinha, por último, que “o Governo toma resoluções que pretendem impedir a contratação colectiva nas empresas públicas, transformando os conselhos de gerência em meros ‘pombos correios’, sem qualquer capacidade de decisão, e contrariando a lei que regulamentava a negociação colectiva”.

Os trabalhadores têm enfrentado os ataques do Governo. A sua luta organizada, juntamente com a das forças políticas e sindicais que os representam, evitou que a escalada governamental atingisse mais profundamente as conquistas democráticas de Abril. Mas essa luta vai intensificar-se ainda mais contra a direcção principal do ataque reaccionário aos fundamentos mais sólidos da democracia e aos direitos elementares dos trabalhadores.

Manifesto em Setúbal

A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal (USS) e a Cintura Industrial do mesmo distrito (CIS) distribuíram, entretanto, um manifesto exigindo a demissão do Governo Cameiro/Amaral, que, “ao serviço do grande capital e dos latifundiários e às ordens do impe-

Reforço e articulação das formas de luta

As organizações presentes na reunião aqui referida exigem, segundo o comunicado final, “que os trabalhadores sejam ouvidos como é seu direito; que sejam respeitados os interesses e os direitos dos trabalhadores; que a Constituição seja cumprida”.

Nesse sentido, acrescenta o comunicado, as organizações subscritoras “decidiram intensificar o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores das empresas nacionalizadas, convocar plenários de trabalhadores com vista ao reforço e articulação das formas de luta contra a ofensiva reaccionária do Governo e pela defesa das suas condições de vida e de trabalho, pela defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores, pela defesa das nacionalizações”.

Na CP

Entre as negociações e a greve

Em marcha muito lenta prosseguem no princípio desta semana as negociações entre o conselho de gerência da CP e as associações sindicais representativas de 24 mil ferroviários. Interrompidas por um dia para recomeçarem ontem, as negociações não deram ainda resultados suficientes para a anulação do pré-aviso de greve entretanto apresentado para uma ou mais paralisações de trabalho até 10 de Agosto.

Anteontem, ao fim da tarde, os Sindicatos ainda não tinham marcado qualquer data para as paralisações permitidas por aquele pré-aviso.

A luta na CP, que tem vindo a agudizar-se nos últimos dois meses (greves de 24 e 48 horas com paralisação total da rede ferroviária nacional e das ligações no Tejo, em 17 de Junho e 2, 3, 18, 21 e 22 de Julho) tem como pano de fundo a contratação colectiva — uma das linhas de ataque do Governo nas empresas nacionalizadas — designadamente, a reivindicação, anterior às negociações para a revisão da tabela salarial, de um reequilíbrio das remunerações na CP, desequilibradas por uma acumulação de prémios concebidos aos maquinistas.

Não às imposições na TAP

Entretanto, na TAP, onde quatro ministros “AD”

ordenaram um inquérito aos contratos concluídos nos últimos 15 anos para a aquisição de aviões, o Governo Cameiro/Amaral procura esconder o fracasso que averbou na greve dos pilotos multiplicando-se na adopção de medidas que não ultrapassam o âmbito do pessoal e deixam de parte (nem sequer as mencionando) quaisquer garantias de reequilíbrio económico-financeiro da empresa, nem medidas de gestão capazes de reestruturar a TAP e a respectiva exploração comercial.

Os Sindicatos

representados na empresa, segundo comunicado conjunto, decidiram optar-se, nomeadamente, a quaisquer tentativas do Governo ou do conselho de gerência para “impor administrativamente medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores”.

Sob o título “os trabalhadores dizem não à destruição da TAP-EP”, aquele comunicado, emitido depois de analisadas as 400 páginas de documentos que o conselho de gerência submeteu à apreciação da estrutura sindical com um

conjunto de medidas previstas ao abrigo da “situação económica difícil”, repudia “iluminadamente” as imposições do conselho de gerência e do Governo, nomeadamente no que respeita às condições de trabalho.

Em contrapartida, os Sindicatos reafirmam a sua disposição de negociar essas condições com a preocupação sempre presente da salvaguarda de todos os postos de trabalho e da recuperação da transportadora aérea nacional.



Durante a recolha de fundos que precedeu a conferência de imprensa das estruturas representativas dos trabalhadores da SE/ITT, no Rossio

Standard / ITT Um exemplo prático do que a “AD” quer destruir

Dificuldades acrescidas pelo período de férias e pelas ameaças da administração ITT, que usa todos os meios de coacção, apoiada num Governo sem princípios, para quebrar a solidariedade dentro da empresa para com as companheiras despedidas, não conseguiram fazer desistir os órgãos representativos dos trabalhadores da Standard Eléctrica / ITT da luta pelo regresso dos despedidos aos seus postos de trabalho, de acordo, aliás, com o acordão emitido nesse sentido pelo Supremo Tribunal Administrativo.

As diligências e esforços continuam dentro e fora da empresa para que esse acordão seja aplicado, pois os trabalhadores “estão dentro da razão e da legalidade”, como ainda confirmaram recentemente juristas de vários Sindicatos e da União dos Sindicatos de Lisboa que promoveram uma conferência de imprensa para a divulgação do referido acordão.

Entretanto, o Governo continua a actuar como cúmplice da ITT. Frente ao Ministério do Trabalho, numa conferência de imprensa e depois de o responsável “AD” por aquela pasta se ver

na obrigação de dizer um disparate (que não tinha medo de comícios, declarou) os representantes sindicais e da comissão de trabalhadores denunciaram mais uma vez a posição de um Governo para quem os órgãos de soberania, a Constituição, as próprias leis, desde que favoráveis a quem trabalha, são motivo permanente da revisão, ou de desprezo, na perspectiva, apontada aliás, claramente, pelo próprio Governo e prosseguida na prática, de que não pode governar com as leis do País, que quer revê-las de alto a baixo, nada preocupado com consensos, mas unicamente com a política de confrontação que vem aplicando desde que tomou posse.

A posição do Governo, subordinada aos interesses imperialistas mais concretos, como no caso da Standard / ITT, é um bom exemplo para explicar praticamente que a “AD” não governa para consolidar a democracia e os direitos, liberdades e garantias que lhe são inerentes, mas para destruir o regime democrático em Portugal, isto é as condições concretas para o seu exercício.

O governo impede posse de gestores

A recente decisão da Comissão de Trabalhadores da Quimigal no sentido de processar judicialmente o Governo «AD» se, no prazo de dez dias não entrarem em funções os representantes eleitos para os órgãos de gestão daquela empresa nacionalizada, veio trazer novamente à ordem do dia a recusa escandalosa por parte deste Governo de cumprir o que determina a Lei 46/79 no respeitante aos gestores-trabalhadores eleitos pelos seus companheiros de trabalho nas empresas do sector empresarial do Estado.

O que se passa na Quimigal, onde esses representantes foram eleitos há mais de oito meses, é comum a todas as outras empresas públicas, nacionalizadas e participadas. Com o falso pretexto da aprovação de normas regulamentadoras da Lei 46/79, que nunca chegaram a ser aprovadas, este Governo, seguindo as pisadas do ministro Sousa Franco, no Governo anterior, mantém suspensa a entrada em funções daqueles gestores, os únicos cujos lugares dependem de eleições, pois os restantes são de nomeação governamental.

Os trabalhadores, ao elegem os seus representantes, cumpriram a Lei. A eleição e a tomada de posse dos gestores-trabalhadores não está dependente da aprovação de qualquer diploma regulamentador. Mas, neste como noutros casos, o Governo «AD» ignora as leis nacionais. Não as cumpre, ou arranja pretextos para manter sem efeito os seus resultados.

E, neste caso, esses resultados incidem sobretudo no controlo de gestão. O Governo «AD» quer dar por terminada essa conquista das classes trabalhadoras. Ter um representante legítimo dos trabalhadores nas administrações, nos conselhos de gerência ou de gestão das empresas públicas e de todo o sector empresarial do Estado seria uma situação insuportável para um Governo que quer ter as mãos completamente livres para manobrar como entender dentro dos órgãos de gestão, a fim de conseguir os seus objectivos que vão todos no sentido de favorecer os grandes grupos económicos do capital privado, entregando-lhes tudo o que dá lucro nesse sector decisivo da economia nacional e base indispensável da consolidação da democracia.

Na linha do que já vem sendo feito por várias CTs, como se verifica na Quimigal, vai ser necessário abrir, por várias formas, uma nova frente de luta pelo cumprimento da Lei 46/79 no que respeita aos gestores-trabalhadores. A sua inadivél entrada em funções deve ser exigida por todos os meios legais, obrigando o Governo a cumprir a Lei.

Terminado, entretanto, o prazo de dez dias, a CT da Quimigal interpôs junto do Supremo Tribunal Administrativo um recurso contra a atitude do Governo, que se recusa a ordenar as diligências necessárias à entrada em funções dos gestores eleitos legalmente pelos trabalhadores.

Nomear e preparar delegados da APU em todas as mesas eleitorais – uma tarefa importante e inadiável!

Nas eleições legislativas de 2 de Dezembro passado, no distrito de Castelo Branco, faltaram 94 votos à APU para eleger um deputado, o qual seria retirado à "AD". Sabe-se que para que tal acontecesse – e o mesmo se verificou noutros distritos – contribuiu decisivamente a candidatura e votação em pequenos partidos esquerdistas, sem hipóteses de eleger deputados, o que motivou a dispersão inconsequente dos votos. Mas há outro aspecto também de decisiva importância: após as eleições, através de uma investigação que nem sequer foi muito aprofundada, verificou-se a existência em Castelo Branco de mais de 94 votos ilegais, cuja detecção na altura própria e consequente anulação permitiria à APU eleger o seu deputado!

Mas o que aconteceu foi que alguns delegados da APU não protestaram ou reclamaram na altura em que se verificaram as irregularidades, o que teve como consequência que o recurso apesar de tudo apresentado no Tribunal da Relação de Coimbra não pudesse ser aceite. Acresce que houve muitas mesas eleitorais do distrito em que a APU nem sequer teve delegados.

decisiva nos resultados das próximas eleições de Outubro. Da constatação deste facto decorre a urgência em tomar medidas que, a serem adiantadas, poderão comprometer a resolução do problema.

Uma situação que se não pode repetir

Mas voltemos às eleições anteriores, que constituem um passado recente de que é preciso tirar as devidas lições.

É necessário lembrar – para que a situação não se repita – que em grande parte das cerca de 13 mil assembleias de voto não esteve presente nenhum delegado quer da APU quer do PS. Tal ausência, não tenhamos dúvidas, foi um factor que facilitou e até incentivou a prática de numerosas irregularidades por parte dos delegados dos partidos reaccionários, que se é certo que em alguns casos poderão ser pessoas de espírito mais ou menos democrático, noutros sabe-se que o não são. Basta dizer que muitos deles são precisamente os mesmos que já "controlavam" as famigeradas "eleições" do tempo do fascismo...

Por outro lado, houve muitos casos em que os delegados das forças democráticas ou não

tiveram a firmeza suficiente para exercerem a fiscalização que se impunha, ou nem sequer, por falta de preparação, tiveram consciência das irregularidades que se estavam a cometer. E o facto comprovado é que elas se cometeram, adulterando significativamente os resultados.

Sabe-se que ainda hoje, no Portugal de Abril, há vários e poderosos factores condicionantes à legítima expressão eleitoral da vontade popular. Se é certo que não há comparação com o que se passava no tempo do fascismo, estando agora garantido um mínimo de condições democráticas que nesse tempo eram impensáveis, não é menos certo que persistem os tais factores condicionantes, nomeadamente em certas zonas do país: falta de liberdades democráticas, dependência económica e social perante os caciques e o patronato reaccionário, ausência de esclarecimento, pressões dos caciques e do clero mais retrógrado, etc.

A superação de tais dificuldades, que não se poderá fazer de um dia para o outro, está indissociavelmente ligada à própria luta popular pela defesa, consolidação e aprofundamento do regime democrático. Mas no que respeita à fiscalização eleitoral, e não

obstante, também aqui, a interferência dos referidos factores, há todo um trabalho que pode e deve ser feito desde já, garantindo que as próximas eleições sejam limpas. Porque se o forem, a vitória das forças democráticas, nomeadamente o reforço do PCP e da APU, será imparável!

Uma longa lista

As irregularidades cometidas pelas forças reaccionárias nas últimas eleições foram muitas e de várias ordens, não sendo fácil fazer uma relação completa ou sequer aproximada. Podemos, no entanto, e apontando apenas algumas situações – tipo, referir as seguintes:

Durante a campanha eleitoral:

- Assassínio de uma criança de oito anos por pessoas que integravam uma caravana da "AD", na freguesia de S. Nicolau, concelho de Cabeceiras de Basto.
- Boicotes de sessões de esclarecimento através de diversas formas,

incluindo a violência física. Em Angra do Heroísmo, numa sessão de esclarecimento da APU, foram lançadas bombas de fumo e de Carnaval; em Ribeira dos Amiais, Caldas da Rainha, recorreu-se aos petardos, às pedras e aos tiros de caçadeira.

- Tentativas de assalto a sedes de candidatura da APU, como aconteceu em Ponta Delgada.
- Cortes de estrada e viragem de viaturas, como aconteceu em Porto de Mós.
- Agressões a candidatos, como aconteceu em Santo Tirso, na empresa Abel Alves Figueiredo.

Durante a votação:

- Expulsão pela força de delegados dos partidos das assembleias e secções de voto, de modo a impedir a fiscalização, como aconteceu na freguesia de Santo André das Tojeiras, concelho de Castelo Branco, e em várias outras freguesias.
- Votação ilegal por terceiros pessoas, sendo a situação mais frequente a da votação de pessoas

que notoriamente não eram eleitores, e algumas vezes cegas nem estavam fisicamente incapacitadas para escrever uma cruz, mas, apesar disso foram substituídas por outras no exercício do direito de voto. Estes casos verificaram-se em quase todas as assembleias e secções de voto.

- Presença de outras pessoas no acto de votação, tendo havido centenas de casos em que pessoas acompanhadas foram acompanhadas e influenciadas por outras no acto de votação, apesar do facto de serem indivíduos doentes ou terem dificuldades de locomoção.
- Em todos estes casos, o voto não foi nem secreto nem livre.
- Validação de votos nulos, fraude frequente, cometida de diversas formas. Bastam as Tojeiras, concelho de Santo André das Tojeiras, para dizer que, apesar do aumento de 5 303 votos em 24 de Abril de 1976 para 5 919 074 em 2 de Dezembro de 1977, o número de votos diminuiu entre estas duas eleições.

A falcatrua mais utilizada

Os métodos utilizados pelas forças reaccionárias nas eleições de 2 de Dezembro para falsear os resultados foram múltiplos e variados, mas o mais comum e generalizado foi a votação ilegal por terceiros pessoas.

O Art.º 97.º da Lei Eleitoral permite que, ainda que a existência naquel círculo eleitoral de pessoas afectadas por doença ou deficiência física notória que as impeça de votar sozinhas, possam ser acompanhadas de um cidadão eleitor por si escolhido.

Mas é evidente que tal possibilidade só se pode admitir em situações realmente excepcionais, e desde que, sempre que tal se torne necessário, seja apresentada uma prova – um atestado médico, nomeadamente – do referido impedimento.

Entretanto, o que se verificou foi que em numerosas assembleias e secções de voto se multiplicaram os casos de ceguidades e outros inválidos a votarem acompanhados, de forma altamente suspeita...

Basta dizer que só na freguesia do Rego, concelho de Celorico de Basto, num total de 766 eleitores, mais de 200 votaram com cegos!

Repare-se que se, por hipótese, admitirmos a existência média de dois casos destes em cada assembleia ou secção de voto, teríamos nada mais nada menos do que 1300 votos ilegais! Só por este exemplo, se pode ver a grande importância que a correcta fiscalização do acto de voto efectivamente tem.

ALIANÇA POVO UNIDO
APU
POVO UNIDO

para a derrota da "AD"

para a vitória de Abril



Os círculos e os deputados

Cumprindo o prazo legalmente estabelecido, a Comissão Nacional de Eleições divulgou já o mapa de distribuição de deputados pelos 22 círculos eleitorais. Em relação às anteriores eleições, as novidades residem no aumento de um deputado pelo círculo de Lisboa e na diminuição também de um pelo círculo de Coimbra.

A incompetência e desleixo do governo estiveram em riscos de comprometer a elaboração a tempo do documento de distribuição dos deputados, em função do último recenseamento, o que poderia motivar o adiamento das eleições.

Mas estas acabarão por se realizar na data prevista – domingo, 5 de Outubro –, sendo a seguinte a distribuição dos deputados pelos diversos círculos:

LISBOA	57
PORTO	38
SETÚBAL	17
BRAGA	15
AVEIRO	15
SANTARÉM	12
COIMBRA	11
LEIRIA	11
VISEU	10
FARO	9
CASTELO BRANCO	6
VIANA DO CASTELO	6
VILA REAL	6
AÇORES	5
GUARDA	5
MADEIRA	5
BEJA	5
ÉVORA	5
BRAGANÇA	4
PORTALEGRE	4
EUROPA	2
FORA DA EUROPA	2



Vila da Feira demonstra a importância que teve a eleição do deputado comunista em Aveiro

O que é, de facto, votar de forma útil numas eleições? A resposta é simples: eleger para os órgãos a que se destina o acto eleitoral, pessoas que assegurem um trabalho dedicado, honesto e activo em defesa das populações, ou seja, em defesa de quem proporcionou a sua eleição.

Há ainda outras formas de explicar o voto útil e coerente. É mostrar, ponto por ponto, o que foi realizado por iniciativa das forças democráticas e progressistas.

Assim fez a Comissão Concelhia de Vila da Feira do PCP, ao divulgar à opinião pública um importante comunicado em que, referindo-se às eleições intercalares do distrito de Aveiro (Dezembro de 1979) sublinha a dado passo:

"A provar que os votos na APU que levaram a que fosse eleito o deputado do PCP Vital Moreira foram votos úteis está a acção

desenvolvida na Assembleia da República e fora dela, no sentido de se resolverem os problemas dos trabalhadores e das populações do distrito, através de intervenções e requerimentos apresentados na AR ao Governo, além do contacto sempre directo que se tem estabelecido com os trabalhadores e as populações e de que são exemplo as inúmeras visitas a empresas e localidades levadas a efeito pelo deputado Vital Moreira".

UM EXEMPLO ESCLARECEDOR EM NÚMEROS E FACTOS

Acrescenta o documento dos comunistas da laboriosa Vila da Feira:

"Pode-se afirmar que apesar da Aliança Povo Unido só ter eleito um deputado, este apresentou mais do triplo dos requerimentos ao

Governo sobre os problemas do distrito de Aveiro" em comparação com todos os outros 14 deputados eleitos no círculo pelo PS, PPD e CDS.

Diz, a propósito, o comunicado que temos vindo a citar: "Estes vieram na campanha eleitoral prometer o que não cumpriram, para 'arrabanharem' votos, pois raramente intervieram na Assembleia da República para defender as populações, de cujos problemas se mostraram constantemente alheados".

Sobre o caso específico do concelho de Vila da Feira, o deputado comunista levou ao hemisfério de S. Bento diversas questões importantes, designadamente o caso do matoado clandestino (e foco de perigosa poluição) da Nogueira da Regedoura, os inúmeros casos de despedimentos, despedimentos e contratos a prazo nas empresas do concelho, especialmente corti-

ceiras, o desenvolvimento da zona termal e turística das Caldas de S. Jorge e a criação da zona turística do concelho e do Hospital da Feira".

UM EPISÓDIO REVELADOR DE COMO A DIREITA É "MACACA DE IMITAÇÃO"...

Mais adiante, sublinham os comunistas de Vila da Feira: "De uma forma geral, os requerimentos apresentados pelo deputado do PCP tiveram os seus resultados e por vezes o Governo, bem como os partidos que o representam, com receio de 'perderem o comboio', vieram apressadamente tomar atitudes em relação aos problemas levantados (pelo deputado comunista), como se de facto estivessem interessados em resolvê-los, por iniciativa própria".

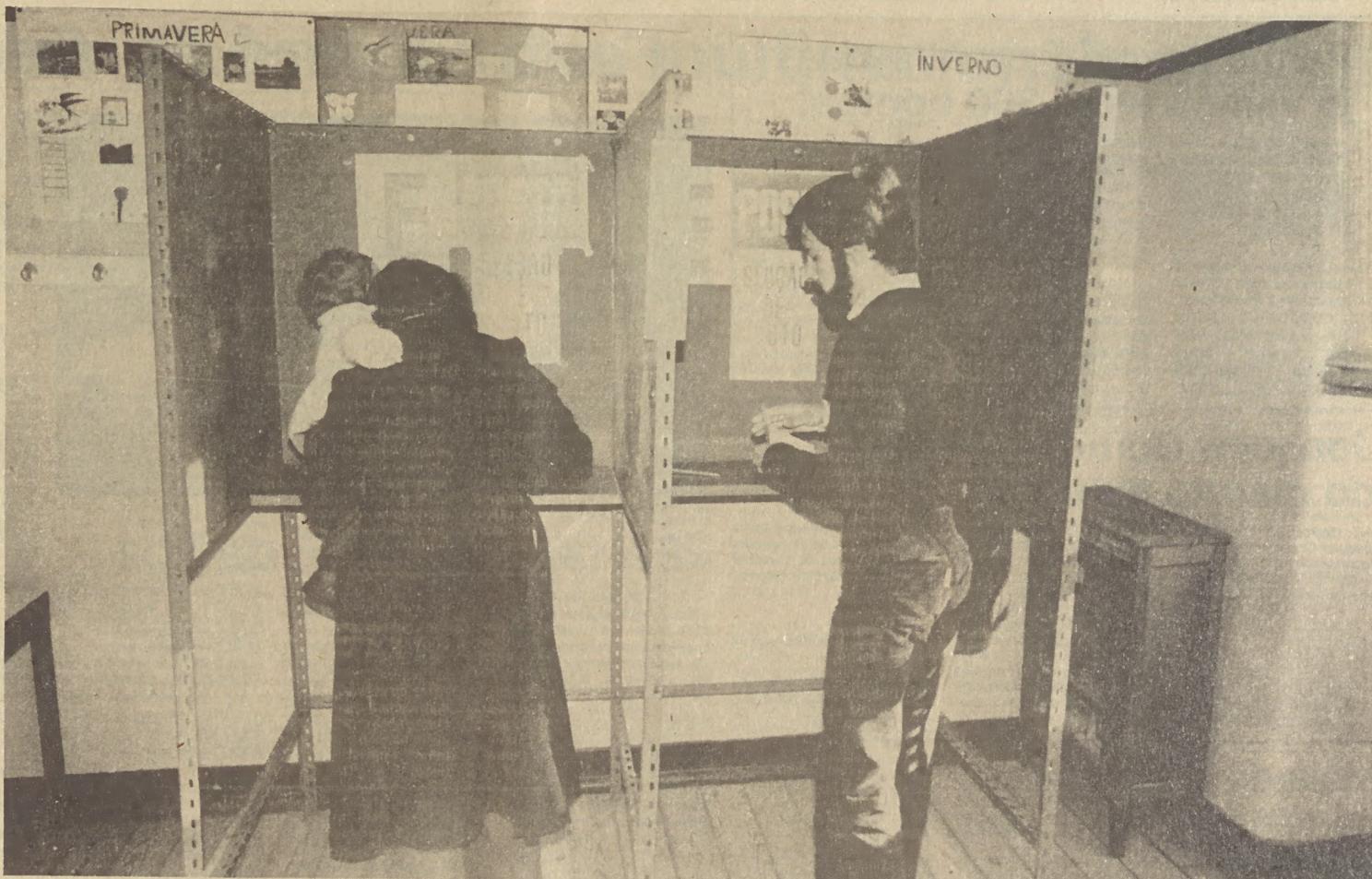
Um caso significativo aconteceu por exemplo na altura da apresentação do requerimento sobre a criação da zona turística do concelho da Feira (manhã do dia 20 de Junho). Vejamos os factos: alarmado pela inoperância dos seus comparsas 'empoleirados' no Município local, o secretário de Estado do Turismo telefonou com urgência (tarde do mesmo dia 20 de Junho) para o presidente da Câmara da Vila da Feira, "a fim de que este levasse à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, que se realizava nessa mesma noite, a proposta de criação da zona turística da Feira, o que o sr. presidente, bem mandado, logo se prontificou a fazer, ultrapassando para isso as normas legais da Assembleia Municipal e sem que tal proposta tenha sido analisada primeiro pela Câmara, como a lei obriga".

Como diz, à parte final, o documento da Comissão

Concelhia do PCP, "enquanto a direita e o Governo reaccionário que a representa, com oportunismo e demagogia procuraram convencer as populações de que estão interessados em solucionar os seus problemas, e para isso olham a meios para atingir esse fim, nem que seja através da quinta ou sexta vez que se realizou a sessão extraordinária do Partido Comunista Povo Unido para a defesa e a luta por conquistas alcançadas pelo povo em 25 de Abril".

Por isso, o PCP e a APU aumentaram a sua votação intercalares (1979) foi eleito pela primeira vez um deputado comunista. Nas últimas eleições para as autarquias locais (1979) o "Povo Unido" quadruplicou o número de eleitos em relação ao acto eleitoral de 76, tendo quase 200 mandatos.

eleições
119 266
● D
bole
acon
Monçã
as açç
cacique
● P
dupli
detecta
ao Zal
Europa
● V
de vot
foto o
aconte
Chão e
de A
fregues
● P
nas as
todos
não foi
pres
livre.
● Vali
nulos,
frequ
divers
Bastan
Tojeira
dizer q
o núme
aument
em 24
5 919
Dezemb
o núme
diminui
de acq
seja, a
a vota
E a
se esta
tarefa
a desig
to das
e secç
quidada
assim m
a impo
ção el
a verac
votaçã
isto to
influên
votaçã
aqui
possível
não de
Trat
cabo,



Há que desenvolver um esforço para que o voto seja realmente a expressão da vontade popular

conclusões da Conferência Nacional do PCP realizada no Porto, na qual este problema foi largamente referido.

Compete às organizações regionais do partido e às comissões eleitorais formadas ou a formar, dinamizar e orientar organizadamente esta tarefa, que terá que abranger mais de 26 mil camaradas e amigos, ou seja, o número total de delegados efectivos e suplentes para as assembleias e secções de voto. Mas compete também a cada um dos delegados indicados ou a indicar desenvolver um esforço pessoal de preparação, particularmente através do estudo da legislação adequada, de modo a que estejam em condições de, com serenidade mas também com firmeza, impedir e anular as previsíveis falcaturas dos reacçãoários.

É preciso ter ainda em atenção que o esforço no sentido da nomeação e preparação dos delegados deverá ser enquadrado na tarefa geral de alargamento da influência e melhoria da organização do Partido. Isto é particularmente necessário nas chamadas zonas difíceis, onde os contactos são geralmente mais complicados, o trabalho eleitoral, com efeito, permite muitas vezes estabelecer ou restabelecer ligações, recrutar, criar novos organismos do Partido.

Nomear e preparar os delegados da APU às mesas de voto é uma tarefa urgente e inadiável. Quanto mais tarde este trabalho se fizer, mais dificuldades haverá em levá-lo a bom termo, pois outras importantes tarefas relacionadas com a campanha eleitoral se imporão entretanto.

A lista por Lisboa e o seu significado

Causou alguma sensação o conhecimento dos nomes que integram as listas da APU por Lisboa para as próximas eleições legislativas, pois nelas surge muita gente independente, sem filiação quer no PCP, quer no MDP/CDE. Estão neste caso, por exemplo, o conhecido cantor Carlos do Carmo, o musicólogo João de Freitas Branco, o vereador Anselmo Anibal ou Sá Marques, presidente da Associação Protectora dos Diabéticos e do Sindicato dos Médicos.

O elevado número de independentes incluído nas listas da APU apenas

poderá surpreender verdadeiramente quem desconheça o projecto político que presidiu à criação da Aliança Povo Unido, projecto esse alargado no tempo e no espaço com o enriquecimento colhido da experiência. Esse projecto político foi sempre claro, preciso e sem vacilações. Prosseguindo com determinação, cumprido integralmente numa prática de todos conhecida.

Tem sido a actuação da APU e mais concretamente o trabalho produzido pelos seus eleitos nas diversas tarefas cívicas que lhes foram cometidas pelo seu

eleitorado, que justificam, em absoluto, o crescimento contínuo desse mesmo eleitorado. E que explicam obviamente o espectacular alargamento da base de apoio da Aliança Povo Unido, base e crescimento avançando em proporção directa com a confiança inspirada pelo trabalho dos eleitos da APU. São cada vez mais vastos os sectores que vêm nas propostas da APU o seu voto seguro e certo, numa dimensão que a torna numa frente democrática com peso determinante em toda a vida do país.

Não é estranho, portanto, que a APU extravase (e

cada vez mais largamente) as suas candidaturas para além das margens da militância das forças políticas que a integram. E não é estranho, ainda, sublinhemo-lo, porque as propostas avançadas pela APU têm (sempre tiveram) a ver com os interesses mais profundos do nosso povo e enquadram compromissos que jamais foram renegados ou dissolvidos em negociações de conjuntura. Esta verdade, incontestável para quem quer que seja, vai sensibilizando sempre mais e mais gente, num crescimento que se resume numa verdade ainda mais

simples: o trabalho, a competência, a honestidade e todas as qualidades humanas invocadas pelos eleitores de todos os quadrantes, é no terreno que se provam e é no terreno que se colhem os seus frutos. O alargamento contínuo da APU passa e explica-se rigorosamente por aí.

O facto de haver nas listas APU não apenas independentes mas homens que vêm de camadas sociais e profissionais mais diversas, fala ainda de outro facto não menos relevante: é que as propostas da Aliança Povo Unido têm a ver com os

interesses de todo o povo trabalhador português. Com o operariado e os intelectuais, com o funcionalismo e os pequenos e médios empresários, com o campesinato e a juventude, com os homens, mulheres, novos e velhos e de todas as profissões deste país que querem a democracia, o bem-estar e o progresso da nossa pátria.

Dai que a APU seja, cada vez mais, o reflexo das realidades e interesses sociais, culturais e económicas do nosso país. Dai que a APU não pare de crescer. Nem parará!

Candidatos comunistas por Faro denunciam inoperância da política «AD»

No seguimento de uma reunião de quadros do Partido realizada em Faro, no passado domingo com a presença de 120 camaradas, decorreu no Centro de Trabalho do PCP naquela cidade uma conferência de imprensa em que foi divulgada a lista de candidatos da APU pelo círculo do Algarve, assim como as grandes linhas de intervenção da campanha eleitoral dos comunistas.

Participaram no encontro com os profissionais da Informação os camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do CC, Margarida Tengarrinha, também do CC, e outros candidatos.

Depois de salientar a importância decisiva das próximas eleições legislativas "para a vida política do País" e "para a defesa do regime democrático saído do 25 de Abril",

o documento aprovado no encontro, "no quadro geral da luta para derrotar a AD", aponta como "objectivo eleitoral" da actividade dos comunistas neste período "contribuir para reforçar a representação parlamentar do PCP e da APU no seu conjunto na Assembleia da República".

Prossegue o comunicado: "Nas intervenções produzidas na reunião por um largo conjunto de participantes, abrangendo a quase totalidade dos concelhos do Algarve, foi em geral salientado o descrédito e isolamento em que se encontra a política desenvolvida pela AD. Contribuem para esse isolamento e descrédito a abusiva utilização do cargo pelo Governador Civil AD, numa desenfreada campanha eleitoralista, a par de uma prática política fascizante;

a manipulação escandalosa dos meios de comunicação social no Algarve, designadamente na RDP-Sul; a corrupção e compadrio que surgem em escândalos sucessivos nos vários escalões do aparelho de Estado".

Detendo-se em seguida nos problemas que continuam a afectar a região, e para os quais a política de direita nem uma solução justa aponta, o documento aprovado pelos militantes comunistas salienta a habitação, os esgotos, o saneamento básico em geral, a crise nos principais sectores da economia no distrito, "designadamente na indústria de conservas, nas pescas, na agricultura e no turismo"; o brutal aumento do custo de vida, o aumento do desemprego; as dificuldades no acesso ao crédito dos

pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; a paralisia dos tribunais do trabalho; e o impasse na criação da Universidade do Algarve; a degradação do equilíbrio ecológico; e a ausência de uma política eficaz de defesa do património cultural do Algarve.

Referindo-se, mais adiante, às "linhas fundamentais de intervenção na campanha", o documento sublinha as "formas que permitam o contacto mais estreito possível entre os candidatos e os eleitores do distrito". Revela-se ainda que está já programado um largo conjunto de comícios, sessões de esclarecimento, jornadas culturais e espectáculos artísticos, "tudo isto de forma a imprimir à campanha da APU uma grande vivacidade e dina-

mismo como reflexo do entusiasmo e confiança com que a próxima batalha eleitoral é encarada pelo conjunto da organização do Partido".

São os seguintes os candidatos do PCP para a lista da APU pelo círculo eleitoral de Faro:

Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do Partido; Margarida Tengarrinha, membro do CC do PCP; Mário Coelho Prudêncio, membro do secretário da União dos Sindicatos e da AM de Faro; José António dos Santos (Zeca Santos), de 63 anos, solicitador, vereador da APU na Câmara Municipal de Tavira, independente proposto pelo PCP; José Marques Tavares, de 37 anos, pescador

de Olhão, membro da direcção do sindicato dos pescadores do distrito de Faro; José Madeira Frederico, de 34 anos, de V. R. de S. António, operário da construção civil, membro dos corpos gerentes da cooperativa operária "28 de Janeiro"; José Veloso, de 50 anos, arquitecto de Lagos, membro da Assembleia Municipal de Lagos; Marcolino da Encarnação Jorge, de 43 anos, pescador do Portimão, presidente da direcção do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro; Maria de Lurdes Ruivo, de 47 anos, professora de Faro, membro do Conselho Directivo da escola secundária Tomaz Cabreira; José Guerreiro, de 46 anos, empregado da hotelaria, membro dos corpos gerentes do sindicato da hotelaria do distrito de Faro.

Definido, na prática o Castelo Branco

Na realidade dos votos expressos, para além de que problemas do distrito passaram a ter uma voz mais interessada no hemisfério.

Mesmo assim, embora não nesse logradouro elegez, em dezembro último, nenhum deputado por Castelo Branco, as forças que compõem a APU foram, no período final do funcionamento da Assembleia da República, mais do dobro das iniciativas dos outros deputados daquele distrito.

Só nos últimos seis meses, o PCP fez 75 requerimentos, intervenções e um projecto-de-lei sobre a região. Isto há a juntar as iniciativas parlamentares do MDP, o que representa o dobro das iniciativas tomadas pelos seis deputados eleitos por Castelo Branco. A conferência de imprensa



lista da APU por aquele círculo eleitoral.

No decorrer do debate, além da análise da situação política no país e no distrito, os camaradas detiveram-se no estudo das grandes ideias e linhas de força que vão caracterizar a campanha eleitoral do PCP e da APU, uma campanha que se quer viva, aberta e confiante na vitória da democracia, no reforço da Aliança Povo Unido e na derrota da "AD". A propósito, foi salientada a perspectiva da eleição de dois deputados do "Povo Unido" no distrito.

Entretanto, estão já marcados alguns dos plenários unitários e de militantes a nível concelhio, de freguesia, bairro e empresa, além de muitas outras iniciativas populares.

Pesada derrota da «AD» na Mealhada

Uma grande derrota para a "AD" — eis a grande conclusão a extrair dos resultados das eleições intercalares para a Câmara Municipal da Mealhada, no distrito de Aveiro, realizadas no passado domingo, e que foram ganhas, ainda que tangencialmente, pelo Partido Socialista. Com efeito, a coligação reacçãoária perdeu 329 votos em relação às eleições para a Câmara de 16 de Dezembro passado, devendo ainda registar-se que já então tivera menos 245 votos do que nas eleições legislativas de 2 de Dezembro. Isto significa que a "AD" desce em flecha, pagando o preço da sua política antipopular e contra os interesses nacionais.

O PS acusou uma pequena subida (mais 117), mas isso foi quanto lhe bastou para, beneficiando da

acentuada quebra da "AD", alcançar mais 5 votos que a coligação reacçãoária e conquistar a maioria de mandatos (quatro contra três da "AD") e a presidência da Câmara.

Quanto à APU, obteve menos 178 votos do que nas eleições para a Câmara de Dezembro passado, descendo percentualmente de 11 para 10 por cento. Em Dezembro obtivera 1034 votos, e agora teve 856. Tal desdida, ainda que não espectacular, e de qualquer modo muito inferior à registada pela Aliança reacçãoária, tem, evidentemente, as suas razões. Uma delas, diga-se desde já, deve-se ao período de férias que actualmente se atravessa. Poder-se-á dizer que tal é verdade para os votantes de todos os partidos, mas o facto comprovado é que houve muitos votantes certos da APU ausentes do

concelho e sem possibilidades financeiras para ali se deslocarem, a fim de exercerem o seu direito de voto.

Mas há outras razões mais de fundo. Com efeito, não se poderá deixar de ter em conta as específicas circunstâncias locais que condicionaram estas eleições. Para a generalidade do eleitorado, o que fundamentalmente estava em jogo era a presidência da Câmara, disputa esta que essencialmente confrontava o PS com a "AD", dado que nas anteriores eleições uma pequena diferença os separava: 3983 votos para a AD contra 3533 para o PS. Estes dois partidos, aliás, assentaram a sua campanha em torno da figura dos respectivos candidatos à presidência, ao contrário da APU, que salientou sempre a necessidade de um trabalho colegial e eficiente

ao nível de toda a vereação. Por tudo isto, é de admitir a deslocação de alguns votos da APU para o PS.

Deve sublinhar-se que a direcção do PS jogou fortes trunfos nestas eleições, não tanto tendo em vista a criação de condições para a resolução dos problemas locais, mas na perspectiva de alcançar resultados que, posteriormente, lhe permitissem orientar em certo sentido a sua propaganda para as eleições de Outubro. Escolheu como cabeça-de-lista um deputado, fez deslocar ao concelho Mário Soares, Salgado Zenha e outros dirigentes nacionais, empregou meios sofisticados de propaganda, incluindo avionetas — e apesar de tudo isto subiu apenas uma centena de votos e ganhou tangencialmente graças à grande desdida da "AD".

Um outro factor que

esteve na origem da desdida da APU foi os moldes em que se fez a candidatura do MRPP, que não concorreu às eleições para a Câmara em Dezembro mas decidiu (ou alguém por ele?) fazê-lo agora... Este partidinho não promoveu comícios, não contactou com as massas. Limitou-se (ou alguém por ele?), nos últimos dois dias da campanha, a fazer circular caros de som cuja palavra de ordem era a seguinte: "O voto nos comunistas é na foice e no martelo." A intenção é clara, e também se percebe a quem serviu tal campanha.

Deve-se ainda salientar que mais uma vez se registaram acontecimentos que levam a crer a existência de votos ilegais. Delegados da APU apresentaram diversos protestos, nomeadamente relativos

a pessoas não devidamente identificadas a quem foi permitido votar, havendo igualmente casos de pessoas que, ao pretenderem votar, verificaram que já outras o haviam feito em seu nome... Estes factos reforçam a necessidade, para a qual aliás chamamos a atenção neste número do "Avante!", de uma eficiente fiscalização eleitoral.

De qualquer modo, e em conclusão, o grande significado político destas eleições é sem dúvida a grande derrota da "AD", incapaz já de enganar o eleitorado nas zonas onde existe um mínimo de liberdades e onde é possível confrontar as promessas demagógicas dos reacçãoários com a nudez crua dos factos. Derrotada na Mealhada, a Aliança reacçãoária caminha para a derrota no país.

Plenário em Portalegre

Importantes questões relativas à preparação do próximo acto eleitoral foram motivo para um plenário distrital de militantes em Portalegre, realizado há dias com a participação dos camaradas Blanqui Teixeira e António Gervásio, ambos membros da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Também presentes outros camaradas do CC, da Comissão Distrital de Portalegre do PCP e cerca de uma centena de militantes vindos de todos os pontos do distrito.

Joaquim Miranda, economista, membro do PCP e já eleito nas intercalares (2 de dezembro de 1979), e Florindo Madeira, advogado, independente, Governador Civil do distrito após o 25 de Abril, são os cabeças-de-

Para o novo CT de Almada já vamos em 4 300 contos!

4 300 contos — Já vai aqui o resultado da campanha de fundos que decorre a nível concelhio para pagamento do novo CT de Almada.

Diversas iniciativas, integradas num trabalho dedicado e entusiástico, continuam, assim, a levar a todos os pontos do concelho o apoio à ajuda e solidariedade de comunistas, simp-

tizantes e amigos do Partido.

Mais de mil contos daquela verba foram alcançados através da chamada «cota suplementar».

Há organizações que já ultrapassaram as suas metas iniciais e algumas até já marcaram novos objectivos de recolha de contribuições, sendo de destacar neste caso

a Função Pública e o núcleo do trabalho desportivo. Outras estão já muito próximas das metas, designadamente as organizações do Mercado de Almada, EDP, Têxteis, Cortiças e armazém da concelhia.

Os apoios de fora do Partido têm sido importantes na campanha, registando-se, por exemplo, o caso da Lisnave (400 contos).

Joaquim Gomes no norte do distrito de Leiria

O deputado comunista Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, esteve recentemente nos concelhos de Pedrógão Grande e Alvaiázere, ao norte do distrito de Leiria.

No primeiro, o cabeça de lista da APU por Leiria às próximas eleições foi recebido na Barragem do Cabril, onde teve oportunidade de contactar

com técnicos e trabalhadores que lhe explicaram o funcionamento da central eléctrica e a sua integração na rede primária nacional.

O camarada Joaquim Gomes esteve depois no Ramalho, onde debateu com militantes do PCP vários assuntos de ordem política e da organização do Partido no concelho e, mais tarde, em Alvaiázere onde visitou

a creche que a Assembleia Distrital de Leiria ali mantém em actividade, o hospital e a ponte da estrada nacional 350.

Finalmente, teve uma reunião com elementos da APU da zona em que foram analisados alguns dos principais problemas do município, nomeadamente a assistência social.

Mais de mil pessoas na festa de Bela Mandil

Mais de mil pessoas estiveram no último fim-de-semana (de sexta-feira a domingo) numa animada festa popular organizada pelos comunistas de Bela Mandil, freguesia de Pechão, Oihão.

Além de diversas provas desportivas em que a juventude marcou presença e de um completo serviço de

bar, o convívio incluiu no seu programa uma «noite de fado» com Fernando Farinha e a actuação de vários artistas, designadamente Júlia Babo, Adriano Correia de Oliveira, Pauliteiros de Pechão, Brigada Victor Jara, Eduardo Jacques e Cremilda Gil (actores), Sérgio Mestre, um coro alentejano e o jovem acordeonista (12 anos) João

Marcelino Bonixo. O bailiarico da festa foi animado pelo conjunto «Núcleo», de Oihão.

A intervenção política esteve a cargo de Margarida Tengarrinha, que em 1949 foi uma das participantes na jornada juvenil ali realizada pelo MUD e na sequência da qual foram presos pela polícia política do fascismo vários jovens democratas.

Festas do Partido — Festas de Abril



Em 1978 foi assim, na Figueira. Como será este ano?

«Férias-80» na F. da Foz

O prometido é devido. Na última semana dissemos que hoje daríamos mais pormenores sobre a festa «Férias-80», a realizar na bela cidade da Figueira da Foz, em 15, 16 e 17 de Agosto.

Pois bem, começando pelo programa artístico, podemos desde já adiantar que confirmaram a sua presença José Viana, Dora Leal e Brigada Victor Jara (sexta-feira), José Barata Moura, numa manhã infantil, Adriano Correia de Oliveira, Júlia Babo e Carlos Paulo (sábado) e Fernando Farinha, além de vários fanáticos amadores da região (domingo).

No último dia da festa haverá ainda a participação de ranchos folclóricos e Zés Pereiras, estando previstas

para as duas primeiras noites animados bailes populares.

Os visitantes terão ainda os mercados da Reforma Agrária e do Livro e do Disco, uma retrospectiva do cinema português, colóquios, exposições políticas, venda de artesanato e louças regionais, pavilhões das organizações da Beira Litoral e também de outros pontos do país, como o Porto e Santarém.

Funcionará ainda um restaurante central com os afamados pratos típicos da região.

Em resumo podemos dizer que as «Férias-80», a efectuar no Campo da Mata, serão um espaço aberto ao convívio, à representação dos costumes

e hábitos da população local, do seu trabalho, das suas manifestações folclóricas e culturais.

A Festa «Férias-80» é sem dúvida a mais importante realização político-cultural da região. Nos anos anteriores tem mobilizado uma vasta e entusiástica participação popular, com especial destaque para os amigos que ali passam as suas férias de Verão.

Amanhã, a comissão executiva da festa promove, a partir das 16 e 30, no CT da Figueira, uma conferência de imprensa em que revelará todos os pormenores da iniciativa.

A «VE» (Vamos Entrar), ou seja, a entrada permanente da festa, custa apenas 100\$00.

Sábado e domingo Festa da Amizade na cidade de Faro

A capital do Algarve vai estar em festa nos dias 2 e 3 de Agosto, portanto já no próximo fim-de-semana. A iniciativa pertence à Comissão Concelhia de Faro do PCP e denomina-se «Festa da Amizade».

O artesanato popular de todos os pontos da região algarvia, um completo serviço de bar com os tradicionais «comes-e-bebes» e um pavilhão para prova do bom medronho e dos doces regionais funcionarão permanentemente nos dois dias da Festa.

Entretanto, do diversificado programa destacamos:

Sábado — Canto Livre a partir das 20 horas com José Jorge Letria, Joaquim Pessoa, Samuel, Carlos Paulo e grupo coral de Mértola. Actuação do Rancho Folclórico de Tavira. Primeira jornada do torneio de damas. Baile com o conjunto «Pops».

Domingo — Mercado da Reforma Agrária. Actuação de palhaços, do Grupo Infantil Pauliteiros de Pechão e do Professor Minhocas, numa animada tarde infantil. Final do torneio de damas. Canto Livre com Manuel Freire, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Mendes, José Viana e Dora Leal. Intervenção pelo camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e presidente do Grupo Parlamentar comunista.

A entrada permanente para a 1.ª Festa da Amizade em Faro custa 120\$00. Mas há também bilhetes isolados.

Festa-convívio em Caldas de S. Jorge

Com a participação de cerca de 3500 pessoas, decorreu recentemente uma animada festa popular promovida pela Comissão Local da Aliança Povo Unido nas Caldas de S. Jorge, concelho de Vila da Feira.

A iniciativa, que se prolongou por dois dias, incluiu, nomeadamente, torneios de damas e malha, canções populares e piquenique onde não faltou a sardinha assada e o caldo verde.

Sorteios de Loures Amadora e Covina

No decorrer da Festa do «Avante!», os camaradas de Loures promoveram um sorteio em que os três primeiros prémios seriam outras tantas «carroças saloias», devidamente «recheadas» com diversos produtos.

O sorteio teve o seguinte resultado: 1.º, 511; 2.º, 17 374; 3.º, 17 089. Os camaradas solicitam aos possuidores dos números premiados que os levantem, o mais rapidamente possível, no Centro de Trabalho do PCP no Tojal.

Entretanto um outro sorteio, este dos camaradas da Amadora, realizado no passado dia 24, deu os seguintes resultados: 1.º prémio (um televisor a cores) — 67 947; 2.º (um fogão de cozinha) — 49 643; 3.º (uma fritadeira eléctrica) — 04 581.

Um outro sorteio, destinado à angariação de fundos para ampliação do Centro de Trabalho em Santa Iria e promovido pela célula da Covina, a quem os premiados se devem dirigir, teve os seguintes resultados: TV a cores — 9841; rádio — 7124; ferro eléctrico — 4465.

Em Fanhões um novo CT

Os comunistas de Fanhões meteram ombros a uma importante tarefa para a actividade política na região: a compra de uma casa que sirva para Centro de Trabalho do Partido.

Os camaradas já encontraram a casa, tendo dado uma entrada de 100 000\$00, conseguida com um primeiro apelo aos

militantes e amigos do Partido na laboriosa zona de Fanhões (Loures).

A campanha, entretanto, continua e o apelo dos camaradas aqui fica. Os donativos podem ser enviados para o Centro de Trabalho do PCP, Travessa da Caridade, Fanhões, 2670 Loures.

Encontro da APU em Almada

Amanhã, às 21 e 30, realiza-se na Incrível Almadense um importante encontro da Aliança Povo Unido (APU), no decorrer do qual será eleita a Comissão Eleitoral do concelho e debatidas várias questões de interesse no âmbito da preparação das eleições legislativas.

Toalha de renda

Informa o Comité Local do Zambujal (Loures) que o sorteio de uma toalha de renda cujas rifas foram vendidas na Festa do «Avante!» «escolheu» como feliz contemplada a amiga

Maria de Lurdes Silva Pereira, moradora na Avenida Bartolomeu Dias, na Póvoa de S. Adrião. No Alto da Ajuda, adquiriu a rifa com o número 069.

Camaradas falecidos

ANTÓNIO VILHENA — Membro da organização concelhia de Sines, faleceu recentemente o nosso camarada António Maria Vilhena, mais conhecido por António Rachadinho. Desenvolveu tarefas partidárias na clandestinidade e após o 25 de Abril participou em lutas importantes a nível dos trabalhadores, das forças unitárias e da organização do Partido. Até à altura da sua morte, dedicou grande dedicação à venda do

«Avante!» na zona do Bairro Marítimo.

DOMINGOS RENDEIRO — Com 30 anos, vítima de atropelamento, faleceu na passada segunda-feira o militante comunista Domingos Raçães Rendeiro, auxiliar de produção na Tabaqueira. O camarada residia em Moscovide, onde colaborava com a respectiva organização, e desenvolvia ainda actividade na 7.ª zona.



Festa da Alegria em Braga: este ano ainda vai ser melhor!

Nos próximos dias 8, 9 e 10 de Agosto (de sexta-feira a domingo), a cidade de Braga vai ser novamente cenário da Festa da Alegria, cuja popularidade e impacto na região é a melhor resposta a todos aqueles que ainda tentam escamotear a crescente implantação do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores na laboriosa região minhota.

Este ano, a Festa da Alegria, que vai já na sua terceira edição, espera uma afluência superior a 30 mil pessoas, número registado no ano anterior.

Espaço aberto ao convívio e à amizade, a Festa organizada pelos

comunistas de Braga será um ponto de encontro para os democratas do Minho e de outros pontos do país, e também para os emigrantes, que nesta altura do ano vêm até nós trazer o seu abraço, e que no recinto da Festa — Parque Municipal de Exposições — poderão inteirar-se da luta dos trabalhadores e do seu Partido de Norte a Sul do país, através dos stands e pavilhões ali presentes.

Além de três importantes colóquios (Jogos Olímpicos e Desporto, eleições e Luís de Camões), exposições de venda de artesanato e actividades recreativas diversas, confirma-se

a participação nos espectáculos de Carlos do Carmo, Paulo de Carvalho, conjunto «UHF» e do «Toma Lá Show!», entre muitos outros.

Mas não se fica por aqui. O folclore, por exemplo, vai ser abrihantado por um Festival em que participarão cerca de 15 ranchos. Também várias bandas de música e os tão apreciados «Zés Pereiras» darão cor, som e alegria à Festa.

E se o desporto constitui sempre uma festa dentro da Festa, também no grande convívio popular de Braga ele estará presente através de um torneio de xadrez,

provas de ciclismo e atletismo (atenção à estafeta Guimarães-Braga, aberta a todas as colectividades, clubes populares, núcleos desportivos de sindicatos, escolas, bombeiros, etc), além do futebol.

À «Festa das vossas férias» não vai faltar um grande Festival da Juventude no qual, entre outras iniciativas, haverá um grande concurso de canções capaz de proporcionar, um convívio fraterno entre jovens de todas as idades.

A Festa da Alegria espera por ti. Vai e leva a família e os amigos!

Em Belém, junto aos Jerónimos

O sonho dum autarca «AD» de fazer uma «Feira Popular»

Os efeitos da APU e do PS para a Assembleia da Freguesia de Belém andavam preocupados com a resolução (que se arrasta) de problemas que afectam a população daquela zona, quando um belo dia verificaram que o presidente da Junta (AD) já providenciara no sentido de dotar a zona ocidental de Lisboa com o empreendimento de que mais carecia.

Com efeito, os efeitos da APU e do PS viravam as suas preocupações para o mau estado de alguns arruamentos, o desenvolvimento dos bairros de lata, a degradação das casas, em grande parte propriedade camarária, a falta de saneamento básico em certos locais, a falta de apoio à terceira idade e outras preocupações de cariz semelhante, muito embora a Junta de Freguesia, de maioria «AD» não os resolvesse.

Mas um dia, ao lerem um mensário regional que se publica na freguesia, constataram quão mesquinhas eram as suas preocupações face à solução que o presidente da Junta, Fernando R. Soares, encontrara e estava já a pôr em prática — uma «feira popular» em Belém, a funcionar 4 meses por ano, embora este ano só funcione parte de Agosto e Setembro.

Confidente foi o jornal

Director de «A Confidente», Fernando R. Soares tomou por confidente o referido mensário para dar conta do projecto que estava a realizar, esquecendo-se de o comunicar aos elementos da Junta da APU e do PS.

Diz o mensário que «uma obra magnífica irá surgir muito em breve em Belém, fruto de um

trabalho exaustivo e persistente, mas que tão raizes num sonho de Fernando Rodrigues Soares».

É o próprio mensário que afirma ter-lhe a notícia sido revelada em primeira mão pelo presidente da Junta. Mais adiante acrescenta-se que a iniciativa «conta com o importante apoio do ministro das Finanças e Câmara Municipal de Lisboa, cujo Presidente tem dado o melhor da sua colaboração para o bom andamento da organização do certame».

Segundo reitera posteriormente o mensário, para o presidente da Junta «as receitas da iniciativa visam reforçar o papel da autarquia na vida socioeconómica local e reverterem, fundamentalmente, a favor de futuros apoios a prestar no campo da Terceira Idade, creches, infantários e de famílias mais carecidas e outros».

Colectividades desportivas?

Diz-se ainda, mais adiante, que o projecto «prevê para além da criação de todas as infra-estruturas indispensáveis ao empreendimento, referimo-nos concretamente às instalações sanitárias, a instalação dos mais diversificados divertimentos, (...) e, ainda, pavilhões de propagação social, a ocupar por grupos e colectividades desportivas da região, destacando-se de entre outros, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa, da Cruz Vermelha Portuguesa, da Caritas Internacional, do Minis-

tério da Educação e Ciência, da Paróquia local, da Junta de Freguesia, etc.»

Ainda no campo desportivo, é revelado, «o programa prevê igualmente a localização de uma pista especial, destinada à prática de «Skate», a nova «febre» desportiva da massa jovem».

Interações da APU

Não é a APU contra a realização de feiras. Exemplo disso, os municípios onde a APU é maioritária e nos quais se realizam importantes feiras. Algumas feiras beneficiaram mesmo com a gestão, autárquica da APU.

Mas no caso concreto da chamada «feira popular» de Belém os elementos da APU daquela freguesia levantam algumas questões a que até agora o prestidigitador não quis ou não conseguiu responder. São as seguintes:

A instalação de uma feira deste tipo não virá contribuir para uma maior degradação de uma zona que, pelo seu alto valor histórico, deveria antes ser defendida? Efectivamente, a feira está a ser implantada no terreno junto à Rua Vieira Portuense, entre a Praça Afonso de Albuquerque e a Praça do Império, a escassas dezenas de metros do Palácio de Belém e do Mosteiro dos Jerónimos e de frente da Torre de Belém.

«Que é que as Organizações Lança Moreira têm a ver com tudo isto? Na realidade, sabe-se que se um comerciante da zona alugar um «stand» por intermédio da Junta paga 500\$00 por metro quadrado, mas os comerciantes que não pertencem à freguesia só podem alugar os «stands» por intermédio da referida Organização Lança Moreira e pagam 650\$00 pelo mesmo metro quadrado.

«Mas no caso concreto da chamada «feira popular» de Belém os elementos da APU daquela freguesia levantam algumas questões a que até agora o prestidigitador não quis ou não conseguiu responder. São as seguintes:

«Que é que as Organizações Lança Moreira têm a ver com tudo isto? Na realidade, sabe-se que se um comerciante da zona alugar um «stand» por intermédio da Junta paga 500\$00 por metro quadrado, mas os comerciantes que não pertencem à freguesia só podem alugar os «stands» por intermédio da referida Organização Lança Moreira e pagam 650\$00 pelo mesmo metro quadrado.

Uma Assembleia que não reuniu

Estas mesmas interrogações pretenderam fazer os eleitos da APU e do PS ao presidente da Junta, tanto mais que após as últimas eleições autárquicas (que deram a maioria «AD» à Assembleia de Freguesia — 10 AD, 5 APU e 4 PS) logo na reunião para apreciação do Programa de Actividades do Executivo da Junta — constituído na sua totalidade por elementos «AD» — foi o mesmo aprovado por aquela força maioritária e não constava qualquer projecto de realização da chamada «feira popular».

Ao terem conhecimento da iniciativa através de um jornal,

a APU e o PS dada a importância da mesma, pois ultrapassa a capacidade financeira da Junta, requereram, em 11 de Julho, a realização de uma Assembleia de Freguesia extraordinária que foi convocada, pelo respectivo presidente da Mesa, para o dia 19 do mesmo mês.

Contudo, a Assembleia não se realizou por falta de quorum. Todos os elementos da «AD», incluindo o próprio presidente da Junta, faltaram, o que foi interpretado como renúncia à prestação de esclarecimentos sobre o assunto.

Entretanto, hoje, pelas 21 e 30, realiza-se nova sessão da Assembleia de Freguesia de Belém e o assunto será abordado, pois consta da ordem de trabalhos, a menos que a «AD» repita a gazeta.

Manobra eleitoral?

Tudo indica que este sonho do presidente não passa de uma manobra eleitoral, desfeita em névoa já no próximo ano.

Assim, vedado que foi o terreno, a primeira coisa a surgir foram os mastros ornamentados com bandeiras. A intenção está à vista. Desconhecendo o que se passa as pessoas que por ali transitam comentam, na maior parte dos casos, desfavoravelmente o mau gosto de levantar naquele local repleto de tradições históricas um arrabalde de feira.

Recorde-se ainda que o presidente declarou já pretender utilizar os lucros da iniciativa para satisfazer as faltas da Freguesia. Para colmatar as grandes despesas a efectuar conta com

o apoio do Ministério das Finanças e da Câmara Municipal de Lisboa.

Contudo, que se saiba, o seu interesse em melhorar a Freguesia não lhe deu para se bater pela aplicação da Lei das Finanças Locais, lei que o Governo «AD» não cumpriu, subtraindo milhões de contos às autarquias.

A este propósito o último boletim da APU de Belém refere:

«Que se passa com as verbas que deviam ter sido entregues à nossa Freguesia com a aplicação da Lei das Finanças Locais? (A aplicação integral daria 3700 contos, mas como foi aplicada parcialmente a Junta deveria receber 1240 contos).

E ainda:

«Que pensa fazer a Junta para que as verbas aprovadas pela Assembleia Municipal lhe sejam entregues? (Faltam ainda 500 contos).

Por outro lado, se está tão interessado em resolver as deficiências da Freguesia, o presidente poderia utilizar a influência que certamente possui na CML e no Ministério das Finanças para conseguir verbas que possibilitassem o começo das obras mais urgentes, em vez de esperar pelos lucros, que não são certos.

Por último, que garantias existem de que a feira motive afluência de molde a proporcionar lucros? Ali bem próximo, o Mercado do Povo é um exemplo que nem sempre tem sido bem sucedido.

Ou será que no fim deste ano, cumprida a sua função — angariar votos pela obra de fachada — a feira venha a ser abandonada para dela nunca mais se ouvir falar?

Viagem ao interior das multinacionais

Os casos da Rabor e principalmente da Standard/ITT têm sido ultimamente muito falados, por razões bem conhecidas e a que largamente nos temos referido nas páginas do "Avante!". Por detrás de tais "casos", e para além da triste (mas transitória) realidade nacional que é a constante submissão ao imperialismo do Governo Carneiro/Amaral, perfila-se uma outra realidade: as multinacionais, cuja actividade está exclusivamente voltada para a obtenção do máximo lucro, com o completo desprezo pelos direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais dos países onde estão implantadas.

Daí o interesse desta esclarecedora "viagem ao interior das multinacionais".

Num período relativamente curto, as multinacionais passaram a ser eixo-chave da economia do mundo capitalista. Controlam, hoje em dia, um terço do produto nacional bruto (PNB) e quase três quintos do comércio capitalista. As 650 maiores multinacionais detêm quase 90 por cento de todos os investimentos no estrangeiro e 80 por cento das despesas particulares com investigações científicas. O capital circulante só da "General Motors", cite-se como exemplo, é superior ao PNB de países como a Suíça ou a Áustria.

O lucro, centro de actividade

O poderio económico é, pois, um dos traços que distinguem as multinacionais de hoje, dos antigos monopólios. A sua característica fundamental é, no entanto, a transferência para o estrangeiro de grande parte das suas actividades, multiplicando-se, assim, em sucursais no mundo inteiro dirigidas por um centro.

Este centro toma as decisões mais importantes, em relação aos investimentos,

aquisições, abertura de novas filiais ou alargamento ou redução da produção. Os "cérebros" decidem a partir dos interesses gerais da corporação, não de acordo com os interesses de determinada sucursal ou país em que esta se encontra. Essa política dá às multinacionais grandes vantagens na concorrência com as companhias nacionais, mina as posições da burguesia nacional e permite-lhes, até, subjugar alguns monopólios.

A transferência de parte da produção possibilita-lhes, ainda, a conquista de novos mercados iludindo as barreiras proteccionistas, reduzindo as despesas com a produção, aproveitando um regime tributário favorável e taxas de juro mais baixas, oferecidas pelas entidades de crédito.

Salários muito inferiores aos dos EUA

Outro factor concorre para o enriquecimento das multinacionais: a especulação com as diferenças da remuneração do trabalho. Assim, no Brasil,

o salário médio do pessoal ocupado nas empresas das multinacionais é de apenas 6,9 por cento do salário médio na indústria transformadora dos Estados Unidos; na Argentina, 6,4 por cento; na Coreia do Sul, 9,2 por cento; nas Filipinas, 4 por cento; no Peru, 17,3 por cento; no México, 23,7 por cento. Remunerações tão baixas são o reflexo de um aspecto importante da política das multinacionais: instalar nos países em vias de desenvolvimento empresas das indústrias de confecções, de calçado, madeira e de outros ramos, que utilizam em larga escala mão-de-obra pouco qualificada.

O grosso das suas operações de investimento directo (até 75 por cento) é, no entanto, realizado nos países industrialmente desenvolvidos da Europa Ocidental, bem como no Canadá e no Japão, visto que oferecem condições mais favoráveis ao emprego de tecnologia mais moderna, mão-de-obra qualificada e mercados suficientes para absorver as mercadorias fabricadas de características altamente sofisticadas.

Novas tendências e fomento do emprego

Desde a crise económica de 1974-1975, apareceram novas tendências na política de investimentos das multinacionais: diminuiu o fluxo de capitais dos EUA para a Europa Ocidental e, paralelamente, aumentou a exportação de capitais das multinacionais da Europa Ocidental para os EUA, embora os capitais norte-americanos continuem a ocupar na Europa Ocidental posições dominantes. Esta "tuição" — a fuga de capitais da Europa para os EUA e países em vias de desenvolvimento, o encerramento de filiais norte-americanas na Europa Ocidental, a remodelação de empresas, o emprego de equipamento moderno que liquida postos de trabalho e as próprias consequências da crise económica — veio provocar a deteriorização da situação dos trabalhadores, fazendo aumentar perigosamente os índices de desemprego.

As empresas pertencentes às multinacionais, situadas no estrangeiro, empregam cerca de 14 milhões de trabalhadores, 2 milhões dos quais nos países em vias de desenvolvimento. A sua relação com o problema geral do emprego é, no entanto, maior, já que utilizam em toda a parte a infra-estrutura (caminhos-de-ferro, estradas, transportes fluviais, marítimos e aéreos, centrais eléctricas), exercendo uma influência indirecta sobre as condições de emprego, nas subempresas e em muitas outras empresas.

Ao contribuírem para mudanças estruturais, as

multinacionais agravam um fenómeno, à primeira vista paradoxal: os milhões de trabalhadores, que compõem o crescente contingente de desempregados, não esgotam a procura de algumas categorias profissionais que, na sua maior parte, pressupõem elevada qualificação.

Por outro lado, nos países industrialmente desenvolvidos, as multinacionais adquirem frequentemente empresas já existentes e fomentam a fusão de firmas, o que, além de não criar novos postos de trabalho, dá origem, em certos casos, à redução do emprego. Ao instalarem nas suas empresas equipamentos modernos, as multinacionais também reduzem a mão-de-obra nelas ocupada. O aumento dos investimentos no estrangeiro e a crescente importação de produtos das suas filiais em outros países, acabam por liquidar postos de trabalho no "seu" país.

A importação de produtos fabricados pelas filiais estrangeiras abarca um leque cada vez mais amplo de mercadorias. Nos EUA, por exemplo, são automóveis, máquinas diversas, artigos electrotécnicos, rádios, televisores, equipamentos de telecomunicação e bens de amplo consumo. A transferência da sua produção para países estrangeiros provocou, logo nos primeiros anos 70, uma queda absoluta de empregos nesses ramos industriais. A "exportação de postos de trabalho" líquidos pelas multinacionais está avaliada, nos EUA, em 40 a 60 mil por ano, enquanto que, nos anos 1965-1972, a crescente

penetração dos produtos fabricados pelas filiais estrangeiras nos mercados internos provocou a perda de quase um milhão de postos de trabalho potenciais.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, o contingente de desempregados e parcialmente empregados nos países em desenvolvimento cifrava-se, nos meados da década de 70, em cerca de 300 milhões, o que constitui um terço de toda a mão-de-obra. Em muitos casos, as multinacionais contribuíram para agravar o desemprego. Na Indonésia, por exemplo, a sua penetração na indústria de fição originou a redução dos empregos no ramo devido à falência de numerosas empresas locais: de 1968 a 1973, foram liquidados 391 mil postos de trabalho, enquanto que as multinacionais criaram apenas 18 mil novos postos.

Prática anti-social

Os proprietários das multinacionais gostam de sublinhar que os salários nas suas empresas são superiores aos de outras firmas. Omitem, porém, que esse privilégio beneficia apenas os operários de elevada qualificação, enquanto que o salário de centenas de milhares de operários, sobretudo estrangeiros, empregados por elas — inclusivamente nos países industrialmente desenvolvidos da Europa Ocidental — é cerca de 20 por cento inferior ao dos operários locais. As diferenças de remunera-

ção entre as categorias profissionais choca sobretudo nos países em vias de desenvolvimento. Por exemplo, nas sucursais filipinas das multinacionais norte-americanas, essas diferenças situam-se na proporção de 1/12, enquanto que nos próprios EUA não vão além de 1/5.

Por outro lado, algumas multinacionais ("IBM" e "Kodak", por exemplo) não reconhecem sindicatos nas suas empresas. Outras criam o seu próprio sistema de relações laborais, que pretende excluir greves e outras formas de luta dos trabalhadores. Numa instrução para os gerentes da "ITT", divulgada pelo Partido Trabalhista Inglês, referia-se que os executivos da filial britânica deviam opor resistência a qualquer actividade sindical, devendo os gerentes "fazer os possíveis para que os empregados não se sintam compelidos ou inclinados a filiar-se no sindicato". Quanto aos sindicatos já instituídos, é preciso exercer sobre as suas actividades uma vigilância rigorosa para que não alarguem os contactos com os sindicatos que funcionam à margem da ITT.

Esta política das multinacionais fez com que em alguns países (Nigéria, Singapura) as actividades sindicais fossem reduzidas verticalmente ou mesmo suspensas, ao passo que em outros países (Indonésia, Coreia do Sul) contribuiu para a liquidação, "de facto", dos sindicatos.

Constituiu também prática corrente das multinacionais a ocultação ao fisco e nos

trabalhadores dos seus reais lucros. "Paraísos tributários", como as Bahamas, as Bermudas, as Antilhas, ou a Libéria, são verdadeiros "achados" para as multinacionais. Para esses "paraísos", são transferidos os lucros provenientes de países onde os impostos são mais pesados, e diz-se depois aos operários que reivindicam aumentos salariais, que as empresas são pouco rentáveis ou até deficitárias. É também por isso que os sindicatos e diversas organizações internacionais exigem, cada vez com mais frequência, que lhes seja fornecida informação exacta sobre as actividades das multinacionais.

As proporções e o carácter da actividade das multinacionais passa também pela incentivo e apoio a regimes ditatoriais e fascistas.

Não obstante, o movimento operário ganha força e muitas organizações internacionais de trabalhadores participam na recolha de informações sobre a actividade das multinacionais. Conselhos sindicais internacionais formados, por exemplo, nas empresas da "General Motors", "Ford", "Chrysler", "Volkswagen", "Saint-Gobain" e de outras companhias, e comités de coordenação permanentes de diversos ramos industriais, integram-se activamente no combate contra a sua política. São numerosos os exemplos de paralisações realizadas simultaneamente em várias empresas das multinacionais, em sinal de protesto contra os despedimentos em massa e em apoio às exigências de aumentos salariais.

Os monopólios japoneses à conquista da Ásia

"O Japão esforçar-se-á por elevar o nível de vida dos povos dos países em desenvolvimento da Ásia. As novas relações não deverão ser apenas monetárias ou estritamente materiais, mas inspiradas por um espírito de cordialidade". Esta declaração, bastante comum nos discursos dos dirigentes japoneses quando visitam algum país do sudeste asiático, coloca uma questão importante: qual é o estado real da cooperação económica do Japão com os países libertados? Que objectivos procura, que métodos, formas e meios utiliza para "ajudar" o mundo em desenvolvimento? Seria errado pensar que os métodos da expansão económica japonesa permaneceram invariáveis. É assim que, na primeira metade dos anos 60, o capital monopolista nipónico dava a primordial atenção à expansão comercial para a Ásia, e os investimentos privados nesta região, tal como no resto do mundo, não eram grandes. No período seguinte,

no entanto, a situação alterou-se radicalmente. Entre 1965-75, os investimentos privados sobem em flecha, aumentando mais de 15 vezes. Esta elevação brusca foi provocada, em grande parte, pelas necessidades de industrialização, iniciada pelos países em desenvolvimento. A falta de recursos financeiros e materiais obrigou a maior parte destes países a criar temporariamente um clima favorável aos investimentos externos.

Ao mesmo tempo, promulgam legislação no sentido de canalizar aqueles recursos principalmente para o desenvolvimento da indústria. Compreendendo rapidamente as vantagens da nova situação, os homens de negócios japoneses não se opõem ao investimento de capitais na indústria, mesmo nos ramos de tratamento. Aceitam criar empresas com a participação do capital nacional e estatal, que acaba por se tornar predominante.

Em meados dos anos 70, existiam já nos países da Ásia do sul, do sudeste e do leste, 1833 firmas mistas e apenas 389 pertencentes totalmente a japoneses.

Este espírito empreendedor não tem nada a ver, obviamente, com as relações "cordiais". Na verdade, os investimentos privados japoneses vão criar nos países em desenvolvimento empresas de ciclo inacabado de produção. Estas dependem em grande medida dos fomentos do Japão de equipamentos e peças o que, entre outras coisas, contribui para o crescimento das exportações japonesas e garante aos monopólios posições estáveis no mercado dos países asiáticos.

DIVIDENDOS

Os acordos realizados prevêem, regra geral, a compra obrigatória ao Japão de equipamentos industriais. Assim, certas firmas de Singapura compram ao Japão

15 a 100 por cento dos meios de produção, a preços superiores aos dos mercados mundiais. Com peças japonesas, os países em desenvolvimento montam carros, camiões, motos, bicicletas, transístores, televisores e aparelhos electrodomésticos. As empresas mistas que produzem aparelhos de precisão compram ao Japão 90 por cento das máquinas eléctricas e 43 por cento dos produtos químicos.

Deste modo, a economia dos países em vias de desenvolvimento vai ficando cada vez mais ligada às necessidades do Japão Imperialista. Este, por sua vez, obtém consideráveis dividendos, aos quais não é alheia a colossal diferença de níveis de remuneração do trabalho. Na Índia, por exemplo, o salário de um operário constitui 22 por cento dum seu homólogo japonês, na Indonésia 23 por cento, na Malásia 26 por cento e nas Filipinas 29 por cento. Segundo

os dados do Banco de Exportação e Importação do Japão, 38 por cento das firmas inquiridas, que se estabeleceram nos países em desenvolvimento, declararam que o seu objectivo era utilizar a mão-de-obra local.

As ditas relações de "amizade e cooperação", inventadas pelos políticos japoneses, não correspondem, de facto, à realidade. A actividade do capital privado japonês na indústria daqueles países não contribuiu para a sua independência económica, pelo contrário, o esquema da "produção dividida" agravou a situação de dependência. O crescimento do emprego e outras consequências positivas que daí advém, acabam por ficar diluídas no conjunto dos resultados negativos. Tal como afirmou o antigo primeiro-ministro da Malásia, Tunku Abdul Rahman, "os japoneses, ao darem ajuda a uma mão, tiram duas vezes mais da outra".

Acentuam-se as contradições

É entre os EUA, a Europa Ocidental (sobretudo os países de Mercado Comum) e o Japão que se revelam com maior clareza as principais manifestações das rivalidades capitalistas, assistindo-se, nesse campo, a uma crescente luta concorrencial, económica e política. São de facto, cada vez mais numerosos os produtos de origem europeia e japonesa a que os organismos oficiais dos EUA vedam a entrada e mais amplas as medidas com que os países europeus tentam limitar a sua exploração pelo capital norte-americano.

Em 1970-1979, intensificaram-se, na economia capitalista mundial, processos que reflectem a modificação da relação de forças entre os Estados. O enfraquecimento incessante das posições dos EUA ocorre paralelamente ao crescimento da potência económica dos seus principais concorrentes, nomeadamente a RFA e o Japão.

A competitividade das mercadorias de fabrico americano tende a decrescer, fenómeno que se reflecte na diminuição do peso específico dos EUA no comércio mundial. Como resultado, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho baixou sensivelmente nos EUA, o que levou este país a distanciar-se, por esse índice, dos seus concorrentes. Entre 1960 e 1973, o acréscimo anual médio da produtividade do trabalho nos EUA foi de 3,2 por cento, mas nos cinco anos seguintes desceu para 1,7 por cento. No mesmo período, o acréscimo correspondente foi de 5,1 por cento na RFA, 4,8 por cento em França e 3,5 por cento no Japão.

refira-se que em termos absolutos o nível da produtividade dos EUA é ainda superior ao dos seus concorrentes, mas essa diferença não cessa de atenuar-se. A crise profunda do dólar americano exerce uma influência negativa sobre as

posições dos EUA na economia mundial. O dólar, que simbolizou outrora a força do imperialismo americano, depreciou-se. De 1970 a 1978, o marco alemão, o yen japonês e o franco francês valorizaram-se fortemente em relação à moeda americana.

A degradação da situação norte-americana no mercado capitalista traduz-se ainda no défice crónico da balança comercial, que foi de 27 biliões de dólares em 1977, 28 biliões em 1978 e 25 em 1979.

Assinala-se que a taxa de inflação elevada, a incficiência e o carácter contraditório da política económica e comercial do governo de Carter contribuíram amplamente para minar a confiança que os EUA inspiravam, como parceiro, aos outros países. "O prestígio económico dos EUA nunca foi tão baixo, em todo o século, como no fim dos anos 70"



Por detrás dos sorrisos, dificuldades e contradições

afirmou o Professor M. Samuel, director do Centro de pesquisas estratégicas e internacionais da Universidade de Georgetown.

RFA e JAPÃO GANHAM TERRENO

A expansão económica de países como a RFA e o Japão é particularmente sensível às perdas graduais de posições pelos EUA na economia capitalista mundial.

A medida que o potencial económico da RFA se reforça, a sua expansão alastra em novas direcções. O interesse dos monopólios alemães-ocidentais pelos investimentos nos EUA cresceu muito particularmente nos anos 70. Enquanto em 1968 os investimentos americanos na RFA ultrapassavam mais de oito vezes os da RFA nos EUA, hoje esse índice é de apenas duas vezes.

As exportações aceleradas de capitais alemães para os EUA conduzem inevitavelmente à colisão dos interesses dos diversos grupos monopolistas destes países e a uma exacerbação da luta concorrencial no mercado interno americano.

As contradições surgem, para além disto, no conjunto das relações económicas dos dois países, como aliás o refere o Professor da Univer-

sidade de Colónia, Karl Keizer, ao escrever nas páginas do "Wirtschaftswoche", órgão influente de negócios da RFA, que "pode assistir-se nos anos 80, a um multiplicar das situações de conflito entre a RFA e os EUA, na política comercial, luta contra a inflação, política conjuntural, monetária e energética".

Também para o Japão os anos 70 foram marcados por uma consolidação das suas posições económicas a nível mundial. Este país tomou-se num poderoso concorrente dos Estados capitalistas mais desenvolvidos.

A implantação rápida de novas realizações de ciência e da técnica, associada a um baixo preço de venda dos produtos, contribuíram para o reforço da competitividade de um grande número de mercadorias nipónicas e permitiram ao Japão ocupar posições muito vantajosas nos mercados mundiais. Citem-se, como exemplo, as indústrias de automóveis, electrónica, de construção naval e de produtos siderúrgicos.

Com um potencial industrial aumentado, os monopólios japoneses ampliaram as suas exportações para todo o mundo, principalmente para os EUA e Europa Ocidental. A política de Tóquio, obedecendo nos últimos anos ao princípio de desenvolver as exportações e conter as importações, levou os EUA e os Estados europeus ocidentais a registarem permanentemente um saldo negativo nas suas trocas com este país. Só em 1978, por exemplo, o défice dos países da CEE nas suas trocas com o Japão foi de cinco biliões de dólares. Por outro lado, as filiais dos monopólios nipónicos controlam hoje grande parte do mercado de televisores a cores nos EUA.

A partir de 1979 Carter

começou a intensificar a psicose militarista, utilizando, para tal, o pretexto da chamada "ameaça soviética". Com esta manobra, os dirigentes americanos pretendiam abrandar os efeitos da crise e retirar a economia do país do estado de choque em que mergulhou.

Com injeções de dólares ao complexo militar-industrial, a administração de Washington propõe-se actuar sobre o mecanismo económico. Espera assim conseguir efeitos para si favoráveis, ainda que provisórios, sem ter em conta todos os perigos, a longo prazo, da militarização.

As tentativas de ultrapassar dificuldades económicas recorrendo à militarização não são, aliás, novas. Basta recordar que, há meio século, este método foi activamente aplicado pela Alemanha hitleriana.

Com a política de intensificação da corrida aos armamentos, os países imperialistas procuram, também, melhorar posições no âmbito das suas rivalidades interimperialistas pelos recursos energéticos, as fontes de matérias primas e o reforço da participação no mercado mundial. É assim que, ao exigirem dos seus aliados um maior contributo na corrida aos armamentos, os EUA esperam poder desviar uma parte considerável dos seus recursos da esfera da produção civil e minar a capacidade concorrencial dos produtos europeus ocidentais no mercado mundial.

Estas exigências aos aliados, e todas as outras inerentes à política da Casa Branca, têm uma amplitude demasiado grande e reflexos muito pesados para que o êxito de Carter possa ser fácil.



As flagrantes desigualdades sociais são também uma realidade no próprio seio dos países capitalistas

As sementes da guerra comercial

A tensão nas relações comerciais entre os parceiros atlânticos está a crescer. A Comissão das Comunidades Europeias (CEE) fixou as quotas de importação para a Grã-Bretanha de fibras sintéticas provenientes dos Estados Unidos. O fluxo de mercadorias baratas norte-americanas, mercê da desvalorização do dólar (cujo curso, em relação à libra esterlina baixou, em 1979, 15 por cento) causa-lhe também sérios problemas. Com a valorização das principais moedas dos países do Mercado Comum, a procura dos seus produtos nos EUA desceu sensivelmente.

Quando as exportações americanas, subiram vertiginosamente, em comparação com as importações: segundo as estimativas elaboradas pelo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), em 1979, as exportações dos EUA aumentaram 15 por cento, e as importações apenas 1 por cento.

A declaração feita pelo presidente Carter, em finais de Fevereiro, relativamente ao aumento das exportações, não deixou dúvidas aos seus parceiros comerciais de que, muito brevemente, a expansão americana terá maior envergadura. Insistindo num "acesso mais justo das mercadorias americanas aos mercados externos", Washington toma novas medidas para limitar as importações.

As primeiras vítimas

Aparentemente, será a indústria do aço europeia ocidental a primeira vítima destas restrições. Nos Estados Unidos, já foram adoptados preços base para o aço importado. A Comissão para o comércio internacional tem também a intenção de aplicar leis anti-dumping aos fornecedores europeus. Está em curso no país uma campanha de propaganda para limitar as importações de calçado italiano, do presunto e da manteiga dinamarquesa. A tensão nas relações comerciais exacerba-se também entre os EUA e o Japão. É já o segundo ano

em que o Japão regista um défice no seu comércio externo, em boa parte provocado pelo maior fluxo de mercadorias americanas. Em Janeiro de 80, esse défice ultrapassou os 2 mil milhões de dólares, o que representa o dobro do mês precedente. Em consequência, foi um pouco frio o clima com que foi recebido D. Frazer, emissário especial de Washington a Tóquio, para tentar fazer aceitar aos industriais japoneses uma restrição "benévola" das exportações de automóveis.

Tomadas no seu conjunto, "as sementes da guerra comercial", como afirmou o "Financial Times" de Londres, podem provocar uma querrela económica de uma envergadura desconhecida desde os anos trinta.

Três razões principais

Porquê então esta explosão das contradições comerciais? O afundamento das esperanças de ver abrandar a tensão concorrencial no triângulo CEE-EUA-Japão deve-se a três causas principais. A primeira é a crise económica, de que as indústrias relativamente fracas, como os produtos químicos e têxteis no Mercado Comum e a siderurgia nos Estados Unidos, já sentiram os primeiros sintomas.

A segunda causa reporta-se ao agravamento das dificuldades energéticas e ao défice crescente das balanças de pagamentos, suscitado pela alta de preços do petróleo. Segundo os dados do GATT, nos países capitalistas industrializados, este défice atingiu, no ano passado, 15 mil milhões de dólares, prevendo-se que aumente ainda mais em 1980. Apesar dos acordos sobre a liberalização das importações, os parceiros capitalistas começam cada vez mais a aplicar o princípio do "salve-se quem puder". Finalmente, a terceira causa: a firme intenção dos meios dirigentes dos EUA de restaurar a sua antiga hegemonia no comércio capitalista mundial. Todos os

meios são bons, desde a manipulação do curso do dólar, à aplicação de leis anti-dumping e às pressões no sentido de limitações "benévolas" das exportações. Ou então, uma grosseira pressão política para retirar aos concorrentes as vantagens que auferem do comércio com os países socialistas.

Pressão política

Tudo indica que este último método tem hoje em dia grande importância para Washington, o que explica as visitas sucessivas de emissários seus às capitais da CEE e do Japão, para que estes adoptem o maior número possível de sanções económicas contra a URSS. O que explica também porque os Estados Unidos insistem na introdução, nas listas da NATO, de mercadorias "estratégicas", cuja exportação para os países socialistas seja proibida, tais como bens de equipamento para as indústrias de petróleo e gás, metalúrgica, automóvel e química.

Os europeus ocidentais — diz a revista americana "Business Week" num artigo de fundo — devem juntar-se aos EUA na limitação dos créditos à exportação e na redução de fomentos aos russos de técnicas de ponta. "Se os nossos aliados da NATO, perante a ameaça soviética, adoptam uma atitude negligente — ameaçou o senador W. Proxmire — a tensão no seio desta organização pode tomar-se irreparável". Os meios de negócios da Europa Ocidental e do Japão já fizeram compreender à Casa Branca que não querem recitar a guerra fria nas esferas económica e comercial. Como declarou Jacques Chirac, presidente da República, "a economia é um domínio no qual cada um deve encontrar os seus interesses". Também não esqueceram que, no decurso da confrontação militar e política dos anos 50 e 60, Washington impôs ditatorialmente a sua vontade económica aos aliados.

OLIMPIÁDA-80 ATÉ 3 DE AGOSTO NA URSS

Clamoroso fracasso do boicote imperialista

Entram hoje no seu 12.º dia os XXII Jogos Olímpicos da Era Moderna. Ainda é cedo para traçar, mesmo em linhas gerais, o balanço do grande acontecimento desportivo, que levou à União Soviética milhares de atletas de mais de oitenta países. No entanto, algumas ideias podem desde já ser avançadas, em jeito de antecipada conclusão. Em primeiro lugar, deve salientar-se que a Olimpíada-80 tem decorrido com a grandiosidade, o impacto e o interesse próprio de uma grande realização desportiva internacional, como aliás devem ser sempre os Jogos Olímpicos. Surge perante todos à evidência o clamoroso fracasso que foi o famigerado boicote decretado por Carter. O objectivo confesso de tentar impedir os Jogos de Moscovo, ou pelo menos de os afectar gravemente, não resultou. Se é certo que a presença de atletas dos EUA, RFA, Japão e Canadá poderia, nesta ou naquela modalidade, dar maior brilho às competições, não é menos certo que, numa apreciação global, a sua ausência passa quase despercebida. E se no meio disto tudo há prejudicados, eles são sem dúvida os países que se não fizeram representar, nomeadamente os respectivos atletas, que perderam — ou melhor, foram obrigados a perder — a oportunidade histórica de

participar numa competição que, pelo seu nível e significado, não se repetirá tão cedo. Basta dizer que, apenas durante os primeiros sete dias dos Jogos, foram batidos nada mais nada menos do que 28 recordes mundiais e 47 recordes olímpicos!

Também no campo do desporto internacional, o imperialismo demonstra não defender nem ter em conta os interesses dos próprios povos.

Em segundo lugar, não só os próprios Jogos estão a decorrer, sob o ponto de vista desportivo, da melhor maneira possível, como também o seu significado a nível mundial está a ter as devidas repercussões, não obstante certos boicotes televisivos, como por exemplo na RFA e em França. Grandiosa jornada da juventude de todos os continentes, fazendo da competição e do convívio desportivos um passo para a amizade e o melhor conhecimento entre os povos, os Jogos estão a ser seguidos com entusiasmo em todo o mundo e a sua mensagem de fraternidade ultrapassa as fronteiras.

Carter e outros reaccionários bem nossos conhecidos pretendiam que os Jogos, se se realizassem, não ultrapas-

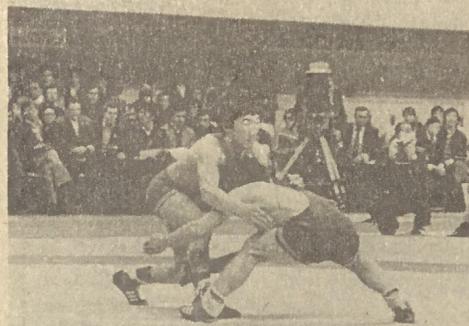
assem a dimensão de uma "pequena competição entre amigos" (os países socialistas circunscrita a "Moscovo e arredores"). Falharam estrondosamente. Praticamente a todo o mundo chegam as imagens da TV e os telex dos jornalistas. Só a jornada inaugural, foi transmitida directamente por 57 redes de televisão de 48 países, para além de 180 milhões de telespectadores soviéticos, o que dá um total de cerca de 1,5 mil milhões de espectadores!

Um bom exemplo temo-lo aqui mesmo dentro de portas: até mesmo a imprensa diária da direita, que fez campanha pelo boicote, se vê na necessidade de dedicar páginas inteiras aos Jogos, não porque isso lhe agrade ou seja "pluralista", mas porque a tal é obrigada a fim de corresponder ao interesse dos leitores...

Em terceiro lugar, deve-se sublinhar que a organização dos Jogos, no campo desportivo e extra-desportivo, tem estado à altura da importância das competições e do valor dos atletas, excedendo todas as expectativas. Testemunhas insuspeitas — referimo-nos, nomeadamente, aos enviados especiais de certa imprensa... — vêm-se nitidamente em palpos de aranha para tecer outros comentários que não sejam de tom elogiativo.

Em quarto lugar, finalmente, cremos não oferecer hoje dúvidas a ninguém a justeza da decisão de atletas portugueses estarem presentes nos Jogos. Só será de lamentar que alguns outros — e eles próprios serão provavelmente os primeiros a queixar-se — não tenham podido ou querido estar presentes. Uns com mais outros com menos sorte, uns com mais outros com menos êxito, os que lá foram beneficiaram de um contacto internacional, e não apenas desportivo, que certamente muito os valorizará e dificilmente seria substituível.

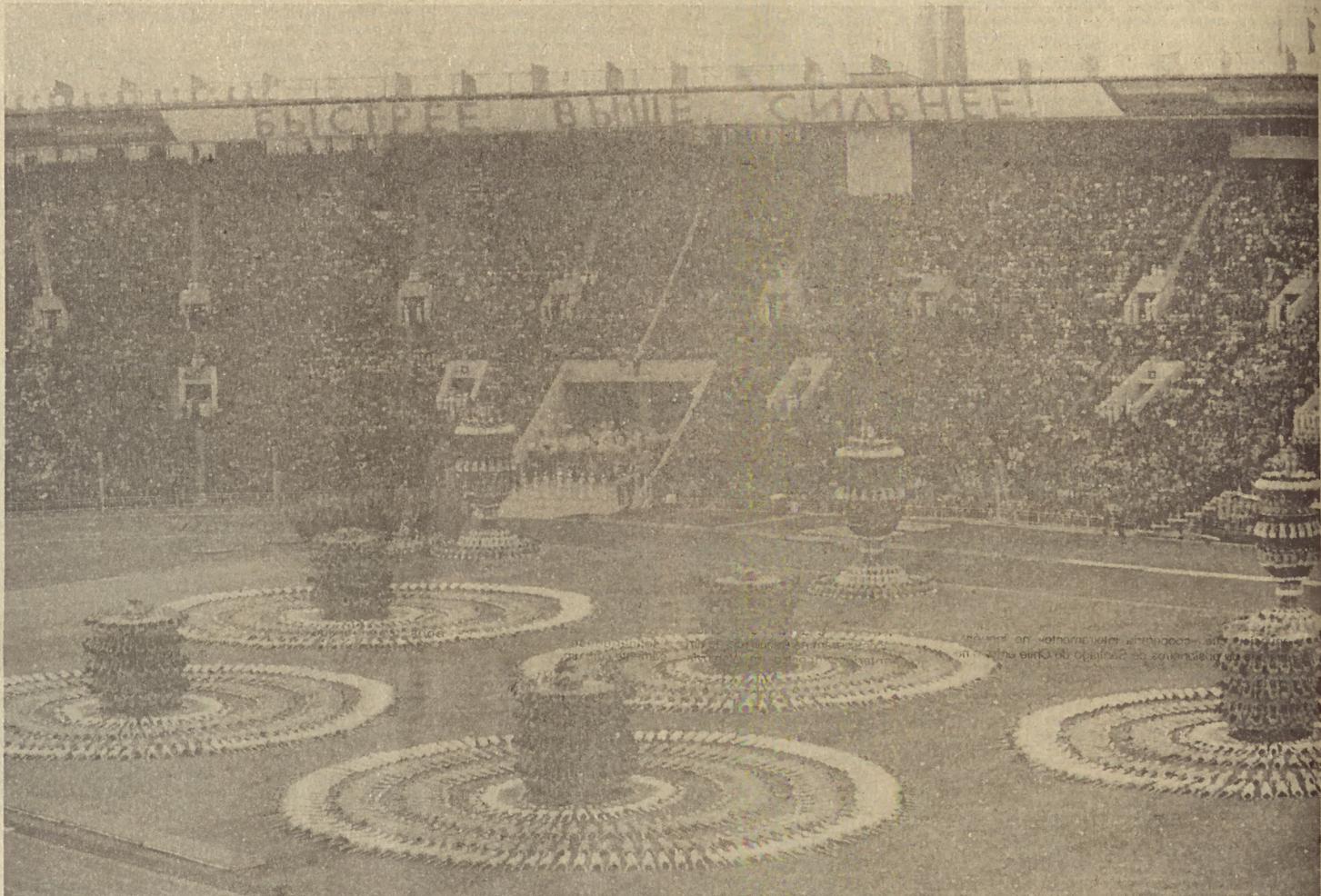
Entretanto, os Jogos prosseguem até domingo, dia em que se realizará a cerimónia de encerramento, no Estádio Lenine, palco central da Olimpíada-80. Até lá ainda se disputarão importantes provas nas seguintes modalidades: hoje — atletismo, boxe, canoagem, hipismo, esgrima, hóquei em campo, judo, luta e tiro ao arco; amanhã — atletismo, canoagem, hipismo, futebol, hóquei em campo, judo, tiro ao arco e voleibol; sábado — boxe, canoagem, futebol, judo e tiro ao arco; domingo — hipismo. Tudo indica que este balanço provisório aqui esboçado ficará confirmado no termo dos Jogos.



Curiosamente, o português que mais vezes tem actuado durante os Jogos é... árbitro. Trata-se de Luís Caldas, aliás membro do Comité Olímpico Português, reputado juiz internacional na modalidade de Luta (na foto, um aspecto das competições), que em Moscovo não tem deixado os seus créditos por mãos alheias



A descontração dos momentos livres. Na imagem, duas jogadoras polacas de hóquei em campo



O excepcional espectáculo desportivo que assinalou a abertura dos Jogos não será facilmente esquecido. Nunca se tinha visto nada de parecido em todo o mundo. Mas a verdade é que o decorrer das competições, desde o nível desportivo até aos aspectos organizativos, não tem desmerecido desse início inesquecível

"Dedico esta vitória a África"

Uma das provas mais espectaculares de atletismo na Olimpíada-80 foram sem dúvida, os 10 mil metros. Não se bateu qualquer recorde, nem o tempo alcançado pelo vencedor foi por aí além. Aliás, há um atleta português que recentemente fez melhor tempo e que não esteve em Moscovo não se sabe ainda bem porquê...

Os 10 mil metros da Olimpíada-80 tiveram em acção uma autêntica equipa, oriunda dum país que, apesar de grandes dificuldades, vai erguendo a pouco e pouco, mas a passos seguros, o socialismo, o progresso e uma vida feliz para o seu povo. Falamos da Etiópia e dos seus três atletas que, com um notabilíssimo espírito de equipa, correram na pista do Estádio Lenine.

"Dedico esta vitória a África", diria aos jornalistas Miruts Yifter, de 1 metro e 60, meio careca, detentor da medalha de bronze nos Jogos de Munique, em 1972, com 27.41,0, e agora vencedor da prova em Moscovo, à frente do finlandês Kaarlo Maaninka, de outros dois etíopes e do detentor do recorde mundial, obtido em Munique, o finlandês Lasse Viren (27.28,4). Yifter não foi agora além dos 27.42,68, impondo, contudo, um ritmo final à prova que destrou tudo e todos, com o público do Estádio Lenine, repleto, a vibrar intensamente, bem como toda a comunidade internacional que acompanhou a corrida pela TV.

"Esmagador" domínio da RDA no remo e natação feminina

Trinta medalhas (12 de ouro, 10 de prata e 8 de bronze): este o balanço impressionante da participação da RDA nas provas de natação na Olimpíada-80.

No sector feminino, o domínio da RDA foi "esmagador": venceu onze das treze provas. No sector masculino, foi a URSS que deu o "tom", vencendo em sete das treze competições.

Dos oito recordes do Mundo batidos em Moscovo na natação sete foram estabelecidos por nadadores da RDA, pertencendo-lhes já cinco e arrebatando os outros dois a atletas dos EUA.

De destacar, por exemplo, os nomes de Barbara Krause (bateu o seu próprio recorde dos 100 metros livres, ganhou a medalha de ouro nos 200 metros e contribuiu para o novo máximo mundial dos 4 vezes 100 metros), Ute Geweniger (novo recorde nos 100 metros), Petra Schneider (400 metros) e Rica Reinisch, de 15 anos, que estabeleceu os máximos mundiais dos 100 e 200 metros e contribuiu também para a queda do recorde do Mundo dos 4 vezes 100 metros.

Barbara Krause foi a primeira nadadora do Mundo a fazer os 100 metros livres em menos de 55 segundos. Nas eliminatórias, agora em Moscovo, conseguiu 54,98 e, depois, na final 54,79.

Também no remo, a RDA foi a sensação confirmada. Os remadores e remadoras deste país socialista conseguiram em Moscovo onze das catorze medalhas de ouro em disputa, levando ainda duas de prata e uma de bronze.

A história de uma criança frágil que agora conquistou 8 medalhas!

Nos Jogos de Moscovo há um atleta soviético detentor de um recorde muito especial. Trata-se do ginasta Alexander Ditiatine, que na Olimpíada-80 conseguiu nada menos que oito medalhas: 4 de ouro, 3 de prata e uma de bronze. Nenhum atleta olímpico, desde os primeiros Jogos da Era Moderna (1896), foi capaz de conquistar aquele número de medalhas numa só edição da Olimpíada.

O anterior recorde pertencia ao nadador norte-americano Mark Spitz, que nos Jogos de Munique (1972) arrebatou sete medalhas, todas de ouro, mas quatro das quais obtidas em provas de estafeta (competições colectivas), e ao ginasta soviético Nikolai Andrianov, que na Olimpíada de Montreal (1976) obteve número idêntico de medalhas: 4 de ouro, 2 de prata e 1 de bronze, tendo uma destas sido alcançada em equipa, tal como sucedeu com Ditiatine.

Aluno do Instituto de Educação Física "Lesgafi", Alexander Ditiatine nasceu a 7 de Agosto de 1957, tendo, portanto, 23 anos. Pesa 69 quilos e mede 1,78 m. Várias vezes campeão da URSS e vencedor da Taça da União Soviética, duas vezes campeão absoluto das Espartaquíadas dos Povos da URSS (1975 e 1979), duas vezes vencedor da Taça do Mundo (1978 e 1979), medalha de bronze individual no campeonato mundial de 1978, campeão mundial absoluto em 79, Ditiatine tem ainda no seu vasto palmarés a medalha de prata por equipas em argolas nos Jogos Olímpicos de Montreal.

Aos 8 anos, os pais inscreveram-no numa escola de ginástica. Era então uma criança frágil. Mas o treinador apercebeu-se da sua força de vontade. Nos primeiros anos de ginasta, Ditiatine não suportava os exercícios coreográficos e passava quase todo o tempo de treino na trave, para ganhar mais destreza.

Em 1974, cresceu 12 centímetros. Os músculos, sem tempo para endurecerem, suportavam mal o corpo do ginasta, agora mais pesado. O veredicto dos especialistas era unânime: Ditiatine devia abandonar a ginástica (na perspectiva da alta competição). O seu treinador, Anatoli Yarmovski, contudo, não estava de acordo. Com determinação e prudência, o técnico começou então a iniciar o seu discípulo em exercícios com maior grau de dificuldade.

O trabalho, duro mas coerente, prosseguiu. A par de toda uma técnica aperfeiçoada no dia-a-dia, o ginasta reforçava a sua capacidade de concentração. Hoje, Ditiatine é um dos mais destacados ginastas do Mundo.

Alexander Ditiatine foi um dos cinco atletas (3 da URSS, 1 da RDA e outro da Hungria) que pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos e de todas as competições mundiais de ginástica desportiva conseguiu a marca de 10 pontos, ou seja a perfeição!

Ditiatine venceu a competição individual com 118,650 pontos, no conjunto dos seis exercícios obrigatórios, seguido do seu compatriota Nikolai Andrianov e de Stoyan Delchev, da Bulgária.

Ditiatine foi o primeiro ginasta a receber 10 pontos numa prova (segundo-se mais quatro notas idênticas). Em ginástica feminina, tal pontuação já fora atribuída em Montreal à romena Nadia Comaneci e à soviética Nelli Kim.

Prática natação desde os 6 anos e recordista dos 1500 metros

Na história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna vai ficar também o nome do nadador soviético Vladimir Salnikov. Foi ele que pela primeira vez bateu para a casa dos 14 minutos (concretamente: 14.58.27) a difícil prova dos 1500 metros livres. O anterior máximo pertencia ao norte-americano Brian Goodell (15.02.40), e fora alcançado em Montreal.

Muitos dos que acompanham mais de perto a natação mundial nunca pensaram que o record dos 1500 metros fosse em Moscovo e muito menos que se alcançasse menos de 15 minutos, uma vez que os nadadores norte-americanos não participam nos Jogos.

Provavelmente em vez dum atleta dos EUA, Salnikov teve como mais directo opositor o seu compatriota Alexander Cheev, que terminou em segundo lugar, com 15.14.30, logo seguido do australiano Max Metzker, com mais 19 centésimos.

Vladimir Salnikov tem 20 anos: nasceu em 21 de Maio de 1960 em Leninegrado, onde estuda no Instituto de Educação Física "Lesgafi". Mede 1,80 e pesa 63 quilos. Na prova dos 1500 metros, Salnikov obteve até agora lugares como: campeão da Europa em 1977, do Mundo em 1978 e olímpico e mundial agora em 1980. Tem igualmente excelentes marcas nos 400 e 800 metros, com recordes mundiais.

Filho de um marinho, Salnikov começou a praticar natação aos 6 anos. Depressa mobilizou a atenção dos treinadores da Escola Desportiva para Cadetes e Juniores "Ekran". A partir dos 11 anos, Vladimir Salnikov dedicou, à natação com entusiasmo e inabalável vontade, todos os seus momentos livres.

Os treinos regulares e as competições não prejudicaram a sua carreira como estudante. Terminados os estudos secundários, ingressa no Instituto de Educação Física "Lesgafi" da cidade de Leninegrado.

É seu treinador Igor Kochine. 1979 foi, como agora 1980, uma época de "ouro" para Salnikov: não só bateu três recordes do Mundo em estilo livre, como venceu todas as competições em que participou.

Davydova sucede a Comaneci

"Ao longo das provas demonstrou ser a ginasta mais estável que não teve uma só queda, facto que as suas companheiras de competição não conseguiram evitar". (Larissa Latynina, antiga ginasta internacional e hoje professora da modalidade).

"Depois da introdução de um novo regulamento de apreciação, que prevê 0,2 pontos suplementares para os elementos perigosos e originais, o caminho do êxito ficou aberto..." "É muito dotada para a música, com um sentido de estética muito apurado, apresentando, portanto, não uma qualquer cascata de números de circo, mas sim um programa muito belo" (Aman Chaniazov, treinador-chefe da selecção de ginástica da URSS).

As declarações que aqui reproduzimos falam-nos da nova campeã olímpica, a soviética Yelena Davydova, que fez em Moscovo uma prova simplesmente excepcional, regular e com grande impacto, especialmente no "combinado", onde se destacou de ginastas como a romena Nadia Comaneci, antiga campeã.

A URSS, a Roménia e a RDA (e aqui uma palavra especial para Maxi Gnauck, de 14 anos) dividiram entre si as quinze medalhas atribuídas no último dia das provas de ginástica feminina da Olimpíada-80.

Por equipas, e dando continuidade a um êxito que vem desde 1952, venceu a União Soviética. Para se ter uma ideia da "luta" intensa que se desenvolveu agora entre as três representações, basta apontar a classificação nos aparelhos: seis medalhas para a URSS (duas de ouro, uma de prata e três de bronze), cinco para a Roménia (duas de ouro, uma de prata e duas de bronze) e quatro para a RDA (uma de ouro, uma de prata e duas de bronze).

Venceu o mais leve

"Nenhuma outra competição tem o significado dos Jogos Olímpicos. Sinto-me feliz como nunca", afirmou Kanybek Osmonaliev, o novo campeão olímpico de halterofilia na categoria de mosca (52), ao levantar 245 quilos, nos dois movimentos (107,5-137,5).

Pela primeira vez na história das grandes competições, quatro halterofilistas totalizaram a mesma soma elevada de 245 quilos. A medalha de ouro foi atribuída a Osmonaliev, por este ser o menos pesado.

"Estar pronto para as boas provas não significa demonstrá-las nas competições" — sublinhou Kanybek. "Para ganhar, tudo depende da habilidade em mobilizar a nossa força física e moral".

O atleta demonstrou ainda vontade em melhorar o recorde do Mundo nas próximas grandes competições. "Na minha categoria, é possível atingir os 255-257,5 quilos", disse o atleta soviético.

Semana

23 Quarta-feira 1942 - Nicolai Vapzarov, dirigente do Partido Operário Búlgaro, é fuzilado pelos nazis nos arredores de Sófia.



O governo conservador de Margaret Thatcher anuncia que a Grã-Bretanha vai reatar o fornecimento de armas à ditadura fascista do Chile, chefiada por Pinochet. Desconhece-se o número e a situação dos prisioneiros que se encontram encerrados num estádio de futebol nos arredores de La Paz, na Bolívia; entretanto a Comissão Internacional de Juristas acusa a junta boliviana de fazer pressões arbitrárias e de executar sumariamente dirigentes políticos e sacerdotes. O governo norte-americano anuncia que voltou a subir em Junho a taxa de inflação nos EUA, depois de ter desido dos «máximos» atingidos no princípio do ano. Advogados palestinos exigem que sejam investigadas as circunstâncias da morte do preso político árabe Ali Mohammed Shehade Jaabari numa prisão sionista. A URSS coloca em órbita a «Soyuz-37», levando a bordo um cosmonauta vietnamita, juntamente com outro, soviético.

24 Quinta-feira 1969 - Regressa à Terra a nave dos EUA, «Apollo 11», que levou os primeiros homens à Lua.

Morre o actor inglês Peter Sellers na sequência de uma crise cardíaca; tinha 54 anos. A «Soyuz-37» executa uma acoplagem perfeita à estação espacial soviética «Saliut», tendo os dois tripulantes, o soviético Viktor Gorbato e o vietnamita Phan Tuan, entrado para o interior da estação, onde se encontram há mais de três meses os astronautas Popov e Rymun. O ex-chefe da Gestapo hitleriana Klaus Barbie, um criminoso de guerra também conhecido por «carasco de Lyon», comanda na Bolívia as operações de repressão contra os democratas. Rádio Teerã anuncia que o Irão pediu à ONU para que ajude a resolver a crise que opõe este país ao Iraque. Em conferência de imprensa o secretário-geral da Liga Árabe, Cheddi Klabi, revela que deverá realizar-se ainda este ano uma conferência entre a CEE e as nações árabes como contribuição para a paz no Médio Oriente. A agência TASS considera que o levantamento das restrições à construção de navios de guerra pela RFA constitui uma decisão política perigosa, suscetível de trazer consequências funestas. A emissora australiana «ABC» anuncia que tropas francesas e britânicas haviam posto termo à situação de revolta na ilha de Espirito Santo, nas Novas Hébridas.

25 Sexta-feira 1957 - É proclamada a República na Tunísia.



Fontes sindicais citadas pela agência noticiosa cubana «Prensa Latina» revelam que já foram assassinadas mais de mil pessoas pelos golpistas bolivianos; entretanto a condenação do golpe proposta pelos países andinos foi apoiada por mais onze países americanos. Nove mulheres árabes entram em greve da fome em Jerusalém, em solidariedade com os seus filhos, que se encontram entre os 49 palestinianos que fazem a greve da fome na prisão sionista de Nafha; entretanto dois prisioneiros já morreram de pneumonia, após ter entrado líquido para os seus pulmões quando os sionistas os procuravam alimentar à força. É criada uma subcomissão especial do Senado para investigar as relações entre Billy, o irmão do presidente Carter, e o governo líbio; a Casa Branca anunciou que «cooperaria inteiramente» no inquérito. Meia centena de prisioneiros de Santiago do Chile entram no quarto dia de greve da fome. É revelado que o ditador fascista espanhol Franco auferia, nos últimos tempos de vida, o «vencimento» mensal de 500 contos.

26 Sábado 1975 - Em Angola o MPLA proclama a resistência popular generalizada.



O presidente iraniano, Bani-Sadr, num aparente compromisso com os seus opositores radicais islâmicos, nomeia o subsecretário do Interior, Mustafa Mir-Salim, primeiro-ministro do Irão. Os militares fascistas da Bolívia efectua uma reunião de emergência para discutirem a condenação sem precedentes pela Organização dos Estados Americanos (OEA) do sangrento golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de Lidia Gueiler. O presidente do Conselho de Ministros da CEE afirma que esta Comunidade Económica reconhece a OLP como interlocutor no diálogo ouro-árabe. Os Estados não-alinhados propõem formalmente que a Assembleia Geral da ONU peça a Israel para retirar total e incondicionalmente dos territórios árabes ocupados desde Junho de 1967. Morre, no Egipto, scumbindo a um cancro no sistema linfático, o ex-ditador do Irão, o ex-Xá Reza Pahlevi.

27 Domingo 1953 - É assinado o Armistício na Coreia, que pôs fim à agressão norte-americana.

O papa João Paulo II manifesta numa mensagem enviada ao povo boliviano a sua preocupação pelos graves incidentes registados no país. A imprensa boliviana noticia que o exército nicaraguense dominou a primeira tentativa contra-revolucionária armada ocorrida no país. O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, apela para a criação de um Estado palestino independente. O primeiro-ministro indiano, Indira Ghandi, manifesta apreensão pelo fornecimento de armas ao Paquistão, acções que considera virem fortalecer governos que não pretendem relações de paz com a Índia. Os 230 camponeses que ocupavam a embaixada da Costa Rica em El Salvador abandonam aquela missão diplomática acompanhados dos diplomatas da Costa Rica, Itália, Panamá e Espanha, partindo para a Costa Rica. A maioria democrata-cristã do parlamento italiano impõe o abandono de inquéritos ao primeiro-ministro Francesco Cossiga por cumplicidade pessoal na fuga de um terrorista que participou no assassinio de um juiz; o terrorista é filho do dirigente democrata-cristão Dont Cattin.

28 Segunda-feira 1821 - O Peru toma-se independente.

O jornal soviético «Pravda» acusa a NATO de intensificar a sua presença e actividades militares no Norte da Europa, especialmente na Noruega e na Dinamarca, pressionando os respectivos governos para que aceitem o estabelecimento de bases militares permanentes nos seus territórios. Hernan Siles Zuazo, vencedor das recentes eleições presidenciais bolivianas, anuncia a formação de um governo na clandestinidade que integra representantes da Frente de Unidade Democrática e Popular (FUDP). Toma posse, no Peru, o presidente Belaunde Terry, eleito nas últimas eleições.

29 Terça-feira 1978 - Uma comissão conjunta do Senado e da Câmara dos Representantes dos EUA aprova um orçamento de 37 000 milhões de dólares para a «defesa», um recorde em tempo de paz.

A Assembleia Geral da ONU recomenda a Israel que inicie, até 15 de Novembro próximo, a sua retirada incondicional de todos os territórios árabes ocupados desde a guerra de 1967, incluindo Jerusalém, incluindo a autodeterminação e a criação de um Estado. Realizam-se os funerais do ex-Xá no Cairo, Egipto, com a total ausência do mundo muçulmano; à última hora várias nações ocidentais decidiram enviar representantes de baixo nível. As Novas Hébridas ascendem à independência, passando a constituir o novo Estado de Vanuatu.

A Bolívia resiste e sobreviverá à bestialidade fascista

«Este governo é um governo de reconstrução nacional, ao qual não é imposto qualquer prazo (...) nesse sentido sou como o general Pinochet - ficarei vinte anos no poder - e as novas gerações herdarão um país curado do cancro marxista». Estas palavras são do general Garcia Meza, deitadas no passado dia 25 para um «jornal» chileno (claro!). Traduzem duas coisas: o perfil fascista, nitidamente fascista, deste homem e da sangrenta aventura em que se meteu; o isolamento total em que se encontra, a ponto de, passada mais de uma semana desde a sua «ascensão ao poder», apenas encontrar ouvintes disponíveis no Chile de Pinochet. E mesmo assim apenas em caricatura de «reportagem», pois nem o próprio regime chileno ainda «oficializou» o apoio aos seus pares bolivianos.

Não restam dúvidas de que se vivem tempos bem diferentes de 1973, ano em que Pinochet afogou a democracia chilena num mar de sangue com o apoio público dos EUA (que, nessa altura e sob a batuta de Richard Nixon, reconheceram de imediato os golpistas - que, como sempre, haviam torjado - sob a cínica explicação de que «não se intrometiam nos problemas internos dos outros países»). Desta vez nem os EUA se atreveram (por enquanto) a aprovar as bestas bolivianas, sentindo-se mesmo forçados, pela boca do seu secretário de Estado Edmund Muskie,

múltiplas sevícias, o encarceramento concentratório de muitas centenas de democratas, dirigentes políticos e sindicais, o terror levado indiscriminadamente a todos os pontos do país pelas tropas de choque civis e militares (onde se incluíam criminosos de delito comum, libertados sob a condição expressa de se incorporarem nas falanges torcionárias). A comandar «tecnicamente» toda esta bestialidade encontra-se o criminoso de guerra nazi, Klaus Barbie, o «carasco de Lyon».

Entretanto a resistência generalizada do povo boliviano aos militares fascistas

a reprovar «essa tentativa de obrigar o povo boliviano a recuar na sua caminhada para um regime democrático estável» (palavras textuais do sr. secretário de Estado Ianque, profusamente citadas pelas agências).

Fascismo até quando?

Nos primeiros balanços do horror boliviano (necessariamente incompletos) referem-se mais de mil assassínios sumários, muitos deles executados através de continuação, indomável, mau grado a brutalidade que se abateu sobre o país.

Que é feito de Simón Reyes?

Simón Reyes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Partido Comunista da Bolívia e destacado dirigente sindical, estava ferido, mas vivo, quando foi visto pela última vez pelos seus companheiros de luta.

Foi feito prisioneiro quando os fascistas assaltaram a sede da Central Operária Boliviana (COB), ferido nessa altura e posteriormente levado, ao que parece, para a cadeia de Miraflores. A partir daí, o silêncio desceu sobre o que se passa com o dirigente comunista boliviano.

Os democratas bolivianos, todos os democratas do

mundo, todos os povos amantes da liberdade, exigem um esclarecimento por parte dos torcionários bolivianos que assaltaram o poder na Bolívia sobre o paradeiro e a situação deste dirigente da classe operária boliviana.

Os comunistas portugueses associam a sua voz ao clamor mundial que exige uma resposta sobre a situação do camarada Simón Reyes.

Lutemos pela libertação de todos os democratas presos pelo golpe fascista, exijamos o fim da repressão sobre o povo boliviano e a deposição da Junta criminoso e golpista que pretende destruir a Bolívia!

Os EUA do «nosso» descontentamento

Em entrevista posterior às conversações que manteve recentemente em Moscovo com o presidente soviético Leonidas Brejnev, o chanceler da RFA Helmut Schmidt consideraria que «mais vale negociar com a União Soviética mil horas do que disparar uma hora», afirmação evidentemente expressiva da consciência de que se tem na Europa Ocidental de que não existe, hoje, qualquer alternativa razoável para a política de coexistência pacífica.

Estas conversações ao mais alto nível entre a RFA e a URSS aconteceram na sequência de um anterior encontro em Varsóvia entre Giscard d'Estaing e Leonidas Brejnev, tendo ambos os encontros significado, pelo menos, duas coisas: primeiro que a Europa Ocidental não está para embarcar levemente nas ainda mais levianas pretensões norte-americanas em restabelecer o «equilíbrio de terror» dos tempos da guerra-fria entre o Ocidente capitalista e a Comunidade socialista; segundo (e em consequência) que tanto a RFA como a França já compreenderam que

os belicismos históricos da administração Carter veiculam interesses que não coincidem totalmente com os dos seus países.

De facto nos últimos meses o governo de Washington pediu apoio aos seus aliados da Europa Ocidental numa série de questões (e apoio «vital», tal o exacerbamento posto pelos EUA na sua «requisição»), nomeadamente em relação aos mísseis «Cruise», às sanções contra o Irão e ao boicote dos Jogos Olímpicos de Moscovo. Cada uma dessas exigências de «solidariedade» terminou praticamente com uma derrota.

A absurda aventura militar do presidente Carter no Irão viria a acentuar a divisão que se desenhava. Durante seis meses os EUA pressionaram fortemente os países da Europa Ocidental para que apoiassem tudo quanto eles empreendessem em relação ao Irão, exigência a que a Europa capitalista não se submeteu, como ficou bem claro na reunião de Nápoles dos ministros do NE da CEE, tomando uma decisão de distanciamento que nem os

esforços diplomáticos das declarações finais conseguiram esconder.

Durante esse período de pressões descaradas dos EUA sobre os seus aliados europeus na questão iraniana, o governo norte-americano pôs em marcha uma impressionante «máquina diplomática». Todavia os países da Europa Ocidental mantiveram a unidade e apenas concordaram em adoptar algumas sanções e protestos diplomáticos em relação ao Irão, mas unicamente após terem obtido dos EUA a promessa de que não recorreriam à força.

A oposição ao emprego da força contra o Irão surgiu unanimemente entre os primeiros-ministros e ministros dos NE da CEE e segundo o «Times», até Margaret Thatcher e «lord» Carrington, titulares governamentais britânicos e os mais incondicionalmente apoiantes na Europa das teses belicistas dos EUA (logo a seguir ao governo de Carneiro/Amaral, que nisso de submissão ao imperialismo são imbatíveis), manifestaram a sua

Particularmente nas zonas mineiras tradicionais e combativos bastiões da luta antifascista, continua a oposição activa aos homens de Meza, apesar dos cercos levantados de imediato, com o objectivo de vergar os mineiros pela fome. Hernan Siles Zuazo, vencedor das recentes eleições presidenciais no país, anunciou já a formação de um governo na clandestinidade integrando representantes dos mais vastos sectores democráticos bolivianos. A Igreja, pela voz do seu mais alto dignitário, o papa João Paulo II, manifestou numa mensagem enviada ao povo boliviano a sua preocupação pelos graves acontecimentos registados no país, enquanto os bispos bolivianos, na sua mais crítica declaração até ao momento, afirmaram no passado sábado «condenar fortemente» as mortes, os ferimentos, as intimidações, prisões e acções arbitrárias e violentas que têm ocorrido desde a tomada do poder pelos militares, sublinhando a sua preocupação face aos «grupos armados irregulares que agem fora das leis e têm causado sérias violações dos direitos do homem».

O sangue do povo boliviano continua a ser imolado na dura trajetória para a liberdade, a paz e o progresso. Essa caminhada é irreversível e o seu preço muito alto: a pátria de Che Guevara há-de cobrar bem caro a traição dos criminosos que, hoje, indignam a Humanidade.

A Itália e a CEE - um caso exemplar

NUMA análise local recentemente inserida no «DN» sob o título «Incertezas podem comprometer melhoria da economia italiana», um jornalista da «France Press», Richard Heuze, desenvolveu uma curiosa análise da situação económica italiana, considerando a certo ponto que «com a subida dos preços apareceram, nos últimos meses, fenómenos inquietantes: diminuição dos ganhos das empresas, enfraquecimento da actividade industrial, perda (avaliada em 7%) da competitividade dos produtos italianos nos mercados externos» (sublinhados nossos).

QUE a economia italiana atravessa neste momento um «ponto de crise», ninguém duvida - e o comentarista da «France Press» obviamente não quis/não pôde escamotear o facto. O que não disse - e ele lá saberá porque - é que as «incertezas» referidas no título bem como os «fenómenos inquietantes» da economia italiana passam pela renúncia da diversificação dos laços económicos externos deste país em nome dos interesses/imposições da CEE, o que naturalmente contribui para agravar ainda mais a situação de crise e impede que se encontrem soluções.

SENÃO vejamos: a recessão em Itália afecta alguns dos mais importantes ramos industriais; é o caso, nomeadamente, da construção de navios. Segundo o plano traçado pela Comissão da CEE, a Itália (que produz 10% dos navios da Europa) deve, no «interesse da integração», despedir 10 mil trabalhadores do ramo até 1982. Planos semelhantes foram estabelecidos pela CEE para a metalurgia italiana - no decurso dos nove primeiros meses de 1979 a produção do aço, no país, diminuiu 2,5%, mesmo nas grandes empresas controladas pelo Estado, e entre Janeiro e Junho deste ano o poderoso consórcio «Finsider» reduziu a sua produção em 7,4%.

Por outro lado a direcção da CEE «recomendou» ao governo de Roma que não aumentasse a produção de aço, o que se traduz muito friamente na imposição da renúncia italiana em construir novas empresas metalúrgicas, na exigência que proceda a despedimentos colectivos, e mais: que satisfaça a procura interna comprando o aço aos seus parceiros do Mercado Comum, nomeadamente à RFA.

AINDA mais um exemplo elucidativo da raiz das «incertezas» económicas italianas: a Itália ocupa um dos primeiros lugares no mundo na produção de fibras sintéticas; produz por ano 620 mil toneladas. Todavia a Comissão da CEE «propõe» a sua redução para 475 mil toneladas, o que significa o fim dos largos e prometedores programas de desenvolvimento do ramo (as empresas da companhia «SIR», na Sardenha Central, serão as primeiras vítimas).

JUSTIFICAR tudo isto e o mais que não nos disse com a «subida dos preços», é baralhar demasiadamente as questões; «esquecer» o papel da CEE na crise económica italiana poderá ser «aceitável» como opção de comentador, mas não invalida os factos e, muito menos, os clarifica. Itália e a CEE: um caso exemplar para nós, portugueses.

Um vietnamita no espaço

O tenente-coronel Phan Tuan, de 33 anos de idade, herói vietnamita já agraciado com a «Estrela de Ouro» do seu país, tomou-se no passado dia 23 o primeiro cosmonauta de um país em desenvolvimento e não alinhado a ir para o espaço. Phan Tuan, juntamente com o veterano cosmonauta soviético Viktor Gorbato, comandante da missão, partiu nesse dia a bordo da nave espacial «Soyuz-37» para atracar 24 horas depois na estação espacial «Saliut», onde se encontram desde 10 de Abril último os astronautas Popov e Rymun.

iniciado imediatamente o seu programa de trabalho nas condições de imponderabilidade da órbita terrestre.

Esta missão, que terá a duração de uma semana, é a última do programa Interkosmos, durante o qual já cinco cosmonautas da Europa socialista fizeram viagens ao espaço sideral. O tenente-coronel Phan Tuan foi combatente na guerra do Vietnam, tendo inclusivamente cometido o feito de abater um bombardeiro norte-americano «B-52».

A manobra de atracagem realizou-se sem qualquer dificuldade, tendo Viktor Gorbato e Phan Tuan, após se juntarem à tripulação que se encontra na «Saliut» desde Abril,

Esta tripulação da Soyuz-37 efectuará a bordo da estação espacial «Saliut» observações visuais e fotográficas de várias áreas da Terra e da superfície dos oceanos e desenvolverá pesquisas médico-biológicas.

M. Thatcher não resolve os problemas dos ingleses e ajuda Pinochet...

O governo conservador britânico da sra. Thatcher (a quem a direita e os «círculos» belicistas em geral gostosamente chamam a «dama de ferro») anunciou no passado dia 23 a decisão de reatar o fornecimento de armas à ditadura fascista de Pinochet, no Chile, pondo assim termo ao embargo decidido pelo governo trabalhista quando este, em 1975 e perante o clamor mundial contra a junta fascista, cortou relações com a ditadura chilena.

O anúncio surgiu na boca de Nicholas Ridley, ministro de Estado britânico para os NE, constituindo corolário do reatamento das relações anglo-chilenas em Janeiro passado. Ridley acrescentaria entretanto, num humor decerto incompressível para os próprios britânicos, que a decisão fora tomada «após cuidadosa análise do problema» e sob a «garantia» de que as armas vendidas não seriam utilizadas contra o povo chileno (!).

Lamentavelmente, «argumentações» deste modo imbecis nem o riso consentem...

Esta atitude do governo da sra. Thatcher não surpreende, antes se inscreve numa política virada para os interesses do capital monopolista e, como tal, funcionando segundo as teses mais reacçãoariamente agressivas do imperialismo. Não é por acaso que a indústria de guerra britânica está quase toda dependente do capital privado, não sendo igualmente por acaso que as despesas militares do governo conservador aumentam a um ritmo anual de 3% em termos reais, ultrapassando os próprios EUA e restantes parceiros da NATO em gastos percentuais face ao PIB. O governo conservador defende o aumento da

produção de armas (para as vender nem que seja ao diabo - com «clientes» tão significativos como os racistas sul-afriicanos, o Paquistão ou a China) considerando-o um «remédio» para a situação económica enquanto, paralelamente, alimenta ainda algumas ilusões «imperialistas», pretendendo desenvolver uma nova geração de armas nucleares britânicas, que custará cinco mil milhões de libras esterlinas aos contribuintes, o que muitos especialistas militares ingleses consideram um absurdo.

Os sectores em crise de importantes ramos industriais (construção naval, indústria automobilística e pescas, por exemplo) são preferidos em benefício da indústria militar, que recebe novos e grandes investimentos de capitais e beneficia de importantes apoios governamentais. Tudo isto em nome da «recuperação económica», enquanto a taxa de inflação já alcançou os 22% (quando, no anterior governo trabalhista, não ultrapassava as unidades) e o desemprego

atingiu um milhão e 900 000 pessoas, o equivalente a 7,8% da população activa, número recorde no país desde... 1936!

Passou um ano... e agora?

Quando, já lá vai ano e tal, os conservadores apresentaram a sua plataforma eleitoral, prometiam fundamentalmente três coisas: travar a inflação, assegurar a recuperação da economia e diminuir drasticamente o desemprego. Isto tudo a concretizar numa completa liberdade de acção para a economia de mercado, renunciando ao controlo público da economia e olhando qualquer forma de intervenção do Estado como «grilhetas» para a iniciativa privada...

Os meios para atingir o «milagre» foram especificados na sessão de abertura do Parlamento, em 15 de Maio de 1979, e a aplicação da política que enformavam (encorajamento da empresa privada) passou pela redução de impostos sobre os rendimentos, o encerramento de empresas estatais «não rentáveis» (particularmente nas indústrias automobilística e de aço), a desnationalização de um certo número de indústrias (como a construção naval e a aeronáutica), o corte de verbas sociais (educação pública, segurança social e actividades locais) e o reforço do arsenal de legislação anti-sindical.

Mas o «milagre» falhou e o povo britânico está-lhe a sofrer as desastrosas consequências. Os impostos sobre os rendimentos foram reduzidos em cerca de 15%, mas apenas os rendimentos extremamente elevados beneficiaram verdadeiramente com essa medida. Mesmo sectores desafogados da população, que tradicionalmente votam «tory»,

viram mais a «mudança» prometida na forma de cobrança de impostos do que na sua importância. O custo de vida aumentou vertiginosamente. Procurando travar a inflação, o governo aumentou a taxa dos juros bancários até 20%. Esta medida, para além de não ter conseguido evitar mais aumentos de preços, precipitou na ruína sectores da pequena e média empresa.

Entretanto o desemprego atingiu índices inimagináveis (quase dois milhões de desempregados) apenas ultrapassado, na CEE, pela Bélgica (8,5%) e República da Irlanda (8,1%), sendo igual ao da Itália e aproximando-se muito das taxas de desemprego portuguesa e espanhola, esta última com 9,5% da população activa no desemprego) a pior da Europa.

É claro que ao procurarem estimular a iniciativa privada à custa das necessidades públicas, os conservadores sabiam que iriam deparar com a resistência dos sindicatos. É por isso que desde o início do seu mandato têm desenvolvido todos os esforços para limitar o poder e a capacidade de luta dos sindicatos, mediante legislação «adequada» - como no caso da apresentação no parlamento da «Employment Bill», cujo objectivo fundamental era quebrar a unidade dos trabalhadores e criar uma base legal para a introdução de represálias contra os grevistas.

Assim vai o governo da senhora Thatcher, prosseguindo fogaosamente no chauvinismo, escancarando o país ao capitalismo mais feroz, executando, diligente, as teses mais agressivamente reacçãoarias do imperialismo. Todavia, a meter assim «tanta água», a «dama de ferro» já está irremediavelmente enferrujada...



Pinochet? Porque não?

DOZE MESES DE ELEIÇÕES SINDICAIS

Prova constante do reforço da unidade

Desde 26 de Julho de 1979 que o «Avante!» não fazia um balanço das eleições em Sindicatos e CT's. A oportunidade surge agora para os 12 meses que decorreram desde então. Mas antes de iniciarmos este trabalho, devemos lembrar que não há elementos estatísticos globais, seguros e confirmados sobre a matéria, nem outros, tão-pouco, de fontes «oficiais» e recentes, capazes de suprir ou corrigir a única

fonte disponível a curto prazo a que tivemos de recorrer: as notícias sobre eleições em Sindicatos e CT's que, entretanto, foram publicadas na imprensa diária. Colocada esta limitação, que não se considera impeditiva da apresentação deste balanço, queremos lembrar ainda, mas agora sem limitações, pois se trata de elementos confirmados, que das 360 eleições sindicais realizadas entre 1976 e 1979, o Movimento Sindical Unitário,

encabeçado pela CGTP-IN, venceu 269 e que, no mesmo período, os divisionistas, primeiro na «Carta Aberta» e depois na «UGT», perderam 52 eleições sindicais. Essa tendência geral mantém-se em 1980. Outro dado com interesse para abrir este trabalho é o facto de entre os dois últimos Congressos da CGTP-IN (30 de Janeiro de 1977 a 9 de Março de 1980) terem aderido à Central única dos trabalhadores portugueses mais 35 associa-

ções sindicais. Um elemento ainda antes de começar: como os leitores certamente notarão, o período abrangido por este balanço é favorável à UGT, na medida em que inclui eleições realizadas praticamente em todos os Sindicatos, (isto é, todos os corpos gerentes divisionistas) que sustentam a agremiação amarela patrocinada pelo PS e pelos dois partidos do Governo «AD».



Mais de 100% a mais

Esta lista, que, se pecar é por defeito, visto incluir apenas as associações sindicais com importância suficiente para merecerem referências, por vezes muito curtas e imprecisas, na imprensa diária que melhor ou pior se ocupa do que interessa aos trabalhadores, refere-se, como se disse na abertura da página, ao período entre fins de Julho do ano findo e igual data do ano em curso. Para facilitar a leitura, citam-se separadamente, as associações sindicais onde as vitórias pertenceram à unidade com listas que apoiavam e apoiaram os princípios por que se regem o Movimento Sindical Unitário e a CGTP-IN. Por ordem cronológica das datas (meses) em que se realizaram as respectivas eleições, esses sindicatos são:

- Ferrovários do Sul
 - Conservelros de Setúbal
 - Ferrovários do Norte
 - Agrícolas de Bragança
 - Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul
 - Indústrias Químicas do Norte
 - Construção Civil do Distrito de Coimbra
 - Rodoviários de Setúbal
 - Profissionais de Farmácia da Zona Norte
 - Correios e Telecomunicações (SNTCT)
 - Pescadores de Faro
 - Escritórios e Calxelos de Faro
 - Função Pública da Zona Norte
 - Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa
 - Comércio do Porto
 - Portaria, Vigilância e Limpeza
 - Indústrias de Cerâmica, Cimento e Similares do Distrito do Porto
 - Indústrias do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra
 - Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro
 - Médicos da Região Sul
 - Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas
 - Função Pública da Zona Norte (secretaria do distrito de Braga)
 - Metalúrgicos de Aveiro
 - Calçado, Malas e Afins do Distrito do Porto
 - Construção Civil de Leiria
 - Sector das Telecomunicações dos CTT (SINTEL)
 - Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo
 - Comércio e Serviços dos Distritos de Lisboa
 - Magistrados do Ministério Público
 - Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos de Viseu e Guarda
- E agora, pela mesma ordem e para o mesmo período, as vitórias da UGT:
- Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo (*)
 - Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro (delegados ao Congresso)
 - Indústria Hoteleira do Distrito de Braga
 - Bancários do Norte
 - Bancários do Sul e Ilhas (delegados ao Congresso)
 - Administração Local (STAL)
 - Engenheiros Técnicos do Sul
 - Economistas
 - Professores da Zona Norte
 - Administração Pública (Sintap)
 - Seguros do Sul e Ilhas (delegados ao Congresso)
 - Professores da Zona Norte (*)
 - Escritórios do Sul e Ilhas (SITESE)

As contas são fáceis de fazer. A unidade e o apoio à CGTP-IN, com filiação ou sem ela, somaram 30 vitórias eleitorais contra 13 da UGT.

O prémio que prometemos na abertura desta página para quem descortinar os resultados que teria um referendo UGT sobre a sua implantação nas massas sindicais e sobre a predisposição destas para aderir à agremiação amarela é — lamentavelmente — um prémio simbólico. A «adivinha» é tão fácil que nada mais podemos oferecer aos camaradas e leitores com êxito senão um êxito ainda maior nas próximas eleições sindicais.

Notas:

(*) Realizadas primeiramente com base numa lista única, elaborada pelo PPD, em Setembro de 1979, as eleições, com uma participação ridícula de 5,8 por cento dos inscritos, foram impugnadas porque, entre outras irregularidades, 2 elementos eleitos eram sócios da firma onde trabalhavam. Novas eleições realizadas em princípios de Abril findo, deram a vitória a uma lista de trabalhadores que participam normalmente nas actividades e iniciativas da CGTP-IN.

(*) Os Professores da Zona Norte figuram duas vezes na lista porque as primeiras eleições foram impugnadas. No segundo acto eleitoral, os divisionistas ganharam novamente.

Uma actualidade permanente

As eleições sindicais não são propriamente um tema de férias. Numa altura em que os jornais procuram manter os seus leitores entretidos com concursos e prémios tentadores, o «Avante!» escolhe para assunto do «Em Foco» o que se pode considerar matéria de arquivo, que tem tanto de estival como tem Dezembro. Mas não o faz por falta de outros temas com mais actualidade. Pelo contrário, reivindica para as eleições sindicais, que normalmente não se realizam no Verão, a actualidade que tem permanentemente tudo o que cai no âmbito do Movimento Sindical. E essa actualidade é escusado explicá-la. Basta olhar para a presença diária das estruturas representativas dos trabalhadores sindicalizados em empresas e sectores atacados pelo Governo «AD» para se ter a visão certa dessa actualidade. Basta ter presente as lutas desenvolvidas na CP, na Standard Eléctrica/ITT, entre os pescadores, os mineiros, os trabalhadores da Reforma Agrária, os metalúrgicos, a Função Pública, os químicos,

para se ter uma noção clara do que representa a unidade conquistada pelos trabalhadores na maioria dos seus Sindicatos e na Central única que os congrega: a CGTP-Intersindical Nacional. Reconhece o «Avante!» que, no campo das eleições sindicais, a surpresa, o lance sensacional não são o prato forte. O reforço das posições unitárias nesse campo, ao longo dos 12 meses, que aqui escolhemos para balanço, não permite quaisquer aliciantes desse tipo. Mas a «culpa» não é nossa. Desde já o afirmamos. É das forças e posições contrárias à unidade dos trabalhadores. É dos que que defendem o divisionismo no seio dos trabalhadores e fora dele. E isso, naturalmente, porque a surpresa e a novidade só poderia vir daí. Só poderia vir da concretização prática daquilo que os dirigentes partidários da UGT tantas vezes têm repetido com o eco que pode ter o ridículo, a saber: que a agremiação amarela tem consigo a maioria dos trabalhadores sindicalizados.

E até têm proposto e «repropo» um referendo! Porque as eleições sindicais e os seus resultados raramente lhes agradam, não lhes faltam razões para fazerem um pouco da sua propaganda à volta dessa forma ilegal de consulta. Pegando na palavra a esses dirigentes podíamos propor aqui também nós um passatempo inocente para as suas férias. Tratar-se-ia de descobrir, perante os resultados das eleições sindicais realizadas entre fins de Julho de 1979 e igual data do ano corrente, que resultados teria esse referendo?

Vamos apresentar os resultados das eleições sindicais nesse período. À vista deles, os nossos leitores facilmente descobrirão que o passatempo é fácil demais e que não serve para concurso, nem para merecer um prémio. No entanto, garantimos, desde já, um. Descubri-lo é fácil. Mas só diremos qual é, no fim da lista dos resultados das eleições sindicais realizadas nos últimos doze meses.



Unidade sem rival nas comissões de trabalhadores

Desde princípios de Março do ano corrente, realizaram-se 33 eleições para Comissões de Trabalhadores e aprovação, em alguns casos, dos respectivos estatutos de acordo com a lei 46/79, que regulamenta esses órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas e serviços.

Como sucedera desde o princípio do ano em grandes e muito grandes empresas nacionalizadas ou não (Siderurgia

Nacional, Mague, Cimpor, Caixa Geral de Depósitos, Profabril, Covina, Ford Lusitana, CIFA, EPNC) a vitória dos princípios e da acção unitária continua a prevalecer nessas eleições na Fábrica Portuguesa, no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na Romar, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Alfândega do Porto, em grandes empresas têxteis do Porto, como a A. Laranjo, Efanor, Somarida

e Rayontex, Companhia de Seguros Bonança, RTP, Junta Nacional dos Produtos Pecuários (Mataduros), Câmara Municipal de Portalegre, Medicamenta, EDP, Tranquilidade-EP (Seguros), EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais), Corame, Hotel de Oír (Espôsende), Guérin, Robert Bosch, Companhia de Cartões do Cávado, Instituto Luso-Fármaco, Câmara Municipal de Loures,

Gulbenkian, Câmara Municipal da Amadora, Fernando Cardoso, J.J. Tomé e Comissão Coordenadora das CTs da Indústria Naval.

O método de Hondt, aplicado segundo a lei 46/79, nessas eleições deu em todas elas a maioria de delegados às listas da unidade, defensoras dos princípios que orientam o Movimento Sindical Unitário. Muitos trabalhadores

comunistas, socialistas e sem partido fazem parte dessas listas que bateram as apresentadas pela direita.

As vitórias da unidade na quase totalidade das empresas nacionalizadas (a TAP é uma excepção praticamente isolada) tem provado, perante a escalada do Governo «AD» contra as nacionalizações e contra os direitos dos trabalhadores, que essa unidade é indispensável

à preservação das conquistas de Abril e é o instrumento mais poderoso e eficaz nas lutas pela contratação colectiva, contra a repressão e os despedimentos, pela salvaguarda dos postos de trabalho e a viabilização económica de várias empresas que o Governo «AD» tenta destruir em proveito do grande capital privado, dos grandes grupos económicos e das multinacionais.

O divisionismo continua a exigir combate firme e constante

Alguns resultados das votações nos Sindicatos com maior filiação e mais actividade conhecida, entre as 30 que, no período deste balanço elegeram corpos gerentes identificados com os princípios e a acção do Movimento Sindical Unitário são suficientes para demonstrar que continua a existir uma tendência constante e generalizada para o predomínio e o reforço da unidade nas eleições sindicais.

No entanto, apesar dos recuos a que tem sido forçado e das contradições e conflitos que o minam na direcção partidária da UGT, o divisionismo continua a exigir um combate determinado e constante. Não porque tenha alargado o seu âmbito de acção e prejuízo. Mas porque vive e se infiltra a partir do sectarismo partidário da direita e tenta impedir os sindicatos que temporaria-

mente domina de exercerem com eficácia a sua acção na defesa de objectivos justos e comuns aos interesses objectivos das massas trabalhadoras.

Apenas com base nos dados que apresentamos aqui e sem entrar em linha de conta com outros aspectos e actividades do divisionismo, fomentado e protegido pelos partidos do Governo e pelo PS (ressalvando, claro está, diferenças conjunturais de opinião e modos de agir entre o PS e os partidos da «AD» na UGT) pode-se razoavelmente concluir que o divisionismo recuou, mesmo nas associações sindicais onde há mais tempo está instalado ao nível dos corpos gerentes.

É o caso, entre outros, do SITESE (Escritórios e Serviços, ex-Escritórios do Sul e Ilhas) que, com os Bancários

e os Seguros, constituem o suporte da UGT. Nas últimas eleições aí realizadas em Maio findo, votaram menos 8 mil associados do que nas eleições anteriores.

Significativo é também o facto de, na grande maioria das eleições, terem concorrido pelo menos duas listas. Em 36 das associações sindicais em análise apenas 9 tiveram listas únicas. Nos 27 restantes concorreram duas listas ou mais, todas elas, com a presença de trabalhadores empenhados na defesa dos princípios e da acção do Movimento Sindical Unitário. Nos maiores sindicatos (Escritórios, Ferrovários, Bancários, Metalúrgicos, Rodoviários, Hotelaria, Construção Civil) as listas de unidade viram-se sempre confrontadas com as da UGT, com predomínio ora do PS ora do PPD e outros elementos afectos à direita

e mesmo à extrema-direita (MIRN), como aconteceu recentemente nos Magistrados do Magistério Público, onde a lista batida era formada por elementos que iam do PS até àquele agrupamento fascista. As listas únicas defensoras da unidade concorreram nos Químicos do Norte, na Construção Civil de Coimbra, na Função Pública do Norte, nos Escritórios de Faro, no Comércio do Porto, nos Médicos do Sul, na Função Pública (secretariado) de Braga e no Comércio de Lisboa. Em todos estes casos, a nula implantação dos divisionistas não lhes permitiu a formação de listas.

Quanto à participação, os dados que foi possível recolher, entre as 43 eleições do período em apreço, variam substancialmente dentro de uma margem indiscutivelmente mais ampla do que em

anos anteriores. As percentagens raramente atingem os 70 por cento, fixando-se na maioria dos casos entre os 20 e os 60 por cento. Relevos merecem as afliências às umas nos Químicos do Norte (40 por cento, apesar de ter concorrido apenas uma lista), nos Rodoviários de Setúbal (superior a 50 por cento), nos Metalúrgicos de Aveiro (52,4 por cento), nos Ferrovários do Sul (60 por cento), e Função Pública do Norte (49 por cento de afliência).

As diferenças entre as duas listas mais votadas dão, na maioria dos casos, margens folgadas às listas da unidade, nomeadamente nos Ferrovários do Sul (2413 votos entre os 2853 votantes), nos Rodoviários de Setúbal (1413 votos — 67,64 por cento dos votos expressos), nos Pescadores de Faro (733 votos unitários contra 90 da UGT), Traba-

lhadores da Função Pública do Norte (94 por cento dos votos expressos), Sindicato da Câmara Municipal de Lisboa (75,8 por cento para a lista vencedora) e Metalúrgicos de Aveiro (5542 votos para a unidade — 66,1 por cento — contra 2482 — 29,6 por cento — para a UGT).

Sem dados, nem espaço, para uma análise exaustiva, limitamo-nos a alguns números mais demonstrativos da tendência geral que, apesar da campanha persistente contra a sindicalização e contra o prestígio dos sindicatos por parte dos divisionistas e do Governo «AD», vai no sentido indesejado do reforço das posições unitárias em todos os sindicatos, mesmo naqueles que têm direcções divisionistas e que foram aproveitados para a criação partidária da UGT.